

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

HENRIQUE LIMA DE SOUSA

PAC NA ROCINHA:
Planejamento Urbano Participativo e Sustentável

Rio de Janeiro

2024

HENRIQUE LIMA DE SOUSA

PAC NA ROCINHA:
Planejamento Urbano Participativo e Sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Andreza Aparecida Franco Câmara

Rio de Janeiro

2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L725p Lima de Sousa, Henrique, 1992-
PAC Na Rocinha: Planejamento Urbano Participativo
e Sustentável / Henrique Lima de Sousa. - Rio de
Janeiro, 2024.
124 f.

Orientadora: Andreza Aparecida Franco Câmara.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2024.

1. Planejamento Urbano Participativo. 2.
Desenvolvimento Sustentável. 3. Programa de Aceleração
do Crescimento. I. Aparecida Franco Câmara, Andreza, ?
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

HENRIQUE LIMA DE SOUSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 09/09/2024.



Documento assinado digitalmente
ANDREZA APARECIDA FRANCO CAMARA
Data: 30/09/2024 13:57:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andreza Aparecida Franco Câmara. Prof.^a Dr.^a – UFF
(Orientadora)

Cláudio João Barreto dos Santos. Prof. Dr. - UERJ
(Membro Externo)



Documento assinado digitalmente
MARCELO WERMELINGER LEMES
Data: 02/10/2024 10:14:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Wermelinger Lemes. Prof. Dr. - UNESA
(Membro Externo)

Dedico este trabalho aos que estão(iveram)(arão) do meu lado nas minhas andanças, mesmo que não física ou literalmente; aos andarilhos que comigo cartografaram meus caminhos; aos (des)conhecidos que, ao percolar pelos becos, vielas, ruas, avenidas, estradas e até mesmo aerovias, comigo encruzilharam; aos meus familiares e companheiros com pés, patas, asas ou nenhuma dessas opções; aos que vieram, estão ou que já se foram; aos entes e entidades que me rodopiam e protegem.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos meus companheiros e companheiras que me ajudaram com palavras de apoio e, às vezes, aqueles bem-vindos "puxões de orelha". Começando pela mulherada: agradeço primeiramente à Matriarca, a minha mãe Maria Helena, ou apenas "Lena", que manda no pedaço lá na Rocinha. Seguido das minhas irmãs, Bianca e Aline. Agradeço também às minhas avós lá na Paraíba, e, claro, à toda tropa de tias espalhadas pelo país. Sem esquecer as amigas e parceiras que me aturam com paciência de santa. Tantos nomes que não cabem aqui.

Do lado dos "barbudos" (ou futuros barbudos), meu agradecimento vai para meu pai, José Santana, meus sobrinhos Lorenzo e Pietro, meus avôs (um que já descansou em paz e outro que segue firme e forte), meus amigos-irmãos Luiz e Gabriel, e também ao meu tio-avô Natanael de Lima, cordelista, que provavelmente me passou o gene da poesia.

Também não posso esquecer dos professores, especialmente os do ensino fundamental e médio, que me ensinaram além dos livros, me mostraram como ser gente boa em um mundo nem sempre tão fácil. Para todos eles, prometo uma cópia deste trabalho e um abraço apertado.

Também não posso esquecer de agradecer a todos "Rocinhences", se assim posso chamá-los, que participaram desta pesquisa ativamente, aqueles que conheço ou não. Como a pesquisa foi anônima, os mantereí em anonimato, mas vocês sabem que foram muito importantes nesse momento tão especial da minha vida e sou muito grato por cada um de vocês.

Um agradecimento especial à minha orientadora Andreza, pela paciência e parceria nessa jornada, e ao PPGPDS, por me permitir pesquisar algo que não só me fez crescer como profissional, mas também como pessoa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

E, claro, um salve aos meus companheiros e companheiras ancestrais que, de algum jeito, mesmo de longe, influenciaram no que sou. A todos vocês – mencionados ou não: muito obrigado! Sem vocês, este trabalho não teria acontecido!

"A reta é uma curva que não sonha"
(Barros, 2009)

RESUMO

Esta pesquisa se debruça sobre temáticas acolhem o Planejamento Urbano Participativo e Sustentável na Rocinha através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na Introdução, o trabalho é contextualizado e os objetivos são delineados. O primeiro capítulo, Conceitualização, discute conceitos-chave como Regularização Fundiária Urbana, Sustentabilidade Urbana, Planejamento Participativo e a integração entre Planejamento Sustentável Urbano e Participação Social. O segundo capítulo, Rocinha em Perspectiva, fornece um panorama histórico, cultural, geográfico, demográfico e socioeconômico da Rocinha. O terceiro capítulo, PAC, analisa o surgimento e funcionamento do PAC, com foco especial na implementação do programa na Rocinha. Finalmente, o quarto capítulo, aborda o Planejamento Urbano Participativo e Sustentável na Rocinha, destacando melhorias comunitárias, sugestões dos moradores da Rocinha e mapeamento colaborativo. Este trabalho visa contribuir para a compreensão das potencialidades e limitações do PAC na Rocinha e propor caminhos para uma maior integração entre planejamento urbano, participação social e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Planejamento Urbano Participativo; Desenvolvimento Sustentável; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

ABSTRACT

This research delves into themes that encompass Participatory and Sustainable Urban Planning in Rocinha through the Growth Acceleration Program (*Programa de Aceleração do Crescimento - PAC*). In the Introduction, the work is contextualized and the objectives are outlined. The first chapter, Conceptualization, discusses key concepts such as Urban Land Regularization, Urban Sustainability, Participatory Planning, and the integration between Sustainable Urban Planning and Social Participation. The second chapter, Rocinha in Perspective, provides a historical, cultural, geographical, demographic, and socioeconomic overview of Rocinha. The third chapter, PAC, analyzes the emergence and functioning of the PAC, with a special focus on the implementation of the program in Rocinha. Finally, the fourth chapter addresses Participatory and Sustainable Urban Planning in Rocinha, highlighting community improvements, suggestions from Rocinha residents, and collaborative mapping. This work aims to contribute to the understanding of the potentialities and limitations of the PAC in Rocinha and to propose ways for greater integration between urban planning, social participation, and sustainable development.

Keywords: Participatory Urban Planning; Sustainable Development; Growth Acceleration Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Nomes de Favela.....	144
Figura 2 — Documentário Acesso à Terra Urbanizada	19
Figura 3 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	211
Figura 4 — Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil.....	266
Figura 5 — Rocinha Brasil 77.....	344
Figura 6 — Reportagem - Escola de Música da Rocinha	36
Figura 7 — Moradores da Rocinha Protestando pela Falta de Energia Elétrica na Comunidade	38
Figura 8 — Pistas esquecidas: O circuito da Gávea.....	39
Figura 9 — Rocinha Vista do Morro Dois Irmãos.....	40
Figura 10 — Mapa da Rocinha: Vias principais	45
Figura 11 — Mapa da Rocinha: Sub-regiões.....	42
Figura 12 — TV PUC-Rio: Rio da minha infância - Rocinha.....	45
Figura 13 — Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)TV PUC-Rio: Rio da minha infância - Rocinha.....	50
Figura 14 — Planta geral de intervenção – PAC Rocinha	54
Figura 15 — Rua 4 antes da intervenção do PAC.	55
Figura 16 — Rua Nova (Antiga Rua 4) depois da intervenção do PAC com conjunto Habitacional construído	55
Figura 17 — Construção abandonada do plano inclinado previsto no PAC 2 da Rocinha	56
Figura 18 — Panfleto de Campanha contra o teleférico criado pelo Rocinha Sem Fronteiras.	57
Figura 19 — Lançamento do PAC 2 Rocinha.....	58
Figura 20 — Ensaio Fotográfico na Aldeia Maracanã: Em nossas Artérias, Nossas Raízes	61
Figura 21 — Ensaio Fotográfico na Aldeia Maracanã: Músico e crianças indígenas.....	62
Figura 22 — História de Zé do Caroço	64
Figura 23 — Clipe Zé do Caroço	64
Figura 24 — Rocinha-EcoMaps, Visão geral.....	68
Figura 25 — Ecos de Moradores do Umuarama, Rua Um, Valão e Trabalhador(a) do Complexo Esportivo da Rocinha.....	69
Figura 26 — Ecos de Moradores da Rua Um, Sete e Rua Dois.	70
Figura 27 — Ecos de Moradores da Rua Dois, Rua Um, Sete e Largo do Boiadeiro	71
Figura 28 — Ecos de Moradores do Trampolim, Rua um, Trabalhador(a) na Curva do S e Ex-Moradora da Rua Quatro	72
Figura 29 — Ecos de Moradores da Rua Um, Rua Quatro, Parte Baixa, Diretora e Ex-professora e Escola na Rocinha.....	73
Figura 30 — Ecos de Moradores da Rua Um, Cachopa, Ladeira Doutor Mario e Ex-Morador(a).	74
Figura 31 — Ecos de Moradores da Rua Três, Cachopa, Trampolim, Local não informado e Ex-moradora da Rua 1.....	75
Figura 32 — Ecos de Moradores do Trampolim, Valão, Laboriaux e Curva do S....	76
Figura 33 — Ecos de Moradores da Rua Um e Rua Dois.....	77
Figura 34 — Vídeo Desvantagens de Morar na Favela da Rocinha	79

Figura 35 — Foto enviada por participante da pesquisa (1).	80
Figura 36 — Foto enviada por participante da pesquisa (2).	81
Figura 37 — Foto enviada por participante da pesquisa (3)	82
Figura 38 — Foto enviada por participante da pesquisa (4).	83
Figura 39 — Foto enviada por participante da pesquisa (5)	84
Figura 40 — Foto enviada por participante da pesquisa (6)	85
Figura 41 — Foto enviada por participante da pesquisa (7).	86
Figura 42 — Trânsito de moto na Rocinha	87
Figura 43 — Morador da Rocinha se irrita com “Gringo” em Jipe de Safari.....	90
Figura 44 — Pobre.	91
Figura 45 — Rocinha Sem Fronteiras: 10 anos de luta	93
Figura 46 — Revolusolar no Morro da Babilônia	96
Figura 47 — Revolusolar na Maré	97
Figura 48 — Usina de GD Solar em Seropédica	98
Figura 49 — Projeto Impressora 3D da ONG TamoJunto Rocinha	100
Figura 50 — Estações de recargas com uso de energia solar.....	101
Figura 51 — Transporte Público Gratuito em Maricá.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANF	Agência Nacional da Favelas
C4	Centro de Convivência, Comunicação e Cultura
CMDCA	Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRUP	Diagnóstico Rápido Urbano Participativo
EMOP-RJ	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
GD	Geração Distribuída
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-UAP	O Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PPP	Parcerias Público-Privadas
PROAP	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares
REURB	Regularização Fundiária Urbana

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CONCEITUALIZAÇÃO	17
1.1	Regularização Fundiária Consciente e Sustentabilidade Urbana.....	17
1.2	Planejamento Participativo	25
1.3	Planejamento Urbano Participativo e Sustentável	30
2	ROCINHA EM PERSPECTIVA.....	32
2.1	Breve contexto Histórico e Cultural	33
2.2	Breve contexto Geográfico, Demográfico e Socioeconômico	39
3	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM PERSPECTIVA	46
3.1	Surgimento e funcionamento.....	46
3.2	PAC Na Rocinha.....	51
3.3	Planejar, Participar e Sustentar: Entre Ecos e Ações.....	60
4	UMA ROCINHA COLABORATIVA	66
4.1	Colaboração em Mapa: Rocinha-Ecomaps.....	66
4.2	Navegando o Terreno: Entre Desafios e Oportunidades	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE A.....	124

INTRODUÇÃO

Regularização fundiária, sustentabilidade urbana e planejamento participativo são conceitos-chave para compreender os desafios e as oportunidades das áreas favelizadas no Brasil. Nesse sentido, a Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, se destaca como um caso emblemático por sua complexidade de organização e gestão pública, devido a sua dimensão e quantidades de domicílios.

Atualmente, os dados preliminares do Censo IBGE (2022) indicam que a Rocinha, antes a primeira maior favela do Brasil em número de domicílios, passou a ser a segunda a maior, conforme apontado por Reis e Doyle (2023). A comunidade está localizada na zona sul do Rio de Janeiro, entre os bairros de São Conrado e Gávea. As autoras apontam também que os dados indicam que a Rocinha tem cerca de 30.955 unidades habitacionais, ficando atrás apenas da Sol Nascente no Distrito Federal, com 32.081 unidades habitacionais.

Mesmo se tratando de uma favela bastante desenvolvida, turística e estruturada, enfrenta diversos problemas socioambientais, como a falta de infraestrutura urbana, a violência, a poluição, o desmatamento, o risco de deslizamentos, a pobreza e a exclusão social.

Diante desse cenário, o governo federal lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de obras e investimentos em infraestrutura, habitação, saneamento, mobilidade, educação, saúde, cultura, lazer e segurança pública, visando promover o desenvolvimento econômico e social do país.

A favela da Rocinha foi incluída no primeiro PAC em 2007, que com uma verba de R\$ 259 milhões, prometeu grandes melhorias para a favela como um complexo esportivo de quinze mil metros quadrados, uma passarela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer que ligava este complexo à favela, dentre outras obras, que foram entregues, de acordo com Silva (2018). Mesmo sem a conclusão de algumas obras, Sobreiro e Cruz (2022) também aponta que, no ano de 2013, foi iniciado o PAC 2, que teve um orçamento ainda maior (R\$ 1,6 bilhões), no qual a maioria das obras nunca foi de fato finalizada.

O PAC na Rocinha foi alvo de críticas e questionamentos. Alguns dos principais problemas apontados são: a falta de participação popular no planejamento e na execução das obras; a remoção forçada de famílias; a ineficiência e a suposta

corrupção na gestão dos recursos; e a ausência de uma visão integrada e sustentável do desenvolvimento urbano. Um exemplo disso foi relatado por Silva e Veloso (2020):

[...] Na primeira fase do PAC-UAP no Rio, aproximadamente 4.000 famílias foram realocadas devido às obras, não necessariamente por estarem em áreas de risco. Embora o governo dissesse que era um processo de realocação, o que aconteceu foram remoções, que se tornaram uma das questões mais problemáticas na implementação do PAC-UAP e foco de muitas mobilizações e ações de insurgência e de resistência.

Dentro dos termos do PAC existiam três formas de compensação: o aluguel social, um pequeno crédito para comprar uma nova casa, ou uma quantia em dinheiro.

Haviam dois tipos principais de despejo: a) devido às obras do PAC; b) devido ao risco. Nos dois casos, houve muita resistência por parte dos moradores em sair de sua moradia e muitas dificuldades no processo de realocação. Todo o processo de remoção era uma fonte constante de conflitos entre a comunidade e o governo. Deve-se notar que não houve nenhum esforço por parte do governo para divulgar informações confiáveis sobre as remoções. Isso criou mais insegurança e desconfiança entre as famílias.

Nesse contexto, esta dissertação se debruçará sobre as potencialidades e os limites do PAC na Rocinha, de modo a propor a integração entre planejamento urbano, participação social e desenvolvimento sustentável, a partir da visão e do lugar de fala do autor desta pesquisa, que nasceu e cresceu na comunidade, onde sua família está instalada há quase 40 anos.

Com isso, este trabalho é construído também a partir de uma visão não apenas técnica, mas sensível, de alguém que acredita que a Rocinha, como muitas outras favelas, não é apenas um conglomerado de casas construídas sobre invasões/ocupações. Que se trata de um território que é também o lar de milhares de pessoas que ali habitam; que precisam daquele espaço e construíram uma favela que hoje tem dimensões de uma cidade, diferente do que o próprio nome propõe - dinâmica esta que também ocorreu em tantas outras favelas do Rio de Janeiro, como cita o compositor Paulo Cesar Pinheiro no seu samba *Nomes de Favelas*, interpretado também por Moisés Marques em 2007 (figura 1) :

O galo já não canta mais no Cantagalo / A água não corre mais na Cachoeirinha / Menino não pega mais manga na Mangueira / **E agora que cidade grande é a Rocinha!** // Ninguém faz mais jura de amor no Juramento / Ninguém vai-se embora do Morro do Adeus / Prazer se acabou lá no Morro dos Prazeres / E a vida é um inferno na Cidade de Deus // Não sou do tempo das armas / Por isso ainda prefiro / Ouvir um verso de samba / Do que escutar som de tiro // Pela poesia dos nomes de favela / A vida por lá já foi mais bela / Já foi bem melhor de se morar / Hoje essa mesma poesia pede ajuda / Ou

lá na favela a vida muda, / Ou todos os nomes vão mudar. (Pinheiro, 2000-2007). (grifos nossos)

Figura 1. Nomes de Favela



Fonte: Adaptado de videoclipe da música Nomes de Favela (2007).

A Rocinha é uma comunidade pulsante com uma rica tapeçaria de histórias, culturas e sonhos. No entanto, também enfrenta uma série de desafios, muitos dos quais estão enraizados em questões de planejamento urbano e desenvolvimento sustentável. Daí mapeia-se a questão norteadora da pesquisa.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: como avaliar os resultados e os desafios do PAC na Rocinha e propor alternativas para melhorar a qualidade de vida da população e garantir o desenvolvimento sustentável da área?

O objetivo geral desta dissertação é analisar as potencialidades e os limites do PAC na Rocinha, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural que envolvem os processos de regularização fundiária e da busca por melhorias na gestão do território. Os objetivos específicos são: (1) caracterizar o contexto histórico, geográfico, demográfico e socioeconômico da Rocinha; (2) identificar as principais intervenções urbanas realizadas pelo PAC na Rocinha e seus respectivos impactos; (3) avaliar o grau de participação social dos moradores no processo de planejamento e implementação do PAC na Rocinha; (4) propor diretrizes e possíveis soluções para

integrar o planejamento urbano, a participação social e o desenvolvimento sustentável na Rocinha.

A justificativa desta pesquisa se baseia na relevância acadêmica, social e política do tema, como abaixo indicado.

Do ponto de vista acadêmico, esta dissertação pretende contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre o PAC como uma política pública de desenvolvimento urbano em áreas favelizadas, bem como sobre os conceitos e as práticas de planejamento urbano participativo e desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista social, busca analisar o que os moradores da Rocinha (que são os principais afetados pelas intervenções urbanas do PAC) falaram e já foi exposto em outras publicações, reconhecendo suas demandas, necessidades, expectativas e direitos. Do ponto de vista político, este trabalho visa fornecer subsídios para a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população favelada e para a promoção da cidadania e da democracia participativa.

A metodologia desta pesquisa é qualitativa, descritiva e analítica. Os dados serão coletados por meio de revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa anônima feita com moradores. A revisão bibliográfica consiste no levantamento e na análise crítica da literatura científica sobre o tema da pesquisa. A análise documental consiste na seleção e na interpretação de documentos oficiais e não oficiais relacionados ao PAC na Rocinha, tais como leis, decretos, planos, projetos, relatórios, orçamentos, contratos, licitações, auditorias, denúncias formais ou não etc.

Esta pesquisa analisou dados secundários disponíveis sobre o programa na comunidade, bem como também, através de uma pesquisa anônima onde foi questionado aos moradores, ex-moradores e trabalhadores da Favela, pontos a melhorar segundo suas experiências, foi possível mapear, analisar e pensar futuras soluções e sugestões para implementação de um planejamento urbano mais direcionado às necessidades locais.

Através desta pesquisa anônima feita com estas pessoas que habitam e/ou interagem diretamente com a comunidade, foi possível também construir um mapa colaborativo, denominado *Rocinha-EcoMaps*, onde é possível navegar geoespacialmente pelas sugestões ecoadas pelos moradores, que apontam por melhorias para a comunidade. Com isso ficou destacado também o ativismo

contemporâneo na Rocinha, que inclui a coleta de fotografias e depoimentos de residentes de longa data para manter viva a história da Rocinha e produzir contranarrativas sobre as favelas e a informalidade no Brasil.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O segundo capítulo descreve o contexto histórico, geográfico, demográfico e socioeconômico da comunidade em questão. O terceiro capítulo explica o surgimento e o funcionamento do PAC como uma política pública de desenvolvimento urbano em áreas favelizadas, bem como analisa as potencialidades e os limites do PAC na Rocinha, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural do desenvolvimento urbano. E Quarto capítulo aborda o Planejamento Urbano Participativo e Sustentável na Rocinha, destacando melhorias comunitárias, sugestões dos moradores da Rocinha e mapeamento colaborativo. Toda pesquisa estará fundamentada no capítulo 1 a seguir, a conceitualização, no qual serão apresentados os conceitos de regularização fundiária, sustentabilidade urbana e planejamento participativo.

1 CONCEITUALIZAÇÃO

Neste capítulo serão discutidos os conceitos que atravessam o planejamento urbano participativo e sustentável e suas implicações para a gestão de territórios vulneráveis.

Na Rocinha, o PAC realizou intervenções com intuito de melhorar as condições urbanas e sociais da comunidade. No entanto, a gestão de territórios vulneráveis como este idealmente deveria ocorrer por meio de uma abordagem integrada e participativa, que leve em consideração as especificidades locais, a regularização fundiária e a sustentabilidade urbana.

Nesse sentido, também será apresentada uma proposta de integração entre planejamento urbano sustentável e participação social na Rocinha, buscando promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade. Essa proposta é baseada nos referenciais teóricos discutidos ao longo do capítulo e visa contribuir para o debate sobre o Progresso humano e Transformação social.

1.1 Regularização Fundiária Consciente e Sustentabilidade Urbana

Insegurança, desigualdade, exclusão e violência. Estes são alguns dos pontos negativos que podem ser citados como reflexos da falta de regularização fundiária e, conseqüentemente, ao acesso a serviços básicos, como energia, por exemplo. De acordo com Figueiredo (2022), existem impactos (in)diretos da regularização fundiária sobre a desigualdade de renda. Segundo o autor, a legalização de áreas urbanas irregulares pode trazer benefícios importantes para a distribuição de renda no país. Pesquisas recentes abordam os impactos da regularização fundiária sobre a desigualdade de renda. Um exemplo relevante é o estudo de Moreira (2022), que analisa as implicações da regularização fundiária em áreas urbanas no Brasil, destacando como esses processos podem influenciar a distribuição de renda e as desigualdades socioeconômicas.

De acordo com Moreira (2022), a regularização fundiária não apenas assegura o direito à moradia, mas também atua como um catalisador para a inclusão econômica. Quando áreas urbanas irregulares são legalizadas, as propriedades

passam a ter valor de mercado, permitindo que os proprietários utilizem esses ativos para acessar crédito e realizar investimentos. Isso, por sua vez, pode levar a um aumento de renda entre os moradores dessas áreas, reduzindo a desigualdade de renda no longo prazo.

Além disso, a autora enfatiza que a regularização fundiária tem o potencial de reduzir as desigualdades ao formalizar a propriedade e integrar economicamente áreas antes marginalizadas. No entanto, ela também adverte que, para que esses benefícios sejam plenamente realizados, é necessário que o processo de regularização seja acompanhado por políticas públicas que garantam acesso a serviços básicos e infraestrutura, evitando assim a perpetuação de desigualdades (Moreira, 2022).

Por outro lado, a autora também destaca que, embora existam benefícios significativos, a regularização fundiária pode ter impactos indiretos que precisam ser gerenciados. Por exemplo, o aumento do valor das propriedades pode levar a processos de gentrificação, onde os moradores originais são deslocados devido ao aumento dos custos de vida, o que poderia, paradoxalmente, agravar as desigualdades (Moreira, 2022).

Sustentabilidade urbana e Regularização Fundiária são conceitos que emergiram da necessidade de abordar a urbanização desordenada e a ocupação irregular de terras em áreas urbanas. Conforme Granja e Magalhães (2021), a regularização fundiária visa legalizar a posse de terras, proporcionando segurança jurídica aos moradores e facilitando o acesso a serviços públicos essenciais. A sustentabilidade urbana, por sua vez, busca integrar práticas que promovam o desenvolvimento urbano de maneira ambientalmente responsável, socialmente inclusiva e economicamente viável (Schafer e Albuquerque, 2021).

A regularização fundiária urbana está prevista na Lei federal nº 13.465/2017 - Regularização Fundiária Urbana (REURB). Conforme definida no Artigo 9º como o conjunto de "medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes" (Brasil, 2017). Isso significa que a regularização fundiária urbana busca trazer segurança jurídica e acesso a serviços básicos para os moradores de áreas urbanas irregulares.

Esta lei visa simplificar os procedimentos de regularização e garantir o direito à moradia digna, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade urbana. A legislação brasileira também enfatiza a importância de integrar a regularização fundiária com outras políticas públicas, como habitação, saneamento e infraestrutura urbana, para alcançar um desenvolvimento urbano sustentável (Novais, 2021).

O Núcleo de pesquisa e extensão Acesso à Terra Urbanizada da Universidade Federal Rural do Semi-Árido é um exemplo que programa que atua, segundo o Portal da Instituição, atua desde 2014, em parceria com municípios do estado do Rio Grande do Norte e o Ministério de Desenvolvimento Regional, tentando fortalecer a infraestrutura urbana oferecida aos habitantes, por meio de programas e projetos de pesquisa e de extensão, que envolvem pesquisadores e bolsistas de diversas áreas e campus da universidade (Terra Urbanizada, s.d.). O Documentário *Acesso a Terra Urbanizada*, conforme figura na sequência, conta em mais detalhes o trabalho realizado pelo Núcleo, que pode servir de inspiração também para outros núcleos ou até mesmo para se pensar políticas públicas efetivas nesse sentido.

Figura 2. Documentário Acesso à Terra Urbanizada



Fonte: Adaptado de Acesso à Terra Urbanizada (2016).

A importância da regularização fundiária no combate à desigualdade é evidente. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2022), a

regularização fundiária urbana visa promover mudanças estruturais na desigualdade de renda no Brasil, contribuindo de forma permanente para o aumento do bem-estar brasileiro. Ainda conforme o IPEA, regularização fundiária urbana em massa pode reduzir a desigualdade de renda em 2,4 pontos percentuais, provocando um choque de riqueza equivalente a R\$ 202,13 bilhões na economia do país.

A regularização fundiária desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida em favelas e periferias, denominados pela lei federal de núcleos urbanos informais¹. Este processo envolve a legalização da posse de terras, proporcionando segurança jurídica aos moradores e facilitando o acesso a serviços públicos essenciais, como saneamento básico, eletricidade e infraestrutura urbana. Além disso, como discute Gonçalves (2009) a regularização fundiária contribui para a valorização dos imóveis e a integração socioespacial das comunidades, promovendo a inclusão social e econômica.

A REURB (Regularização Fundiária Urbana) está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, Figura 3, especialmente os Objetivos nº 1 - *Erradicação da Pobreza*; e nº 10 - *Redução das Desigualdades* (ONU, Brasil, 2023). A regularização fundiária ajuda a reduzir a pobreza ao garantir que os moradores tenham direitos legais sobre suas propriedades, o que pode abrir portas para financiamentos e investimentos em melhorias habitacionais. Conforme Gonçalves (2009), ao promover a inclusão social e econômica, a regularização fundiária contribui para a redução das desigualdades, proporcionando melhores oportunidades de vida para as populações de baixa renda.

¹ Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:

I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município; (...) (Brasil, 2017).

Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU / Brasil (2023).

Entre as medidas essenciais para a mudança de panorama nas periferias, destacam-se as políticas públicas de inclusão social, política e econômica. Essas políticas incluem a criação de programas de habitação acessível, a melhoria da infraestrutura urbana, a oferta de serviços de saúde e educação de qualidade, e a promoção de oportunidades de emprego e renda. A integração dessas políticas com a regularização fundiária pode transformar significativamente a vida nas periferias, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

A regularização fundiária é um processo complexo que pode trazer benefícios significativos para os moradores de áreas urbanas irregulares. A regularização fundiária pode proporcionar diversos benefícios, como melhoras no acesso a serviços públicos e condições de vida da poluição como um todo, e a garantia de direitos de propriedade. Além disso, desempenha também um papel importante no que se diz respeito à garantia do acesso às terras e moradias dignas para comunidades periféricas e/ou de baixa renda.

No entanto, é importante considerar que a regularização fundiária também pode levar a uma série de problemas. Um desses problemas é a gentrificação, um

fenômeno que ocorre quando uma área urbana passa por um processo de revitalização que resulta no deslocamento de residentes de baixa renda.

De acordo com Marco, Santos e Möller (2020), a gentrificação no Brasil, num contexto latino-americano, está influenciada pela *colonialidade do poder* e associado a práticas positivas e naturais da organização da cidade (reurbanização, revitalização e reutilização), de tal modo que as consequências reais da gentrificação sejam veladas por meio da polarização social, criminalização da pobreza e hostilização da cidade.

Outro problema potencial é a especulação imobiliária. A especulação imobiliária ocorre quando investidores compram imóveis com o objetivo de vendê-los no futuro com lucro, aproveitando-se da suposta valorização (Silva, Souza e Gomes, 2015). Isso pode levar ao aumento dos preços dos imóveis, tornando-os inacessíveis para muitos moradores locais.

Portanto, para que uma regularização fundiária seja consciente e possa trazer benefícios significativos, é crucial considerar e mitigar os possíveis problemas associados a ela para garantir que todos os moradores se beneficiem do processo. Além disso, uma *regularização fundiária consciente*² também pode contribuir para a *sustentabilidade urbana*, um conceito que abrange ações e políticas voltadas para a redução dos impactos socioambientais nas cidades, visando melhorar a qualidade de vida da população local. Conforme Andrade (2013), essas ações podem incluir o uso de instrumentos legais e de planejamento, como o zoneamento urbano, a gestão de resíduos sólidos e a promoção de transportes sustentáveis.

Um exemplo de política pública que em teoria esteve voltada para a sustentabilidade urbana é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha, no Rio de Janeiro. O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) na Rocinha tinha metas ambiciosas, incluindo a construção de um centro cultural, complexos residenciais, uma clínica de saúde, um complexo esportivo, duas

² Conjunto de práticas e políticas de regularização de terras e imóveis que visa não apenas a formalização da posse e propriedade, mas também a promoção de justiça social, sustentabilidade ambiental e integração socioeconômica. A *Regularização Fundiária Consciente* busca garantir que os processos de legalização sejam acompanhados por medidas que assegurem o acesso equitativo a infraestrutura, serviços públicos e oportunidades econômicas, evitando a gentrificação e a marginalização de populações vulneráveis. O objetivo desta categoria é criar um desenvolvimento urbano inclusivo e equilibrado, onde a formalização da posse se traduza em reais melhorias na qualidade de vida e na redução das desigualdades sociais, em sinergia com as temáticas estudadas nesta pesquisa. (O Autor, 2024)

teleféricos e um centro de cuidados diurnos. Além disso, o programa visava ampliar algumas das principais vias, chamadas Rua 1, 2, 3 e 4, para melhorar o acesso entre os bairros, redesenhar o mercado da favela e cobrir o aberto (Sørbøe, 2018).

No entanto, para que essas políticas sejam efetivas, é importante haver uma integração entre o planejamento urbano, a participação social e o desenvolvimento sustentável. Isso significa envolver a população local nas decisões sobre o planejamento e gestão do território, garantindo que as políticas adotadas estejam alinhadas com as necessidades e demandas da comunidade.

De acordo Milani (2008), a participação social pode ser promovida mediante mecanismos como audiências públicas, consultas populares e conselhos gestores. Esses espaços permitem que a população expresse suas opiniões e contribua para a formulação de políticas públicas mais efetivas e justas. Milani (2008) analisa experiências de participação na América Latina e na Europa, e discute como elas representam inovações nos modos de formular, implementar e monitorar políticas públicas locais.

Existem muitos exemplos de iniciativas voltadas para a sustentabilidade em favelas e periferias do Brasil. Um exemplo é o trabalho de organizações comunitárias e coletivos urbanos que atuam nessas áreas, promovendo ações coletivas para suprir a ausência de políticas públicas. Essas ações podem incluir a organização de mutirões para limpeza e coleta de lixo, a criação de hortas comunitárias e a promoção de práticas sustentáveis, como o uso de energia solar e a captação de água da chuva, conforme aborda Fleury (2023).

Outro exemplo é o desenvolvimento de cidades inteligentes em favelas e periferias. Essas iniciativas visam promover o desenvolvimento econômico e social dessas áreas, através da inclusão de produtos e serviços locais no conceito de cidades inteligentes. Portugal *et al.* (2021) apontam que esses movimentos podem incluir a promoção da economia criativa, o fortalecimento de marcas locais e o incentivo ao empreendedorismo.

Além disso, existem iniciativas voltadas para a transformação das favelas, buscando acabar com a pobreza nessas áreas. Conforme noticiado por McCarthy (2022), no portal Global Citizen, essas iniciativas podem incluir programas de capacitação profissional, acesso à educação e saúde, e promoção de oportunidades de emprego e renda.

No entanto, para que essas iniciativas sejam efetivas, é importante haver uma mudança nos paradigmas socioeconômicos. Isso significa reconhecer as necessidades locais e promover políticas públicas que atendam às demandas da população local. Consoante publicado na Rio Times (2020), alguns exemplos dessas necessidades incluem acesso à internet, sistemas de pagamento de renda emergencial e políticas públicas de segurança que não vitimizem civis, especialmente jovens negros das favelas.

Ademais, é importante haver uma integração entre as diferentes áreas, como saúde, educação, habitação e mobilidade. Isso permite uma abordagem mais ampla e integrada dos desafios enfrentados pelas favelas e periferias, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Em resumo, a sustentabilidade urbana é um conceito fundamental para o desenvolvimento das cidades, especialmente em favelas e periferias. Essas áreas enfrentam desafios específicos, como a falta de infraestrutura adequada e a exclusão social, que precisam ser abordados de forma integrada e participativa.

Para promover a sustentabilidade urbana nessas áreas, é importante que haja uma integração entre o planejamento urbano, a participação social e o desenvolvimento sustentável. Isso significa envolver a população local nas decisões sobre o planejamento e gestão do território, garantindo que as políticas adotadas estejam alinhadas com as necessidades e demandas da comunidade.

Além disso, é importante que as políticas de sustentabilidade urbana estejam integradas com outras áreas, como habitação, saúde, educação e mobilidade. Isso permite uma abordagem mais ampla e integrada dos desafios enfrentados pelas cidades, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Existem muitos exemplos de iniciativas voltadas para a sustentabilidade em favelas e periferias do Brasil. Essas iniciativas incluem o trabalho de organizações comunitárias e coletivos urbanos, o desenvolvimento de cidades inteligentes e a transformação das favelas. No entanto, para que essas iniciativas sejam efetivas, é importante que haja uma mudança nos paradigmas socioeconômicos.

No próximo item, discutiremos mais sobre o planejamento participativo e como ele pode contribuir para a promoção da sustentabilidade urbana. O planejamento participativo é uma abordagem que envolve a população local nas decisões sobre o

planejamento e gestão do território, garantindo que as políticas adotadas estejam alinhadas com as necessidades e demandas da comunidade.

1.2 Planejamento Participativo

O conceito de planejamento participativo surgiu como uma resposta às limitações dos modelos tradicionais de planejamento centralizado, que frequentemente negligenciavam as necessidades e aspirações das comunidades locais. A ideia central do planejamento participativo é envolver ativamente a população no processo de tomada de decisões, garantindo que as políticas e projetos reflitam as demandas e prioridades dos cidadãos. Este modelo de planejamento ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1970, em meio a movimentos sociais que reivindicavam maior democratização e transparência nas decisões governamentais (Antonello, 2013).

No contexto brasileiro, o planejamento participativo foi formalmente incorporado ao arcabouço legal com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001. Este marco legal redefiniu os planos diretores municipais, exigindo que fossem elaborados com a efetiva participação popular. De acordo com Antonello (2013), o Estatuto da Cidade não apenas reconheceu a importância da participação cidadã, mas também estabeleceu diretrizes e instrumentos para garantir que essa participação fosse significativa e eficaz.

Um exemplo notável da aplicação do planejamento participativo no Brasil é o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, iniciado na década de 1990. Este modelo permitiu que os cidadãos tivessem uma influência direta na alocação de recursos públicos, promovendo uma gestão mais transparente e responsiva às necessidades locais. Outro exemplo é o Plano Diretor Participativo de Londrina, que buscou integrar a comunidade no processo de planejamento urbano, refletindo as demandas e aspirações dos moradores (Antonello, 2013).

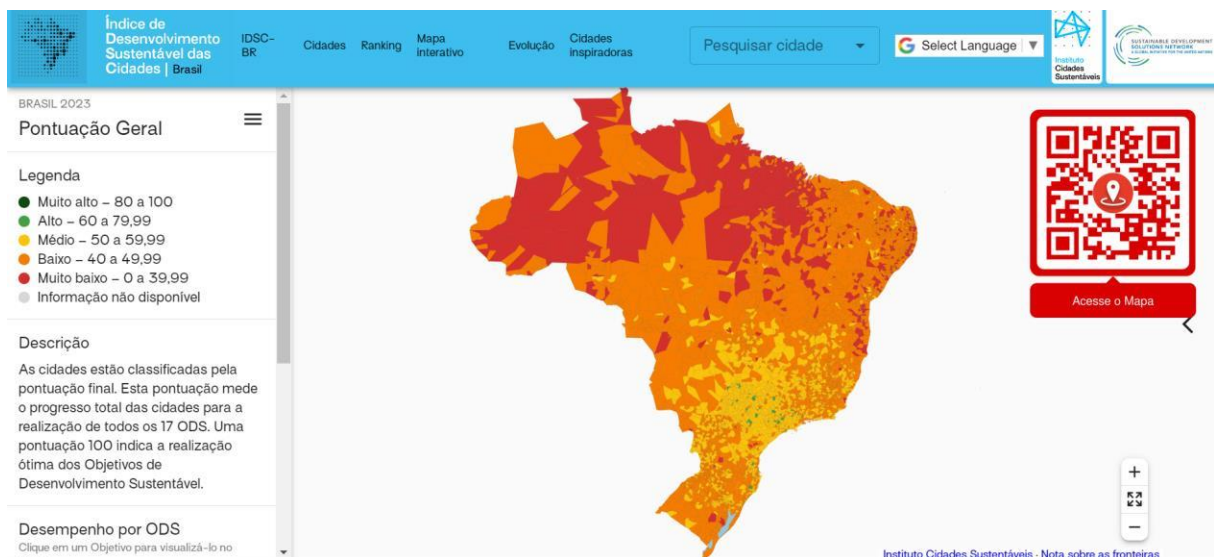
De acordo com Sotto *et al.* (2019), a participação ativa da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano é imprescindível para a promoção da sustentabilidade urbana. Essa abordagem é fundamental para a promoção da sustentabilidade urbana, pois permite

que as necessidades e interesses da população sejam levados em consideração no processo de planejamento. Uma vez que o "desafio reside em coordenar e integrar as agendas e ações dos diferentes entes federativos de forma sinérgica para atingir macro-objetivos por meio de ações locais, adequando os objetivos nacionais aos contextos regionais, metropolitanos e urbanos" (Sotto *et al.*, 2019).

Um exemplo de iniciativa que promove o planejamento participativo é o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que, conforme descreve o website da instituição, oferece "ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã" (Programa Cidades Sustentáveis, 201-?).

O Programa é estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, e inclui um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública. Um dos projetos do programa é o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades* (IDSC), que "permite uma visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos ODS" (Programa Cidades Sustentáveis, 201-?), incluindo no que diz respeito a participação cidadã. O programa criou inclusive um mapa interativo para possibilitar também uma visão geoespacial do IDSC, conforme figura abaixo:

Figura 4. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil



Fonte: Adaptado de Programa Cidades Sustentáveis (2023).

No contexto do PAC na Rocinha, o planejamento participativo mais efetivo e integrado poderia contribuir para melhor integração entre o planejamento urbano, participação social e desenvolvimento sustentável. Moreira (2014) afirma que, por meio da participação ativa da população no processo de planejamento, seria possível identificar com mais precisão as necessidades e demandas da comunidade e desenvolver soluções adequadas às características físicas da geografia e à morfologia da ocupação do território.

Além disso, o planejamento participativo poderia promover uma melhor gestão democrática do espaço urbano, garantindo que as intervenções sobre o território equacionassem, de modo mais assertivo, propostas que integrem soluções de infraestrutura urbana, mobilidade, preservação ambiental e habitação em uma mesma ação (Moreira, 2014). Isso pode contribuir para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

A gestão democrática do espaço urbano, por meio do planejamento participativo, permite que as decisões sejam tomadas com base em um diálogo contínuo entre os diversos atores sociais envolvidos. Esse processo deliberativo assegura que as necessidades e aspirações da comunidade sejam consideradas, resultando em intervenções mais alinhadas com a realidade local (Antonello, 2013). Por exemplo, ao integrar soluções de infraestrutura urbana com mobilidade, é possível criar sistemas de transporte mais eficientes e acessíveis, que atendam às demandas da população e reduzam os impactos ambientais (Rodvalho, Silva e Rodrigues, 2019).

Além disso, a preservação ambiental pode ser mais eficazmente incorporada ao planejamento urbano quando a comunidade participa ativamente do processo. A inclusão de moradores em discussões sobre o uso do solo e a conservação de áreas verdes pode levar a soluções que conciliem desenvolvimento urbano e sustentabilidade. A habitação, por sua vez, pode ser planejada de maneira a garantir moradias dignas e acessíveis, respeitando as características culturais e sociais da comunidade (Rodvalho, Silva e Rodrigues, 2019).

No entanto, é importante ressaltar que o planejamento participativo deve ser contínuo e envolver um diálogo constante entre entidades gestoras e moradores. Ainda de acordo com Moreira (2014), é fundamental que haja um debate sobre a

revisão do que havia sido planejado, para garantir que o plano esteja sempre atualizado em relação às obras do PAC.

Esse processo de revisão contínua tem a função de adaptar o planejamento às mudanças sociais, econômicas e ambientais que ocorrem ao longo do tempo. A revisão periódica dos planos permite a incorporação de novas demandas e necessidades da população, bem como a correção de possíveis falhas ou desvios no processo de implementação.

Além disso, a participação ativa dos moradores no processo de revisão do planejamento urbano fortalece a democracia participativa e promove a transparência nas decisões tomadas pelas entidades gestoras. Conforme discutido por Holanda Cavalcante e Ferraro Júnior (2014), a capacitação dos fóruns locais e a criação de espaços de locução e negociação são fundamentais para que a comunidade possa expressar suas demandas e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento local sustentável.

Isso reforça a ideia não somente de construção, mas também de gestão participativa. A gestão participativa implica em um compromisso contínuo das entidades gestoras em ouvir e considerar as opiniões e sugestões dos moradores, promovendo um ambiente de cooperação e corresponsabilidade. A implementação de metodologias participativas inovadoras pode resultar em leis e políticas urbanas mais democráticas e inclusivas, refletindo um projeto de cidade que atende às necessidades de todos os seus habitantes.

O planejamento participativo é uma ferramenta importante para promover a integração entre planejamento sustentável urbano e participação social. Através da participação ativa da população no processo de planejamento é possível desenvolver soluções que levem em consideração as necessidades e demandas da comunidade, promovendo a construção de territórios mais justos e sustentáveis.

Além disso, o planejamento participativo pode contribuir para a construção de uma cultura de participação cidadã, fortalecendo a democracia local e promovendo a *transparência* e a *accountability* na gestão dos recursos públicos. Isso pode ajudar a garantir que os investimentos públicos sejam direcionados para as áreas de maior necessidade e que as soluções propostas sejam implementadas de forma efetiva.

Transparência refere-se à abertura e clareza com que as informações sobre a gestão pública são disponibilizadas para a sociedade. Isso inclui a divulgação de

dados financeiros, processos de tomada de decisão e resultados das políticas públicas. A transparência é fundamental para garantir que os cidadãos possam monitorar e avaliar a atuação dos gestores públicos, promovendo uma administração mais eficiente e ética (Nunes, Gomes e Santana, 2023).

Já a categoria *Accountability*, ou prestação de contas, é o princípio pelo qual os gestores públicos são responsabilizados por suas ações e decisões. Isso envolve a obrigação de prestar contas, justificar suas ações e aceitar responsabilidade por falhas e sucessos. A *accountability* é essencial para a construção de confiança entre o governo e a sociedade, além de ser um mecanismo crucial para combater a corrupção e promover a boa governança (Siu, 2011).

A transparência e a *accountability* estão intimamente ligadas. A transparência facilita a *accountability* ao fornecer as informações necessárias para que os cidadãos e outras partes interessadas possam avaliar a atuação dos gestores públicos. Por outro lado, a prestação de contas reforça a transparência ao exigir que os gestores públicos sejam claros e abertos sobre suas ações e decisões (Colombo et al, 2023).

É importante ressaltar que, o sucesso do planejamento participativo depende de vários fatores, incluindo a existência de canais efetivos de comunicação entre a população e as entidades gestoras, a disponibilidade de informações sobre o processo de planejamento e a capacidade da população de participar ativamente no processo. Por exemplo, de acordo com Nassif (2020), um dos desafios do planejamento urbano participativo é a linguagem técnica utilizada pelos especialistas, que pode dificultar a compreensão e a participação efetiva da população.

É fundamental que haja um compromisso por parte das entidades gestoras em levar em consideração as demandas da população e em implementar as soluções propostas. O compromisso das entidades gestoras em considerar as demandas da população e implementar as soluções propostas é crucial para garantir a eficácia do planejamento participativo. Sem esse compromisso, o planejamento participativo pode se tornar uma mera formalidade, utilizada para legitimar decisões já tomadas, sem promover a verdadeira participação cidadã.

Na próxima seção, discutiremos mais detalhadamente como o planejamento sustentável urbano e a participação social podem ser integrados para promover o desenvolvimento sustentável. Abordaremos questões como a gestão democrática do espaço urbano, a promoção da equidade social e a preservação do meio ambiente.

1.3 Planejamento Urbano Participativo e Sustentável

A partir da abordagem teórica do conceito de Sustentabilidade Urbana, apresentado anteriormente, nos deparamos com a importância do planejamento urbano sustentável, que, conforme Maropo, Morais e Silveira (2019), é uma abordagem que visa garantir o desenvolvimento das cidades de forma equilibrada e harmoniosa, levando em consideração a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Ainda os mesmos autores apresentam como exemplo, a implantação de infraestrutura verde no Bairro Bancários em João Pessoa-PB busca, através de medidas urbanísticas mais sustentáveis, aproximar a natureza ao espaço urbano, utilizando desses conceitos na diminuição dos impactos gerados no uso da infraestrutura cinza. Com isso, de acordo com Sotto *et al.* (2019), os princípios do planejamento urbano sustentável incluem a promoção do uso eficiente do solo, a proteção do meio ambiente, a garantia da acessibilidade e conectividade, incluindo a promoção de transportes sustentáveis, o fomento à inclusão social e diversidade cultural, a garantia da resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

A participação social no processo de planejamento urbano é fundamental para garantir que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e consideradas, conforme debruçado por Lima e Lopes (2019), assim como também foi abordado na subseção anterior desta pesquisa, abordando o conceito de *Planejamento Participativo*.

A participação social efetiva nos projetos de desenvolvimento urbano caracteriza-se como um ponto essencial para o amadurecimento de uma cultura de emancipação pelos indivíduos que não são diretamente incumbidos de gerir as demandas sociais da cidade. (Carvalho e Jesus, 2019).

Com isso, a integração entre planejamento urbano sustentável e participação social é um desafio complexo, mas essencial para o sucesso do PAC na Rocinha. A Rocinha, como muitas outras favelas, apresenta uma complexa diversidade de demandas. Integrar essas demandas em um plano urbano sustentável requer uma abordagem holística e inclusiva. Para que a participação social seja efetiva, é necessário capacitar e empoderar os moradores para que possam contribuir de maneira significativa nos processos de planejamento. Isso inclui a educação sobre

questões ambientais e urbanísticas, bem como o fortalecimento das organizações comunitárias.

A participação social, quando efetivamente implementada, pode levar a soluções mais inclusivas e sustentáveis, conforme apontado por Oliveira Filho (2019). De acordo com Carvalho e Jesus (2019), a participação dos moradores pode ajudar a identificar as necessidades locais, priorizar intervenções e garantir que os projetos sejam culturalmente apropriados e aceitos pela comunidade.

No entanto, a participação social não é uma panaceia. Deve ser cuidadosamente projetada e implementada para evitar armadilhas comuns, como a dominação por elites locais, a exclusão de grupos marginalizados e a falta de capacidade dos participantes para contribuir efetivamente. A participação social deve ser apoiada por instituições fortes e transparentes que possam garantir a responsabilidade e o cumprimento das decisões tomadas (Oliveira Filho, 2019).

O planejamento urbano sustentável requer também uma compreensão profunda dos sistemas urbanos e de como eles interagem com o meio ambiente natural. Conforme Sotto *et al.* (2019), isso inclui o entendimento de como as decisões de planejamento podem afetar a biodiversidade local, os padrões climáticos e a qualidade do ar e da água. Além disso, o planejamento urbano sustentável deve considerar as necessidades das gerações futuras e garantir que elas tenham as mesmas oportunidades que as gerações atuais.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha tem potencial para promover o desenvolvimento urbano sustentável através da integração entre planejamento urbano sustentável e participação social. Estudos indicam que a implementação de projetos de urbanização em favelas, como o PAC, pode melhorar significativamente a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores (Timbo, 2024). No entanto, isso requer uma abordagem cuidadosa que leve em consideração as complexidades locais e garanta que todas as vozes sejam ouvidas.

Os próximos dois capítulos se debruçarão no contexto histórico e atual da Rocinha e nos limites e potencialidades do PAC na comunidade.

2 ROCINHA EM PERSPECTIVA

Este capítulo se debruçará sobre a história e o contexto geográfico, demográfico e socioeconômico da Rocinha, que até recentemente era considerada a maior favela da América do Sul, conforme apontam Ronchi e Arcidiacono (2018). Este capítulo é dividido em duas seções principais, que abordará os contextos histórico e cultural, bem como o geográfico, demográfico e socioeconômico.

Será feito um mergulho na rica história da Rocinha, explorando as lutas e conquistas que moldaram a *paisagem política e cultural*³ da comunidade, como apresentam Comelli (2023), Carvalho Filho (2004) e outros autores citados mais adiante. Será apresentado o trabalho de coletivos comunitários e como suas ações em prol dos direitos das pessoas e da igualdade influenciaram a formação da favela. Também será destacado o ativismo contemporâneo na Rocinha, que, conforme descreve Comelli (2023), inclui a coleta de fotografias, documentos e depoimentos de residentes de longa data para manter viva a história da Rocinha e produzir contranarrativas sobre as favelas e a informalidade no Brasil.

Em seguida, será percolado contexto e a localização geográfica única da Rocinha, situada entre dois dos bairros mais ricos do Rio de Janeiro (Ceppi *et al.*, 2020). Em alinhamento com Pereira *et al.* (2021), será tecida uma discussão a respeito da a demografia da Rocinha; bem como seu crescimento populacional que supera a média da cidade. Além disso, conforme os dois conjuntos de autores, será percorrido também o contexto socioeconômico da Rocinha, incluindo a dinâmica do empreendedorismo na favela e a importância dos vínculos relacionais entre a Rocinha e o nordeste do Brasil.

2.1 Breve contexto Histórico e Cultural

A história da Rocinha é uma tapeçaria complexa de lutas, resistências e conquistas que moldaram a comunidade como a conhecemos hoje. A Rocinha começou como um assentamento informal no início do século XX, quando os

³ Paisagem política e cultural refere-se à configuração espacial resultante da interação entre elementos políticos e culturais em uma determinada região. Isso inclui as estruturas de poder, instituições governamentais, práticas políticas, bem como as tradições, valores, crenças e expressões artísticas que moldam a identidade cultural de uma sociedade (Civale e Martins, 2021).

trabalhadores rurais migraram para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades de emprego (Pino, 1997). Lima (2012) reconta que esses colonos, em sua maioria da região Nordeste do Brasil, eram conhecidos por tentar melhorar suas condições de vida, mesmo estando em um território desconhecido e tendo abandonado suas famílias.

Ao longo do século XX, a Rocinha cresceu e se desenvolveu, apesar das adversidades e desafios, tornando-se um símbolo de resistência e resiliência como mostram Comelli (2023) e Pino (1997). A favela recria em forma miniaturizada, mas distorcida, toda a história do Rio de Janeiro moderno. A explosão do crescimento da favela data de 1940, quando a industrialização impulsionada por Getúlio Vargas atraiu centenas de milhares de migrantes para o então Distrito Federal, movimento que ocorreu até os anos 1970, quando as favelas se expandiram além do Rio urbano e para a periferia metropolitana (Pino, 1997). Mesmo hoje, as favelas permanecem uma parte oficialmente não reconhecida e/ou ilegal da cidade.

Os movimentos sociais desempenharam um papel crucial na formação da Rocinha. A luta pela terra e pelo direito à cidade foi uma constante na história da Rocinha. A comunidade se organizou em várias ocasiões para resistir a tentativas de despejo e para reivindicar o direito à moradia digna (Carvalho Filho, 2004). Essas lutas resultaram em vitórias significativas, como o reconhecimento da Rocinha como Bairro em 1993 (Ceppi *et al.*, 2020).

A luta pela terra na Rocinha começou no início do século XX, quando os primeiros assentamentos informais foram estabelecidos por trabalhadores rurais que migraram para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades de emprego (Ceppi *et al.*, 2020). De acordo com Carvalho Filho (2004), esses primeiros colonos enfrentaram inúmeras adversidades, incluindo a falta de infraestrutura básica e a ameaça constante de despejo.

No entanto, apesar desses desafios, a comunidade da Rocinha se organizou e resistiu, como segue até hoje. A comunidade formou associações de moradores, realizaram protestos e negociaram com o governo para reivindicar seu direito à cidade. Essas não só ajudaram a proteger a comunidade contra despejos, mas também levaram a melhorias significativas nas condições de vida na Rocinha (Carvalho Filho, 2004).

O reconhecimento da Rocinha como um bairro, em 1993, foi um marco importante na luta da comunidade pelo direito à cidade. Este evento não só reconheceu oficialmente a Rocinha como parte da cidade do Rio de Janeiro, mas também garantiu aos seus residentes direitos legais possessórios sobre suas casas, ainda que sigam irregulares do ponto de vista da regularização fundiária e com isso não existam oficialmente direitos reais de propriedade sobre os terrenos onde estão construídas suas moradias.

Com isso, a luta pela terra e pelo direito à cidade na Rocinha continua até hoje. A comunidade continua a se organizar e a resistir a tentativas de despejo e gentrificação. Eles continuam a reivindicar seu direito a uma moradia digna e regular, bem como por uma cidade justa (Carvalho Filho, 2004).

O documentário *Rocinha Brasil 77*, ilustrado na sequência, de Sérgio Péo, pode ser citada também como uma relevante obra cinematográfica que denuncia as políticas de remoção que perseguiram os moradores de favelas no Rio de Janeiro até aquele ano (e que ainda se reflete nos dias atuais), bem como ilustra também o cotidiano violentado dos moradores que viviam (e de certo modo ainda vivem) na comunidade.

Figura 5. Rocinha Brasil 77



Fonte: Adaptado de Rocinha (1977).

Vale lembrar que a Rocinha é uma favela repleta de *diversidade*⁴, *cultura*⁵, e em imanência, um forte histórico de *ativismo cultural*⁶. A música, a dança e a arte desempenharam um papel importante na construção da identidade da comunidade e na resistência contra a marginalização. Araújo (2022) e Coutinho (2013) ilustram que a Rocinha é o lar de vários grupos culturais e artísticos que usam a arte como uma forma de expressão e resistência.

Um exemplo notável é a Roda Cultural da Rocinha, um grupo de jovens que realizava um evento semanal em espaços públicos da comunidade como forma de se expressar e ao mesmo tempo suprir a carência de políticas públicas e a falta de incentivos à cultura na favela. Conforme apresenta Araújo (2022) esses indivíduos se engajaram coletivamente na realização da Roda de Rima Cultural da Rocinha, tornando- a um investimento material e simbólico tanto do ponto de vista individual quanto coletivo”.

Além disso, a Rocinha também é conhecida por sua vibrante cena musical, com vários artistas e grupos musicais emergindo da comunidade. A música tem sido uma forma importante de expressão cultural na comunidade, com gêneros como samba, funk e hip-hop desempenhando um papel importante na vida da comunidade (Coutinho, 2013).

Vale a pena citar também a Escola de Música da Rocinha, ilustrado a seguir, fundada em 1994 e hoje funciona no Centro Municipal de Cidadania Rinaldo De Lamare e que hoje também a jovens do Vidigal, Parque da Cidade e Vila Canoas. A escola possui chancela da UNESCO, é registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (Escola de Música da Rocinha, s.d.).

⁴ Variedade de características humanas, incluindo diferenças culturais, étnicas, de gênero, socioeconômicas e outras, que contribuem para a riqueza e complexidade das interações sociais e culturais (Rodrigues e Abramowicz, 2013).

⁵ Conjunto de práticas, crenças, valores, normas e símbolos que são compartilhados por um grupo de pessoas e transmitidos de geração em geração, moldando a identidade e o comportamento dos indivíduos dentro desse grupo (Nascimento, 2020).

⁶ Prática intencional de fomentar modos não hegemônicos de ver a si, o outro e o planeta. Uma atuação que se dá como forma de expressão da vontade de transformar o mundo com imagens, como também pela força do desejo de verdade que chega a criar expressões e universos que só existem pela força ilocucionária daqueles que criam (Gomes, Sardelich e Rodriguez, 2023).

Figura 6. Reportagem - Escola de Música da Rocinha



Fonte: Adaptado de RJ TV 1ª Edição (2022).

A arte visual também tem um lugar de destaque na Rocinha. Muitos artistas locais usam a arte como uma forma de comentar sobre a vida na favela e desafiar as percepções negativas da favela. Esses artistas usam uma variedade de mídias, incluindo pintura, escultura e arte de rua, para expressar suas experiências e pontos de vista (Coutinho, 2023).

Em suma, o ativismo cultural na Rocinha é uma parte vital da identidade da comunidade. Através da música, da dança e da arte, os residentes da Rocinha têm sido capazes de expressar suas experiências, desafiar a marginalização e afirmar seu direito à cidade. A música, especialmente o funk e o samba, serve como uma poderosa ferramenta de resistência e expressão. Os bailes funk, por exemplo, não

são apenas eventos de entretenimento, mas também espaços de socialização e afirmação cultural. Eles permitem que os jovens da comunidade se conectem com suas raízes e compartilhem suas histórias de vida.

A dança, por sua vez, é uma forma de arte que transcende barreiras sociais e econômicas. Grupos de dança na Rocinha, como os de hip-hop e passinho, utilizam o movimento corporal para contar histórias de resistência e superação. Esses grupos frequentemente se apresentam em eventos locais e internacionais, levando a cultura da Rocinha para além de suas fronteiras.

A arte visual também desempenha um papel crucial no ativismo cultural da Rocinha. Murais e grafites espalhados pelas ruas da comunidade não só embelezam o ambiente, mas também transmite mensagens de luta e esperança. Artistas locais utilizam suas obras para abordar temas como desigualdade, violência e direitos humanos, criando um diálogo visual com os moradores e visitantes.

Além disso, projetos culturais e educacionais, como oficinas de teatro, música e artesanato, oferecem oportunidades para os jovens desenvolverem suas habilidades e encontrarem novas perspectivas de vida. Esses projetos não só enriquecem a vida cultural da comunidade, mas também contribuem para a formação de uma identidade coletiva forte e resiliente.

Em resumo, o ativismo cultural na Rocinha é uma manifestação vibrante e multifacetada da identidade comunitária. Através da música, da dança e da arte, os residentes não apenas expressam suas experiências e desafios, mas também constroem um senso de pertencimento e reivindicam seu espaço na cidade.

Vale lembrar que nem sempre tudo foi muito tranquilo na comunidade. Infelizmente a Rocinha também já enfrentou desafios significativos como a violência e o crime organizado que de algum modo segue sendo uma realidade na favela. Com isso, a Rocinha já foi, e por vezes ainda é (ainda que agora numa frequência bem menor), palco de conflitos entre gangues rivais e de operações policiais violentas, como relata Strønen (2016). Esses desafios sempre impactam de algum modo a vida dos moradores da Rocinha e moldaram também a percepção da favela na sociedade mais ampla.

Apesar desses desafios, a Rocinha continua a ser um espaço de resistência e resiliência, além de estar num constante movimento de desconstrução de uma imagem negativa marcada pela violência. A comunidade continua a lutar por seus

direitos e a buscar soluções para os desafios que enfrenta, tal como aconteceu recentemente no dia 16/11/2023, um protesto devido à falta de energia elétrica, conforme ilustra figura adiante. A história da Rocinha é uma história de luta e resistência.

Figura 7. Moradores da Rocinha Protestando pela Falta de Energia Elétrica na Comunidade



Fonte: Adaptado de O Globo (2023a).

Esta seção ofereceu uma breve visão da rica história da Rocinha, que para ser contada com mais detalhes decerto precisaria de muitos outros trabalhos e pesquisas como esta, uma vez que esta se trata de uma favela cheia de histórias e com uma diversidade que impressiona. Ficou evidenciado que a Rocinha possui uma história de resistência e resiliência, bem como possui um ativismo cultural, marcas únicas que por sua vez moldam(ram)(rão) a comunidade ao longo do tempo por meio da exploração da luta pela terra, do direito à cidade e do vibrante ativismo cultural, somos capazes de entender melhor a Rocinha e sua importância no contexto mais amplo do urbanismo informal e da luta por direitos na cidade do Rio de Janeiro.

Após esta seção, será feito um mergulho também em outro contexto da Rocinha, onde será ilustrada a localização geográfica única da Rocinha, sua demografia e o contexto socioeconômico. Isso nos permitirá entender melhor as condições atuais na Rocinha e como elas foram moldadas por sua história.

2.2 Breve contexto geográfico, demográfico e socioeconômico

A partir do contexto histórico apresentado anteriormente, esta seção se debruçará sobre Rocinha em seu contexto atual, considerando sua localização geográfica, demografia e situação socioeconômica.

A Rocinha, está localizada entre os bairros de São Conrado e Gávea, duas das áreas mais valorizadas do Rio de Janeiro, localizada na Zona Sul, considerada a zona mais elitizada e turística. A favela possui duas vertentes, uma menos conhecida, com acesso pela Avenida Marquês de São Vicente na Gávea em continuação pela Estrada da Gávea que sobe a vertente da Rocinha mais próxima da Gávea até um dos acessos principais chamado "Rua Um" e desce pela outra vertente, mais conhecida, que desemboca em São Conrado.

Uma curiosidade histórico-geográfico que talvez nem mesmo alguns habitantes da Rocinha (ou pelo menos os mais jovens) saibam é que a Estrada da Gávea já foi uma pista de corrida de Grand Prix entre os anos 1933 até 1954, conforme relatado por Felipe Lucena (2020), no Diário do Rio. O circuito também era conhecido como "Trampolim do Diabo" devido às suas curvas perigosas, principalmente na Estrada da Gávea, que atravessam a Rocinha e hoje são utilizadas pelas motos, ônibus, vans e demais veículos que circulam o morro. A figura a seguir, retirada do vídeo *Pistas esquecidas: O circuito da Gávea* ilustra uma dessas curvas sinuosas.

Figura 8. Pistas esquecidas: O circuito da Gávea

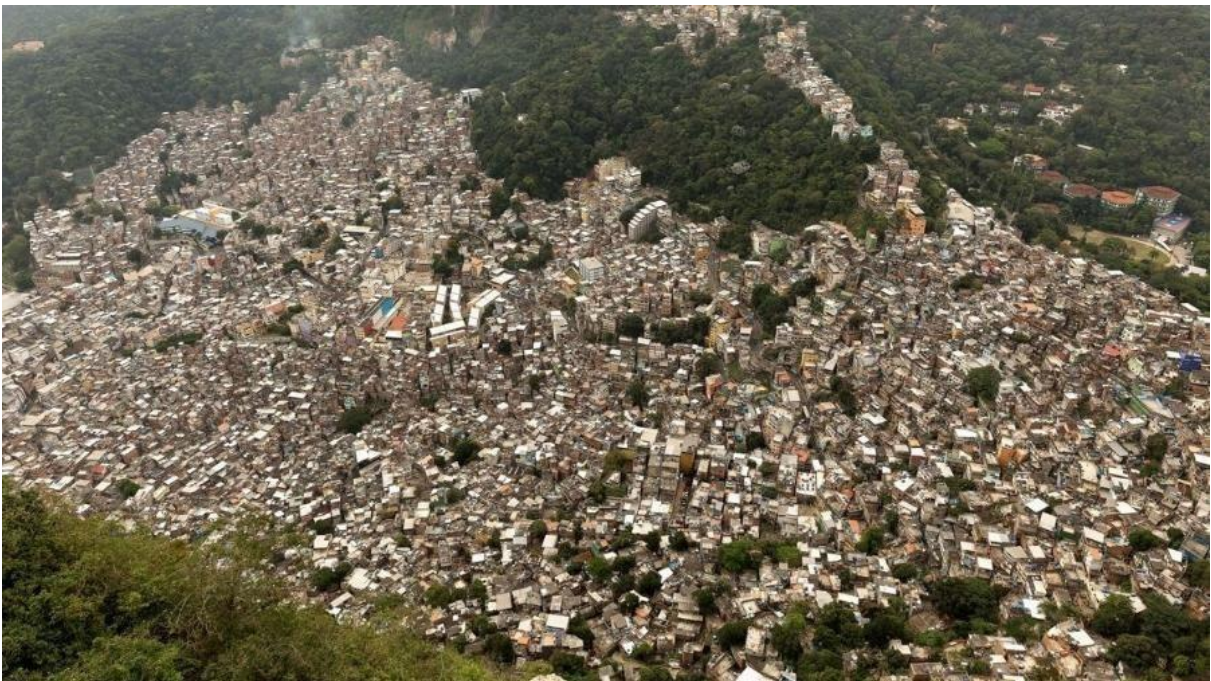


Fonte: Adaptado de Pistas Esquecidas (2021).

Outra curiosidade interessante é o que relata Lima (2012) a respeito de uma característica geográfica única da Rocinha: ela cresceu de cima para baixo. Os primeiros colonos, em sua maioria da região nordeste do Brasil como já apontado no item anterior, se estabeleceram nas partes mais altas da colina, em um território desconhecido, e começaram a construir suas casas lá. Com o tempo, à medida que a população da Rocinha aumentava, a construção se expandiu para as partes mais baixas da colina, resultando na paisagem urbana densamente povoada que vemos hoje. A figura 9 ilustra a complexidade geoespacial da Rocinha, com seu emaranhado de casas e ruas distribuídas ao longo das duas vertentes

Em termos demográficos e espaciais, a Rocinha é uma das maiores favelas do Brasil e uma das mais desenvolvidas, o Censo Demográfico 2010 do IBGE havia constatado que a comunidade da Rocinha é a mais populosa do país, com 69.161 habitantes, distribuídos em 25.352 domicílios, numa média de quase três moradores por residência. Esses números foram contestados pela comunidade: “A Rocinha tem entre 180 mil e 220 mil habitantes”, conforme fala do então presidente da Associação de Moradores da Rocinha, Leonardo Rodrigues Lima (Tabak, 2011).

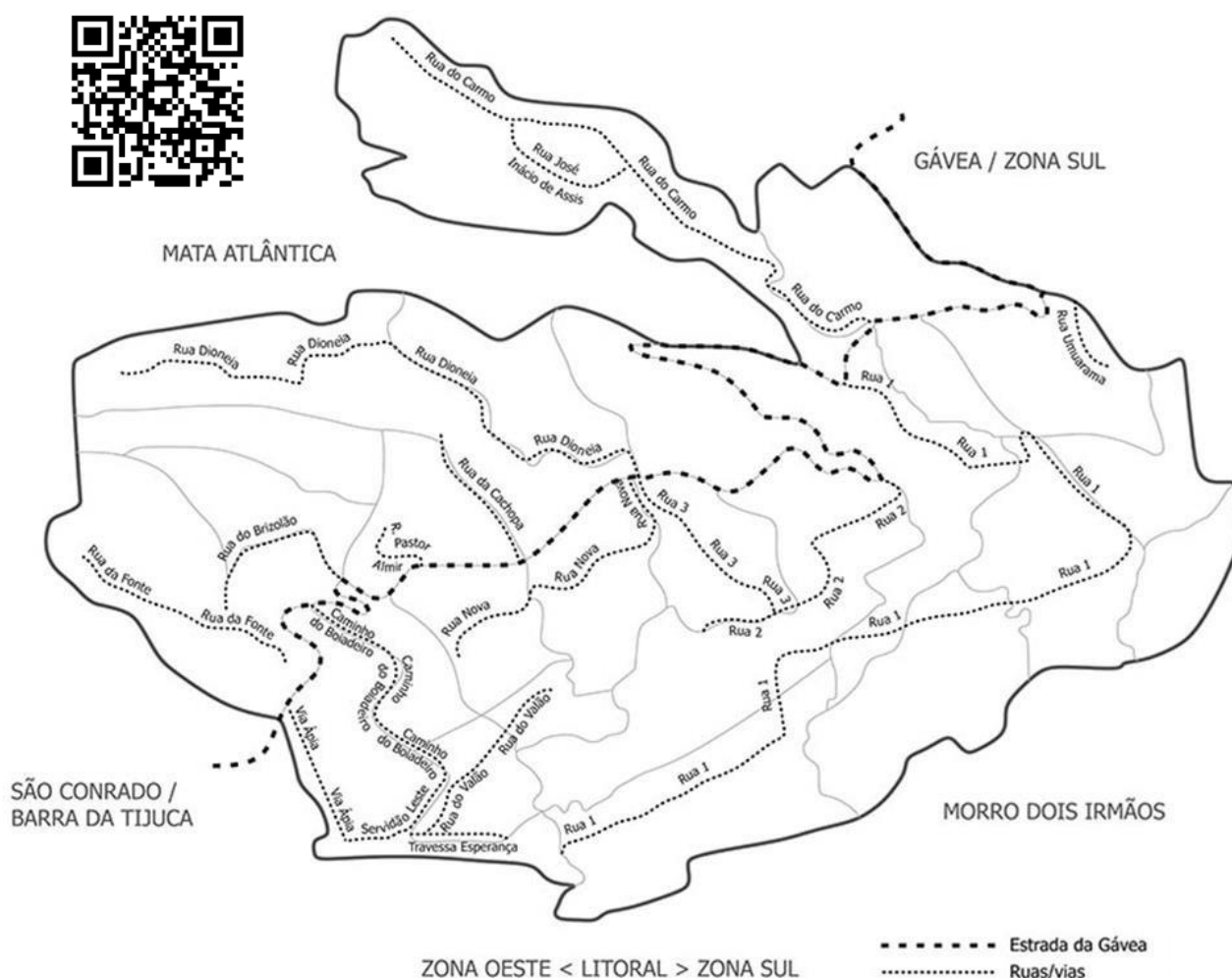
Figura 9. Rocinha Vista do Morro Dois Irmãos



Fonte: Baravelli (2021).

As figuras 10 e 11 ilustra trazem mapas que contextualizam as principais ruas de acessos internos e suas sub-regiões⁷.

Figura 10. Mapa da Rocinha: Vias principais



Fonte: Adaptado de Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI, s.d.).

⁷ Os Mapas são meramente ilustrativos, mas cumprem seu objetivo principal, ilustrar acessos e regiões da rocinha. Vale ressaltar que em ambos se nota uma carência de elementos gráficos, como a ausência de escala e norteamento, o que poderia enriquecê-los ainda mais, podendo dar mais informações ao leitor. A escolha das cores e de um *Basemap* (Mapa base para contextualizar geograficamente as informações expostas, como por exemplo uma imagem orbital) também poderiam ter sido consideradas. Para complementar as ilustrações, estas foram georreferenciadas e suas informações compiladas, gerando o Mapa apresentado no Apêndice A. Os limites expostos no mapa também foram repensados levando em consideração aos limites determinados pela Data Rio, portal de dados abertos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro(s.d.), tendo sido necessário também extrapolar os limites das sub-regiões da Rocinha.

Figura 11 — Mapa da Rocinha: Sub-regiões



Fonte: Adaptado de Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI, s.d.).

Segundo Reis e Doyle (2023), a comunidade tem cerca de 30.955 unidades habitacionais, ficando atrás apenas da Sol Nascente no Distrito Federal, com 32.081 unidades habitacionais. Número este que também pode ser contestável já que existe uma dificuldade maior no acesso a determinadas áreas da Rocinha, devido a sua configuração geoespacial.

Os contextos geográficos e demográficos influenciam direta ou indiretamente no contexto social da Rocinha desde o seu passado até os tempos atuais. Segundo Carvalho Filho (2004), a Rocinha passou por um período significativo de mudanças e

desenvolvimento a partir de meados da década de 1940 até a década de 1980. Durante este tempo, os habitantes da Rocinha sofreram um processo de integração, vulnerabilidade e desvinculação sociais.

Carvalho Filho (2004) aponta também que este período foi marcado por um fluxo migratório significativo para as favelas cariocas, estimulado pelo processo de industrialização. A expansão de construções para as camadas médias e alta na zona sul da cidade do Rio de Janeiro impulsionou o crescimento das favelas nesta região, notadamente a da Rocinha.

Os anos 1980 marcaram a comunidade pelo abandono por parte do Estado da opção de solucionar a questão das favelas através de remoções. Durante este período, a Rocinha e seus habitantes tiveram que navegar por um ambiente político e social em constante mudança, muitas vezes em condições de vulnerabilidade (Carvalho Filho, 2004).

No presente, a Rocinha continua a enfrentar desafios significativos. Apesar dos avanços em algumas áreas, a favela ainda enfrenta problemas com constantes escassez de água, inundações e deslizamentos de terra, como aponta Comelli (2023). Além disso, a pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades estruturais das populações de favelas no enfrentamento à pandemia: "Em apenas 5 dias, entre 10 a 15 de abril, o número oficial de pessoas diagnosticadas com Covid-19 na Rocinha tinha passado de 6 para 35, e 3 pessoas haviam morrido até então". (ENSP-FIOCRUZ, 2020).

No entanto, a Rocinha também é um exemplo de resistência e resiliência. A favela é conhecida por sua paisagem política rica e diversificada, com centenas de ONGs e grupos de base (Comelli, 2023). Essas organizações desempenham um papel crucial na promoção de direitos, oferecendo serviços essenciais e criando espaços de diálogo e participação comunitária. A resiliência da Rocinha é evidenciada pela capacidade de seus moradores de se adaptarem e superarem adversidades, muitas vezes em condições de extrema vulnerabilidade.

Além disso, a Rocinha tem uma cena cultural vibrante, com o Museu Sankofa desempenhando um papel fundamental na preservação e celebração da história e cultura da comunidade. O museu não só preserva a memória coletiva, mas também serve como um espaço de educação e conscientização, promovendo o orgulho e a identidade cultural entre os moradores (Museu Sankofa, s.d.). A cultura local é

expressa através de diversas formas de arte, como música, dança e artes visuais, que são frequentemente utilizadas como ferramentas de resistência e transformação social.

Em resumo, a Rocinha, como muitas favelas em todo o mundo, é um lugar de contradições - enfrentando desafios significativos, mas também um local de resistência, resiliência e rica cultura e história. A capacidade de adaptação e inovação dos moradores da Rocinha é um testemunho da força e da determinação da comunidade em buscar melhores condições de vida, apesar das adversidades. Estudos sobre resiliência urbana destacam a importância de fortalecer a capacidade de aprendizagem, robustez e flexibilidade das comunidades para enfrentar crises e transições repentinas (Gonçalves, Borges e Marques, 2021). A Rocinha exemplifica como essas características podem ser desenvolvidas e mantidas em contextos de alta vulnerabilidade.

Por fim, este capítulo abordou um pouco da história e o contexto geográfico, demográfico e socioeconômico da Rocinha, este mergulho no passado no contexto geral da Rocinha (social, econômico e demográfico) também está bem ilustrado no capítulo da Série *Rio da minha infância* de 2015, que aborda as memórias da rocinha do senhor Alencar, que na época afirmou estar na comunidade há 78 anos, que conta todas suas memórias sobre as mudanças da favela desde então. O vídeo também faz um contraponto a Rocinha atual, na qual a estudante Letícia conta sua um pouco da sua experiência no local, muito diferente da vivida pelo Senhor Alencar.

Figura 12. TV PUC-Rio: Rio da minha infância - Rocinha



Fonte: Adaptado de Rio da minha infância - Rocinha (2015).

Todos os aspectos mapeados neste capítulo são imprescindíveis para esta pesquisa e que servirá de base também para os próximos capítulos, que abordarão os limites e potenciais do PAC na Rocinha e proporá Diretrizes para integrar o planejamento urbano, a participação social e o desenvolvimento sustentável na Rocinha, visando otimizar e trazer novas ideias para gestão da comunidade, bem como podendo inspirar novos projetos e políticas públicas.

3 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM PERSPECTIVA

Este capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão das potencialidades e limitações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha. Serão destacadas as intervenções realizadas pelo PAC, abordando tanto os impactos positivos quanto os negativos na comunidade. Os desafios enfrentados durante a implementação do programa e as oportunidades geradas serão discutidos detalhadamente. Através desta análise, busca-se compreender melhor o papel do PAC na transformação da Rocinha e identificar possíveis caminhos para futuras intervenções. Este capítulo permeará a temática Planejamento Urbano Participativo e Sustentável, como uma proposta mais democrática, contextualizada e efetiva de ações que visam melhorias para a comunidade.

3.1 Surgimento e funcionamento

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007 pelo governo federal brasileiro, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico do país através de um conjunto abrangente de políticas econômicas e investimentos em infraestrutura. A criação do PAC visava enfrentar as deficiências estruturais históricas do Brasil, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (Jardim e Silva, 2015).

O programa iniciado durante o governo Lula teve continuidade também durante o mandato do Governo de Dilma Rousseff, utilizando

parcerias público-privadas visando à retomada do planejamento e à execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com o intuito, segundo o governo, de contribuir para o desenvolvimento acelerado e sustentável da economia (Jardim e Silva, 2015).

O PAC foi estruturado em três eixos principais: logística, energia e infraestrutura social e urbana. Cada eixo incluía projetos de construção e modernização de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, geração e distribuição de energia, além de obras de saneamento básico, habitação e urbanização de favelas.

A implementação do programa foi dividida em fases, com metas específicas para cada período, sendo constantemente monitorada e ajustada conforme a necessidade (Jardim e Silva, 2015; Santos, 2018).

Conforme Jardim e Silva (2015), as ações do PAC se sustentaram nas seguintes estratégias:

- Uma programação maciça de investimentos em infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos etc.), geração de energia e infraestrutura social (saneamento e habitação), com grande participação das empresas estatais e bancos públicos;
- Um conjunto de incentivos tributários (exonerações fiscais a setores e bens específicos) e financeiros (expansão e redução do custo do crédito para investimento) ao setor privado, complementado por arranjos institucionais voltados para o estabelecimento de regras estáveis e condições de segurança jurídica ao investimento privado na indústria e na infraestrutura;
- Um arranjo de compromissos da política fiscal e monetária até 2010 (cujo elemento central é a redução progressiva da taxa básica de juros da economia), tendo em vista viabilizar o financiamento do programa de investimento público (pela, entre outras coisas, redução do superávit primário e da velocidade de crescimento dos gastos com pessoal) e tornar consistente em termos macroeconômicos o programa de crescimento, o dispêndio público e a estabilização de preços

A administração do PAC envolvia diferentes ministérios e órgãos governamentais, com a coordenação central do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A execução dos projetos contava com a participação de governos estaduais e municipais, bem como do setor privado, através de parcerias público-privadas (PPP) (Santos, 2018; Reis e Rota, 2019).

O impacto do PAC na economia brasileira foi significativo, gerando empregos, estimulando a economia e melhorando a infraestrutura do país. Entre 2007 e 2014, a economia brasileira manteve uma média de investimentos nos níveis mais altos já registrados, atingindo 18,4%. Nesse período, os investimentos em infraestrutura aumentaram 171,1%. Foram criados mais de 20 milhões de postos de trabalho e mais de 12 milhões de empregos. Houve um aumento significativo no rendimento médio real e na massa de rendimentos da população em geral. A dívida líquida do setor público caiu de 60,4% do PIB em 2002 para 36,1% do PIB em 2014. As reservas internacionais cresceram de 37,8 bilhões de dólares em 2002 para 375,8 bilhões de dólares em 2014, entre outros avanços (Brasil, 2010, 2014 e 2016).

De acordo com o 11º Balanço Completo do PAC, entre 2007 e 2010, foram investidos R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, de um total previsto de R\$ 619 bilhões. Desses investimentos, R\$ 219,20 bilhões foram realizados por empresas estatais, com destaque para a Petrobrás, que investiu R\$ 148,7 bilhões. Além disso, R\$ 67,80 bilhões vieram do orçamento fiscal da União e da seguridade, enquanto R\$ 216,9

bilhões foram aportados pela iniciativa privada, incluindo empresas, fundos de pensão e fundos do mercado financeiro (Brasil, 2012).

Quanto ao destino dos investimentos, R\$ 274,8 bilhões foram direcionados para o setor de energia, incluindo petróleo, com R\$ 65,9 bilhões para geração de energia elétrica, R\$ 12,5 bilhões para transmissão de energia elétrica, R\$ 179 bilhões para petróleo e gás natural e R\$ 17,4 bilhões para combustíveis renováveis. Na infraestrutura social e urbana, foram investidos R\$ 170,8 bilhões, sendo R\$ 8,7 bilhões para o projeto Luz Para Todos, R\$ 40 bilhões para saneamento básico, R\$ 106,3 bilhões para habitação (Programa Minha Casa Minha Vida), R\$ 3,1 bilhões para metrô e R\$ 12,7 bilhões para recursos hídricos. Em logística, os investimentos totalizaram R\$ 58,3 bilhões, com R\$ 33,4 bilhões para rodovias, R\$ 7,9 bilhões para ferrovias, R\$ 2,7 bilhões para portos, R\$ 3,0 bilhões para aeroportos, R\$ 0,7 bilhões para hidrovias e R\$ 10,6 bilhões para a Marinha Mercante (Brasil, 2012).

No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), foi relançado o programa, rebatizado como PAC 2. Os investimentos nesta fase foram divididos em seis eixos distintos: (i) Transporte; (ii) Energia; (iii) Cidade Melhor; (iv) Comunidade Cidadã; (v) Minha Casa, Minha Vida; e (vi) Água e Luz para todos. O PAC 2 focou na “inclusão social dos pobres, por meio do eixo Comunidade Cidadã, assim como da continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida e do investimento em obras para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas” (Jardim e Silva, 2015)

De acordo com Taioka *et al* (2023), em 11 de agosto de 2023 o Governo Federal lançou a terceira edição do Programa, intitula Novo PAC, que prevê contar com 1,7 trilhão de reais investidos entre o governo, empresas estatais, setor privado e financeiro. Conforme os autores, o foco desta fase consiste na geração de emprego e renda; redução das desigualdades sociais e regionais; promoção da industrialização e crescimento com inclusão e proteção ambiental.

Para atingir objetivos citados, o Novo PAC dividirá o investimento em 9 eixos de atuação: i) transporte eficiente e sustentável; ii) infraestrutura social inclusiva; iii) cidades sustentáveis e resilientes; iv) água para todos; v) inclusão social e conectividade; vi) transição e segurança energética, vii) inovação para a indústria da defesa; viii) educação ciência e tecnologia e; ix) saúde (Taioka *et al* , 2023).

O eixo Cidades sustentáveis e resilientes receberá o maior montante, de R\$610 bilhões, incluindo projetos para moradias do programa "Minha Casa Minha Vida" e iniciativas relacionadas à mobilidade urbana, gestão de

resíduos sólidos e esgotamento. Transição e segurança energética receberá também um alto investimento, de R\$540 bilhões, abrangendo iniciativas como o programa "Luz para Todos", com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica, especialmente no Nordeste e em comunidades isoladas na Amazônia Legal. Em seguida, Transporte eficiente e sustentável receberá R\$349 bilhões. Defesa receberá um investimento de R\$53 bilhões. Educação, ciência e tecnologia receberá R\$45 bilhões. Saúde receberá R\$31 bilhões. Água Para Todos receberá R\$30 bilhões. Inclusão digital e conectividade contará com R\$28 bilhões, destinados a fornecer internet a escolas públicas e unidades de saúde, bem como expandir as redes 5G e 4G. Já o eixo Infraestrutura Social e Inclusiva será contemplado com R\$2 bilhões. (Taioka *et al* , 2023).

O Novo PAC não apenas amplia o escopo dos projetos existentes, mas também introduz novas prioridades, como a digitalização de serviços públicos, investimentos em energias renováveis e a modernização de infraestrutura para atender às demandas de uma economia cada vez mais digital e sustentável (Brasil, 2023).

Esta fase atual também enfatiza a necessidade de transparência e participação cidadã, aprendendo com os desafios de governança enfrentados nas fases anteriores. A implementação de tecnologias avançadas de monitoramento e plataformas de feedback público são algumas das estratégias adotadas para melhorar a gestão e a eficácia do programa (Taioka *et al* , 2023).

Figura 13. Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)



Fonte: Adaptado de Novo Programa de Aceleração do Crescimento (2023).

(Re)olhando para as fases anteriores, nota-se que os PAC I e II foram essenciais para melhorar a infraestrutura do Brasil, mas enfrentaram desafios como a gestão de grandes obras e a baixa qualidade dos projetos iniciais, resultando em revisões, aumento de custos e atrasos. Com o tempo, esses problemas foram mitigados com a experiência adquirida, conforme apontado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023).

Vale lembrar também que em 2014, a Operação Lava-Jato e as denúncias de corrupção resultaram na paralisação de muitas obras e no cancelamento de investimentos, afetando principalmente os setores de petróleo, gás e construção civil. Estima-se que isso causou a perda de 4,4 milhões de empregos, 3,6% do PIB, e uma redução significativa na arrecadação de impostos e contribuições. Entre 2002 e 2021, os investimentos públicos em relação ao PIB cresceram até 2010, desaceleraram em 2011 e começaram a cair em 2014, atingindo o menor nível em 2021, influenciados pela pandemia de COVID-19 e pelo Teto de Gastos implementado em 2016. (DIEESE, 2023; Taioka *et al* , 2023).

O Novo PAC, além de buscar solucionar os problemas das edições anteriores, incorpora novas áreas, como o eixo de conectividade. Também destaca a preocupação ambiental e o combate às mudanças climáticas, alinhando-se com a agenda de transição ecológica, frequentemente mencionada nos discursos de Lula e seus ministros como uma prioridade governamental. Os investimentos são organizados em três grandes eixos, destacando as principais áreas de atuação:

1. Infraestrutura Logística: Nas edições I e II, recebeu 10,25% dos investimentos, destinados a rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e estradas vicinais. Na nova edição, o eixo se torna mais sustentável e recebe 20,68% dos investimentos.
2. Transição e Segurança Energética: Anteriormente chamado de Infraestrutura Energética, recebeu 33,91% dos investimentos nas edições I e II. Na nova edição, recebe 32% dos recursos, com foco na transição energética.
3. Infraestrutura Social e Urbana: Inclui novas áreas como inclusão digital e conectividade, com investimentos em 4G e 5G. A proporção de investimentos caiu de 55,83% nas edições anteriores para 47,33% na nova edição, com destaque para inovação e pesquisa em Educação e Saúde.

(Taioka *et al* , 2023).

Como pode ser observado, embora o Novo PAC apresente maiores recusos que o PAC I, apresenta um volume de investimentos consideravelmente menor em comparação ao PAC II. Isso indica que, apesar de direcionar-se para a retomada da política industrial, o Novo PAC ainda não alcança os níveis de investimento observados anteriormente. Além disso, a participação pública no programa foi reduzida, com uma maior contribuição relativa do setor privado no financiamento do Novo PAC (36%), em contraste com as participações privadas de 21% e 18% nos PACs I e II, respectivamente (Taioka *et al* , 2023).

Apesar das dificuldades enfrentadas, as lições aprendidas com o PAC 1 e PAC 2 são valiosas para o planejamento de futuras intervenções urbanas. A adoção de uma gestão integrada e descentralizada, maior transparência através de tecnologias de monitoramento e plataformas de participação cidadã, e a incorporação de princípios de desenvolvimento urbano sustentável são passos essenciais para maximizar a eficácia de futuros programas. Além disso, a participação ativa da comunidade é crucial para garantir que as intervenções atendam às reais necessidades da população e promovam um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Essa compreensão aprofundada do PAC, incluindo as fases PAC 1, PAC 2 e o atual Novo PAC, nos prepara para examinar sua aplicação específica na Rocinha, uma das favelas mais conhecidas do Brasil. A próxima seção, explorará os impactos e desafios das intervenções realizadas pelo PAC nessa comunidade. Serão destacados tanto os aspectos positivos quanto os negativos, e discutidas as potencialidades e limitações do programa na transformação da Rocinha. Através desta análise, buscaremos compreender melhor o papel do PAC na Rocinha e identificar caminhos para futuras intervenções que possam realmente promover um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável..

3.2 PAC na Rocinha

A Rocinha, que é, como já visto nos capítulos anteriores, uma das maiores e mais conhecidas favelas do Brasil, com toda sua complexidade geográfica e cultural, tem sido alvo de diversas iniciativas de urbanização ao longo das décadas. Entre essas iniciativas, pode-se citar os projetos de urbanização do Programa Favela-Bairro

na década de 1990 e as ações do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP), que visavam melhorar a infraestrutura e as condições de vida dos moradores (Cardoso *et al*, 2021).

Além destes projetos os projetos de urbanização, destaca-se também o PAC, que, como já visto anteriormente, foi uma iniciativa significativa do governo federal brasileiro, lançada em 2007, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social através de investimentos em infraestrutura e melhorias urbanas.

O PAC promoveu o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP ou PAC-Favelas), considerado o maior programa de urbanização em favelas da história do Brasil, dividido em duas fases: o PAC-UAP1 (2007-2010) e o PAC-UAP2 (2011-2014). O objetivo desse programa foi o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento da favela, através de projetos de urbanismo, habitação, mobilidade e infraestrutura, com foco no saneamento básico. Assim, a parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro possibilitou investimentos iniciais em três favelas da cidade do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos e Rocinha. Mais tarde outras favelas também foram contempladas, como Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, Babilônia e Chapéu Mangueira (Magalhães, 2022).

A implementação do PAC na Rocinha trouxe uma série de impactos e desafios que refletem a complexidade de promover um planejamento urbano participativo e sustentável em contextos de alta vulnerabilidade social. Segundo Cardoso *et al*(2021), as intervenções do PAC na Rocinha incluíram a construção de infraestrutura básica, como redes de esgoto e água potável, pavimentação de ruas, construção de unidades habitacionais e melhorias em serviços públicos, como escolas e centros de saúde. No entanto, esses esforços também enfrentaram inúmeros obstáculos.

Entre os principais desafios estão a resistência de alguns moradores às mudanças propostas, questões relacionadas à posse da terra e indenizações, além de problemas com a gestão e continuidade das obras. De acordo com Coutinho, Coelho e Veloso (2020), destaca que a dinâmica de participação comunitária foi significativamente afetada durante a implementação do PAC, com conflitos emergindo devido à falta de transparência e comunicação entre os gestores do programa e a comunidade local.

O programa, com interesses políticos e econômicos, buscava resultados rápidos. Kondrowska (2017) elucida que o cronograma do projeto de 12 meses foi reduzido para 6 meses, focando na entrega do produto final ao governo estadual. O Plano Diretor Socioespacial da Rocinha foi entregue em dois volumes: o Volume I, com o Plano Socioespacial, incluindo levantamentos, diagnósticos, reuniões,

legislações e planos de estruturação viária, transporte, intervenção urbanística, infraestrutura, cultura e coleta de lixo; e o Volume II, com projetos arquitetônicos de equipamentos públicos, como unidades habitacionais, creche, unidade pré-hospitalar, centro esportivo, escola de ensino médio, passarela do Oscar Niemeyer e centro de convivência, comunicação e cultura.

O contrato entre o governo do estado do Rio de Janeiro e o governo federal para a Rocinha teve o impacto de transformar o Plano Diretor Socioespacial da Rocinha no PAC-UAP, como visto anteriormente. Desse modo, as intervenções foram selecionadas para serem realizadas em curto prazo, simultaneamente ao Plano (Magalhães, 2022).

Conforme Comelli (2021), essa ação causou uma confusão na percepção dos moradores sobre quais projetos são produtos do Plano e quais são produtos do Programa na comunidade.

O contrato com a Rocinha envolveu um investimento total de R\$180 milhões, sendo R\$120 milhões do governo federal e R\$60 milhões do governo estadual. Os projetos incluíam a construção do Complexo Esportivo da Rocinha, unidade hospitalar, conjuntos habitacionais, creche, nova passarela, alargamento e urbanização da Rua 4, revitalização do Caminho do Boiadeiro, mercado público no Largo do Boiadeiro, dois planos inclinados e o Centro de Convivência, Comunicação e Cultura (C4), além de obras de saneamento, como a canalização do valão (Magalhães, 2022).

Em tese, conforme apresentado por Martins(2019), foram realizadas reuniões participativas em cada Área de Intervenção para aproximar a equipe técnica da população, discutir problemas, ideias e propostas. Essas reuniões, ocorridas em diferentes fases do Plano Diretor, permitiram à população acompanhar o desenvolvimento do plano, incorporar demandas não percebidas tecnicamente e expor conflitos entre lideranças comunitárias. Esse processo, embora demorado e trabalhoso, facilitou a construção de um Pacto Social com a comunidade da Rocinha.

Durante o PAC-UAP1, a Rocinha recebeu cerca de R\$122 milhões em investimentos para obras públicas e infraestrutura urbana, com 76,63% dos projetos concluídos. Foram construídos o Complexo Esportivo, a UPA, a passarela projetada por Oscar Niemeyer, o Centro de Convivência, Comunicação e Cultura (C4), além de melhorias na Rua 4, que conecta a Estrada da Gávea ao Caminho dos Boiadeiros,

Figura 15. Rua 4 antes da intervenção do PAC



Fonte: M&T, 2007b, p. 24, 34, 38 apud. Kondrowska (2017, p. 122)

Figura 16. Rua Nova (Antiga Rua 4) depois da intervenção do PAC com conjunto Habitacional construído



Fonte: Jorge Mario Jáuregui apud. Kondrowska (2017, p. 122)

Para isso, foram removidas 621 moradias, mas apenas 144 unidades habitacionais foram construídas, atendendo 23% dos reassentamentos. A maioria das famílias recebeu indenização (41%), compra assistida (34%) ou aluguel social (1%). O número de unidades habitacionais não foi suficiente e não priorizou áreas de risco. A primeira etapa do programa não cumpriu todas as intervenções prometidas, como a creche, finalizada na segunda etapa após reivindicações. Projetos como a unidade hospitalar foram alterados, resultando na UPA, uma edificação provisória para emergências (Kondrowska, 2017).

Isso revela uma falta de compromisso e desrespeito dos gestores do PAC 1 com população local, indo em contraponto com o que foi acordado anteriormente com

os moradores que participaram das reuniões de planejamento. Esses descontentamentos se replicaram também na segunda fase do programa, como veremos adiante.

O PAC-UAP 2 recebeu um investimento de R\$156 milhões para reurbanizar o Caminho do Boiadeiro, construir planos inclinados, um mercado popular no Largo do Boiadeiro e uma creche próxima à Biblioteca Parque, além de melhorar o saneamento básico. No entanto, apenas 44,10% das obras foram concluídas, com a creche sendo o único projeto finalizado. Devido à preparação do Rio de Janeiro para megaeventos, muitos projetos foram abandonados, incluindo os planos inclinados, e surgiu a proposta de um teleférico para melhor integração da favela com a cidade (Magalhães, 2022).

Figura 17. Construção abandonada do plano inclinado previsto no PAC 2 da Rocinha



Fonte: O Globo (2023b).

Segundo Magalhães (2022), os planos inclinados seriam mais eficazes para a mobilidade na Rocinha, adaptando-se ao terreno, enquanto o teleférico, visto como uma solução midiática, foi apelidado de “telefante” pelos moradores, que protestaram contra ele. Eles acreditavam que o teleférico seria um “elefante branco”, voltado para o turismo e não resolveria a mobilidade, beneficiando apenas os moradores do percurso, além de desapropriar famílias e não investir em saneamento básico.

Figura 18. Panfleto de Campanha contra o teleférico criado pelo Rocinha Sem Fronteiras



5 razões para não querer o Telefante

- 1 Não é prioridade:** a prioridade urgentíssima é saneamento básico na Rocinha.
- 2 É brutalmente invasivo:** 4 mil moradores vão perder suas casas. Você pode ser um deles.
- 3 Não resolve:** não é acessível a cadeirantes e idosos, não transporta material, mas os turistas vão adorar.
- 4 É tecnicamente inadequado:** planos inclinados são solução melhor em qualquer quesito.
- 5 Tem altos custos de construção e manutenção:** depois de feito, a população paga o mico.

Associação Rocinha sem Fronteiras
Contato: 9171 7072

Fonte: Agência Nacional das Favelas (ANF, 2022).

No vídeo institucional disponível no Youtube pelo Canal Ascom Seobras RJ (Figura 17), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, evidencia-se o apelo midiático ao programa, com fala de moradores que dizem estar satisfeitos com o PAC 1, que se contrapõem ao que foi apresentado anteriormente e ao que será apresentado no capítulo seguinte. Precisa-se reconhecer que, embora o programa não tenha sido totalmente satisfatório em ambas as fases, existe é claro algum impacto positivo sobre a comunidade.

Figura 19 — Lançamento do PAC 2 Rocinha



Fonte: Ascom Seobras RJ (2013).

Apesar dos avanços infraestruturais, as intervenções do PAC 1 e 2 na Rocinha não foram suficientes para resolver problemas estruturais de longa data, como a violência urbana e a precariedade das condições de moradia em certas áreas da favela. Com isso, o que se espera do Novo PAC na comunidade?

Uma Rocinha urbanizada, com seus pontos mais altos acessíveis por rede de cinco planos inclinados e os moradores de áreas de risco reassentados na própria comunidade ou em áreas vizinhas. Abastecimento de água e coleta de esgoto e lixo universalizados. A descrição pode parecer utopia em uma comunidade conhecida pelas valas negras e pelo amontoado de casas em becos estreitos, o que facilita a propagação de doenças — a média de casos de tuberculose por lá é dez vezes maior que a do resto do país. A implantação de uma infraestrutura adequada nas comunidades voltou à ordem do dia com a aprovação da revisão do Plano Diretor do Rio, no mês passado, pela Câmara Municipal. (Magalhães, 2024).

Conforme trecho acima da reportagem de Magalhães (2024), existe uma expectativa de que próximos programas de urbanização possam trazer melhorias para a comunidade, sobretudo porque uma novidade no planejamento urbano da cidade é o novo dispositivo que “prevê que todas as comunidades precisam ter seus próprios planos diretores, que devem ser implementados nos próximos dez anos, quando haverá nova revisão das regras urbanística” (Magalhães, 2024).

Na Rocinha, o plano de urbanização, existente há 15 anos, foi atualizado e agora só precisa de ajustes. A secretária municipal de Meio Ambiente, Tainá de Paula, anunciou que usará o documento como programa-piloto. Segundo o arquiteto Luiz Carlos Toledo, com vontade política, é possível concluir as obras em dois mandatos. Serão necessários cerca de R\$ 2 bilhões para remover famílias de áreas de risco e reflorestar áreas de proteção ambiental, reduzindo riscos de deslizamentos (Magalhães, 2024).

Com isso, entende-se que há uma esperança para que, parte dos recursos do Novo PAC previstos para serem disponibilizados para a cidade do Rio de Janeiro, sejam direcionados à comunidade. Entre as principais expectativas dessa nova fase do programa para a comunidade estão a ampliação da infraestrutura de saneamento básico, a implementação de projetos de mobilidade urbana mais eficientes e sustentáveis, e o fortalecimento dos serviços de saúde e educação na favela.

Se ocorrer, existe uma expectativa também que o Novo PAC consiga promover um verdadeiro planejamento urbano participativo, envolvendo ativamente os moradores da Rocinha nas decisões sobre as intervenções a serem realizadas, além de que se cumpra por parte dos gestores as ações prometidas, conforme alinhado entre todos. Este engajamento é visto como crucial para assegurar que as obras reflitam as necessidades e desejos da comunidade, garantindo uma maior sustentabilidade e efetividade dos projetos. A esperança é que o Novo PAC possa superar os desafios do passado e trazer transformações duradouras, melhorando significativamente a qualidade de vida dos habitantes da Rocinha e integrando-os de maneira mais plena à cidade formal.

Ressalta-se então a importância de considerar as potencialidades e os limites do PAC na Rocinha, especialmente no que se refere à capacidade de implementar um planejamento urbano verdadeiramente participativo e sustentável.

3.3 Planejar, Participar e Sustentar: entre ecos e ações

Planejamento, participação e sustentabilidade. Este são os pilares do Planejamento Urbano Participativo e Sustentável, como o próprio nome sugere. Parece redundante falar disso, mas é importante iniciar dessa forma, pois, é preciso refletirmos um pouco sobre as ações que estes três substantivos implicam. Existe um modismo atual a respeito destas três palavras, sobretudo num mundo onde tudo pode ser capitalizado.

Muito se fala de Planejamento, quando é de interesse, sobretudo político ou eleitoral, ou até mesmo quando empresas do setor privado querem mostrar uma imagem agradável aos seus públicos, dizendo que se preocupam com o social – o que as vezes até pode ser sincero, mas tantas vezes não é. Atualmente já se fala também de participação popular, mas muitas das vezes é algo que para apenas no discurso, ou que até mesmo acontece, mas não é levado em consideração pelos gestores. Sustentabilidade é outra palavra da moda, onde instituições públicas e privadas também usam de belos discursos para sua promoção e até mesmo um novo modo de lucrar, existem até conceitos com palavras estrangeiradas para isso *Green Money* e *Greenwashing*⁸.

Portanto, muito mais que fazer belos (mas rasos) discursos substantivados nestas três palavras, precisa-se encontrar modos de romper *rizomaticamente*⁹ esta lógica, se (re)apropriar delas, mas não apenas para ficar em discussões acadêmicas teóricas, como infelizmente acaba acontecendo tantas vezes.

⁸ Embora o "Green Money" seja amplamente promovido como uma solução financeira para incentivar práticas sustentáveis, ele não está isento de críticas. Uma das principais críticas é a questão do "greenwashing", onde investimentos são rotulados como "verdes" sem evidências substanciais de seu impacto ambiental positivo. Além disso, há preocupações sobre a transparência e a eficácia real desses investimentos, visto que muitas vezes faltam métricas claras e confiáveis para medir seu impacto ambiental. Estudos apontam que, em alguns casos, os fundos captados por meio de títulos verdes (green bonds) podem ser usados para fins que não são genuinamente sustentáveis, desviando-se dos objetivos ambientais originais (Schmittman e Teng, 2021).

⁹ O conceito de rizoma, desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, é uma metáfora botânica que se contrapõe à estrutura hierárquica e linear da árvore, tradicionalmente usada para representar sistemas de pensamento e conhecimento. Diferente da árvore, que possui uma raiz central e ramificações ordenadas, o rizoma se caracteriza pela sua multiplicidade e conectividade, permitindo múltiplas entradas e saídas. Ele representa um modelo de pensamento e organização não hierárquicos, descentralizado, e horizontal, onde qualquer ponto pode se conectar a qualquer outro. Essa estrutura rizomática é utilizada para descrever fenômenos culturais, sociais e epistemológicos que não se conformam a uma lógica centralizadora e linear, mas que operam por conexões, associações e fluxos contínuos (Deleuze e Guattari, 1995).

É claro que estas discussões teóricas são importantes e precisam acontecer, tal como acontece nesta escrita de dissertação, mas mais imprescindível que isso, é transformá-las em ações reais.

Portanto, precisa-se tentar quebrar a *quarta parede*¹⁰ com aquele que lê, provocando-o a não deixar que aquela discussão acabe por si só ali, nas palavras escritas e lidas. Precisa-se transformar esta leitura que é distante da realidade em uma leitura de mundo real, escrita pelo próprio mundo. que muitas das vezes não se mistura com a realidade, ou que trata a realidade como um objeto de estudo distante, como num aquário.

Figura 20. Ensaio Fotográfico na Aldeia Maracanã: Em nossas Artérias, Nossas Raízes



Fonte: Mendes (2012).

¹⁰ A "quarta parede" no teatro é uma convenção que se refere a uma parede imaginária na frente do palco, através da qual o público observa a ação como se estivesse espiando uma realidade separada. Este conceito permite aos espectadores suspender a descrença e se envolverem na narrativa de forma mais imersiva. A quebra da quarta parede ocorre quando atores reconhecem a presença do público, interagem diretamente com ele ou fazem referências que ultrapassam os limites do palco, rompendo essa barreira imaginária e criando uma dinâmica de interação. Esse recurso é frequentemente utilizado para engajar o público de maneira mais direta e pode ser encontrado em diversas formas de arte, incluindo cinema e televisão.

Inspirado na própria ação da natureza - que, sem intervenção externa, se potencializa e ocupa espaços que antes já eram de sua propriedade - é preciso deixar que a própria comunidade se integre ao que se deseja planejar para si. Tal como raízes(rizomas) podem (re)ocupar seus espaços, rompendo e ao mesmo tempo sustentando estruturas rígidas, concretadas (figuras 20 e 21), a comunidade pode se empoderar das decisões que podem ser tomadas nelas próprias.

Figura 21. Ensaio Fotográfico na Aldeia Maracanã: Músico e crianças indígenas



Fonte: Mendes (2012).

As figuras 18 e 19 ilustram o resistir e reexistir da natureza, representada tanto pelas raízes das árvores que hoje dominam (rompem e sustentam) as estruturas do casarão que se encontra no território da aldeia maracanã, quanto pela própria aldeia que segue ocupando seu espaço de direito e que já sofreu ataques como por exemplo o de 2014, com a desocupação “pela Tropa de Choque da Polícia, por ordens do então Governador Sergio Cabral Filho, que havia prometido a venda do espaço à iniciativa privada” (Mendes,2012).

Com isso, o que se pretende provocar aqui é que, talvez, mais importante que os três substantivos pilares dessa discussão, são os verbos de onde estes derivam:

Planejar, Participar e Sustentar. Ações efetivas que são ofuscadas pelo substantivar em discursos rasos.

Ações estas que podem iniciar, desenvolver, finalizar e recomeçar juntas, em atos cíclicos de discussão, efetivação e revisão. Juntas podem formar uma simbiose muito positiva para o planejamento urbano, sobretudo em favelas e periferias.

Transforma-se assim um planejamento participativo passivo, em um planejamento participativo ativo, que não pretende apenas “dar voz” à comunidade, mas sim escutá-las. Porém não apenas ouvi-las, mas sim sentir estas vozes que já ecoam, que muitas das vezes passam despercebidas, como ruídos.

Estas ações, ao se encontrarem com esses ecos, regem *sincopados*¹¹ uma harmonia que pode ser transcrita em partitura *não hegemônica*¹². Isto é, formam uma ferramenta empoderada e eficaz, no qual a comunidade pode de fato estar presente, não mais como uma figura passiva. Deixando de ser peças de um jogo [político] de tabuleiro e transformando-se em líderes com poder de decisão e ação, tal como a figura do personagem da vida real, o líder comunitário Zé do Carço, eternizado na canção de Leci Brandão:

No serviço de auto-falante / Do morro do Pau da Bandeira / Quem avisa é o Zé do Carço / Que amanhã vai fazer alvoroço / Alertando a favela inteira / [...] / É que o Zé do Carço trabalha / O Zé do Carço batalha / E que malha o preço da feira / E na hora em que a televisão brasileira / Distrai toda gente com a sua novela / É que o Zé põe a boca no mundo / Que faz um discurso profundo / Ele quer ver o bem da favela / Está nascendo um novo líder / No morro do Pau da Bandeira.

¹¹ A síncope na música é um elemento rítmico que se caracteriza pelo deslocamento do acento natural de uma nota ou som para um tempo ou parte fraca do compasso, criando uma sensação de surpresa ou descontinuidade no fluxo rítmico esperado. Esse fenômeno ocorre quando a ênfase rítmica é transferida de um tempo forte para um tempo fraco, ou quando uma nota é prolongada além de seu valor métrico normal, causando um deslocamento do padrão rítmico estabelecido. A síncope é amplamente utilizada em diversos gêneros musicais, especialmente na música popular e no jazz, sendo uma característica marcante do samba brasileiro (Baia, 2011).

¹² O conceito de “não hegemonia” se refere a situações ou práticas que não estão dominadas por uma visão ou força predominante, desafiando a hegemonia estabelecida por meio de formas alternativas de organização e pensamento. De acordo com a teoria de Antonio Gramsci, a hegemonia não é apenas uma questão de domínio político, mas envolve a direção cultural e moral da sociedade. A “não hegemonia” implica a existência de espaços de resistência e a promoção de práticas contra hegemônicas que buscam transformar as estruturas de poder existentes (Silva, 2017).

Figura 22. História de Zé do Caroço



Fonte: Adaptado de Lapablack (2024).

Figura 23. Clipe Zé do Caroço (Versão da Banda Canto Cego)

CANTO CEGO | ZÉ DO CAROÇO (Clipe Oficial)



Fonte: Adaptado de Canto Cego (2017).

É importante que se permita escutar vozes como a de Zé do Caroço e tantos outros Zés e Marias do Caroço; da Silva; de Sousa; ou de qualquer outro sobrenome ou apelidos comuns, que muitas das vezes são vistos como não importantes.

É preciso, portanto, *planejar com participação, participar com voz ativa e sustentar-se com planejamento.*

Planejar com participação é permitir que aqueles que vivem a realidade possam opinar, valorizando o conhecimento local. Ou seja, é preciso envolver diretamente os moradores na criação e implementação de políticas urbanísticas, garantindo que as intervenções atendam às necessidades reais da comunidade.

Participar com voz ativa é impor que esses ecos vibrem e interfiram efetivamente no planejamento e sua execução. Em contraponto a voz ativa, é preciso que os gestores também tenham escuta ativa, que não tentem interferir ou calar essas vozes.

Sustentar-se com planejamento é pensar meios de permitir a sustentabilidade não apenas ambiental, mas também econômica, cultural etc. dos espaços e daqueles que os ocupam e interagem com eles, bem como que se sustente também as ações pensadas na/com a comunidade para a comunidade.

Inspirado em tudo que foi discutido aqui, foi realizada uma pesquisa anônima com os moradores, ex-moradores e trabalhadores da Rocinha, de modo a se mapear seus ecos que anseiam melhoras para o local onde estas convivem.

4 UMA ROCINHA COLABORATIVA

Este Capítulo percolará pelos ecos dos Moradores da Rocinha que contribuíram com sugestões de melhorias para a comunidade em uma pesquisa anônima; pelas ações já realizadas e que tem sinergia com o tema em outras comunidades; e pela proposta de uma ferramenta participativa de mapeamento colaborativo.

4.1 Colaboração em Mapa: Rocinha-Ecomaps

Para esta pesquisa foram colhidas sugestões de moradores, ex-moradores e trabalhadores da Rocinha, por meio de uma pesquisa anônima, utilizando a metodologia conhecida como Bola de Neve. Um tipo de amostragem

não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou

informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014).

Essa metodologia foi escolhida intencionalmente, uma vez que é eficaz em contextos em que o acesso direto aos participantes é difícil de se alcançar em toda a favela da Rocinha, devido a sua dimensão. Foi um meio interessante de se testar a participação ativa da comunidade, incentivando entre seus membros o engajamento na participação da pesquisa.

A pesquisa foi realizada através de um formulário virtual e distribuída há um grupo de 6 pessoas do ciclo social próximo do autor, que também é morador da comunidade. Foi indicado que estes 6 participantes indicassem a pesquisa para outros moradores da rocinha.

O formulário tinha único campo de resposta por texto livre onde foi solicitado que o participante informasse apenas onde mora na Rocinha, há quanto tempo e sugestões para melhorias na comunidade, no qual apenas as sugestões foram consideradas respostas obrigatórias para contabilizar na pesquisa. Não foi solicitado que informassem nomes ou outros dados.

Ao final, 40 participantes responderam o formulário, com apenas 1 resposta incompleta - que não indicava quaisquer sugestões. Vale ressaltar que pessoas que não moram mais na comunidade, mas que já viveram lá, bem como pessoas que trabalham na Rocinha e não necessariamente são moradores participaram voluntariamente da pesquisa. As respostas forneceram uma base valiosa para a compreensão das necessidades e aspirações da comunidade.

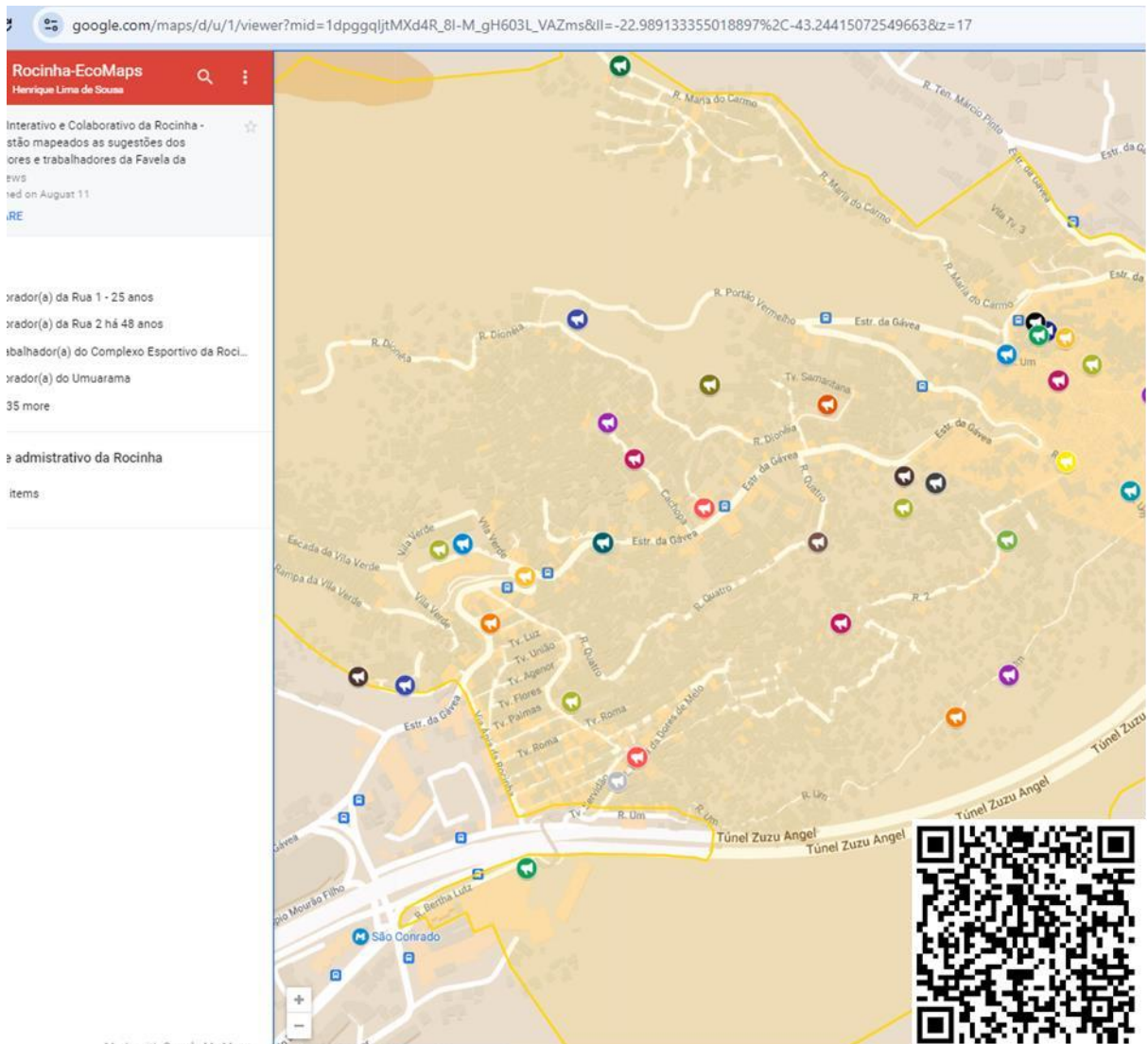
Essas contribuições refletiram uma variedade de preocupações, desde infraestrutura básica e mobilidade até questões ambientais, sociais e culturais. A partir das contribuições dos participantes foi possível também geoespacializar as respostas manualmente através da ferramenta gratuita MyMaps da Google.

A ferramenta Mymaps do Google foi escolhida por sua acessibilidade e facilidade de uso, permitindo que qualquer pessoa com acesso à internet possa visualizar e contribuir para o mapa. Os dados coletados foram inseridos no mapa de acordo com a localidade indicada pelo participante, quando era o caso. Alguns participantes inclusive enviaram suas Localizações pelo GPS do celular, podendo dar mais precisão no posicionamento da sua resposta no mapa (ainda que não fosse o objetivo). Deste modo, foi construído então um mapa colaborativo e interativo, no qual pode-se acessar os relatos dos moradores, bem como fotos enviadas por alguns que desejaram complementar suas respostas e ilustrar o que foram apontados nelas.

Este mapa foi batizado como *Rocinha-Ecomaps*, que visa dar publicidade aos Ecos da comunidade, criando um ambiente que pode ser utilizado para um planejamento urbano mais democrático, onde as decisões sejam tomadas com base no conhecimento e na experiência de quem vive diariamente os desafios da favela.

Ao promover uma abordagem de baixo para cima, o Rocinha-Ecomaps não apenas mapeia a realidade atual da comunidade, mas também constrói um futuro mais sustentável e inclusivo. Esse projeto tem o potencial de servir como modelo para outras comunidades, demonstrando a importância e a eficácia da participação cidadã no planejamento urbano.

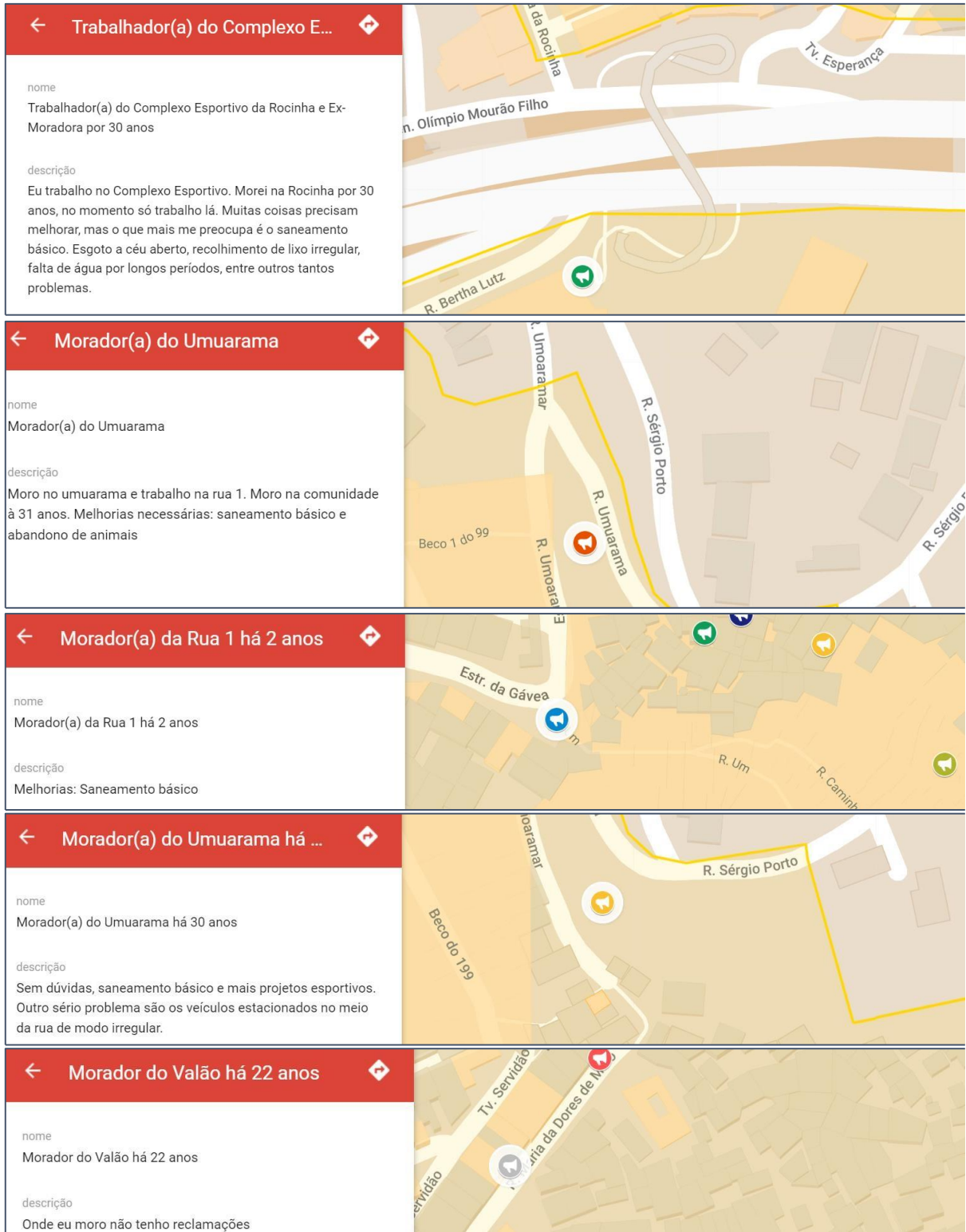
Figura 24. Rocinha-EcoMaps, Visão geral.



Fonte: O Autor (2024).

As cores foram escolhidas aleatoriamente para que não se pareça que qualquer comentário seja mais ou menos importante. Foi escolhido o símbolo de Megafone, inspirado no personagem Zé do Carvão, tornando assim cada participante um líder da comunidade. As figuras a seguir apresentam as contribuições dos participantes da pesquisa, que serão discutidas na sequência.

Figura 25. Ecos de Moradores do Umuarama, Rua Um, Valão e Trabalhador(a) do Complexo Esportivo da Rocinha



Fonte: O Autor (2024).

Figura 26. Ecos de Moradores da Rua Um, Sete e Rua Dois

nome

Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega há 27 anos

descrição

Estou na comunidade desde que nasci, há 27 anos;

Melhorias: Saneamento Básico, Organização nos Sistemas Elétricos (Principalmente em questão de Segurança), Melhorar as vias para circulação de veículos, Criar um Sistema de Cadastramento para as casas (essa parte será bem difícil pois a questão do CEP é um problema recorrente de muito tempo na Comunidade).

7 fotos

nome

Morador(a) do Sete há 35 anos

descrição

Sou morador da Rocinha, na localidade conhecida como 7. Não trabalho na comunidade.

2 - O tempo que tenho como morador da comunidade, é 35 anos, nascido e criado nela.

3 - Há muitos pontos que deveriam ter uma notoriedade para mudanças. Exemplo. Entre becos e vielas, gravei um vídeo e enviei a um amigo, uma vez que ia ao barbeiro, visualizei uma vala, que tem uma certa fundura, porém, o lixo já chegava à calçada. Acho também, que poderia haver um espaço para locação de transportes, uma garagem, para que os donos dos carros e motos, pudessem pagar uma taxa mensal e guardar seus veículos. Por fim, saneamento, conscientização dos próprios moradores com seus veículos e lixo na rua. Água e luz, já foram um problema pior, porém, detalhadamente, acho que poderia mudar algumas coisas.

nome

Morador(a) da Rua 1 - Tempo morando na Comunidade não informado - 53 anos no Rio de Janeiro

descrição

Moro na Rua 1, n° 153, casa 1
Trabalho no Ciep Doutor Bento Rubião na Estrada da Gávea

Estou na Cidade a 53 anos

Na comunidade falta melhorar muitas coisas, entre as mais importantes: saneamento, segurança, infraestrutura em geral

nome

Moradora da Rua 2

descrição

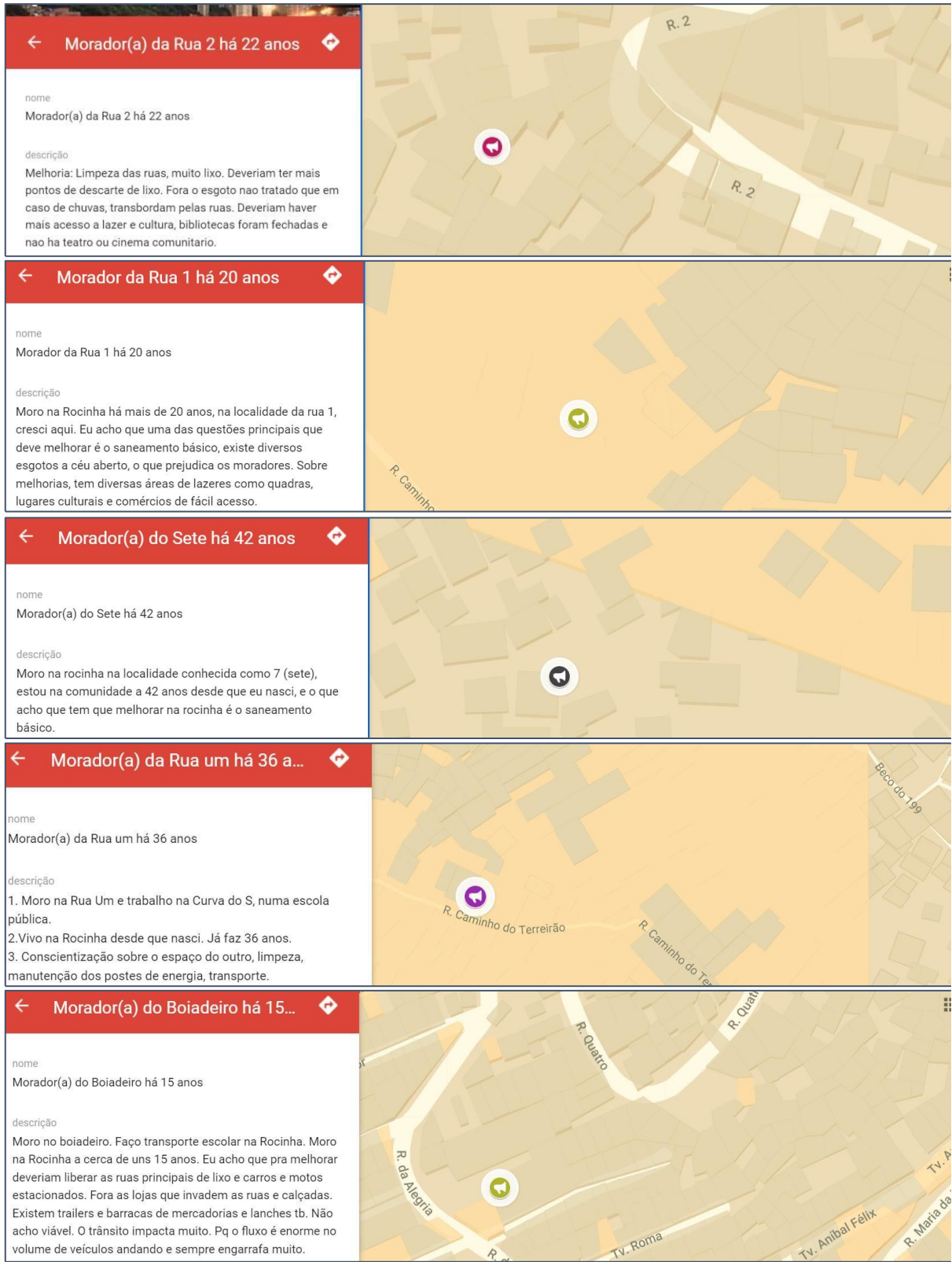
Sou nascida e criada na Rocinha, moro na rua 2. Bom, se a proposta do questionário é introduzir novas ideias de melhorias e projetos, é de suma importância levar em consideração os quais já foram implementados. Devemos questionar se esses projetos estão sendo executados e gerenciados de forma adequada.

A partir disso, podemos começar a pensar sobre a implementação de outros. Por exemplo: áreas onde os moradores podem encontrar mais sobre a história da comunidade; projetos culturais; projetos ecológicos para conscientização sobre o meio ambiente e como a Rocinha precisa de cuidados neste sentido por iniciativa dos próprios moradores.

Tudo isso, pode contribuir para que o corpo social local sintase mais pertencente à Rocinha, isto muda a forma como enxergam seu lar, portanto, incentivando um cuidado maior.

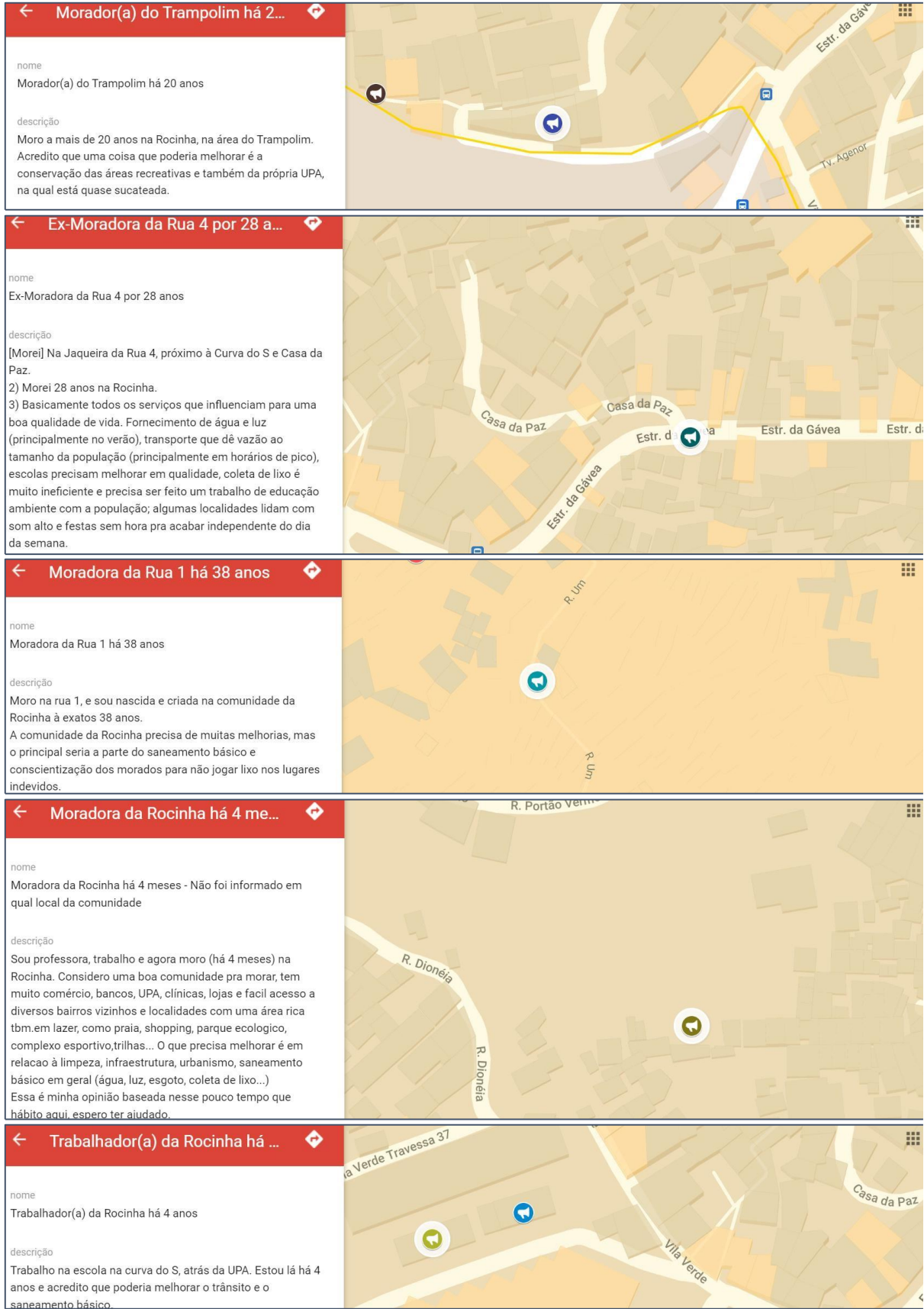
Fonte: O Autor (2024).

Figura 27. Ecos de Moradores da Rua Dois, Rua Um, Sete e Largo do Boiadeiro



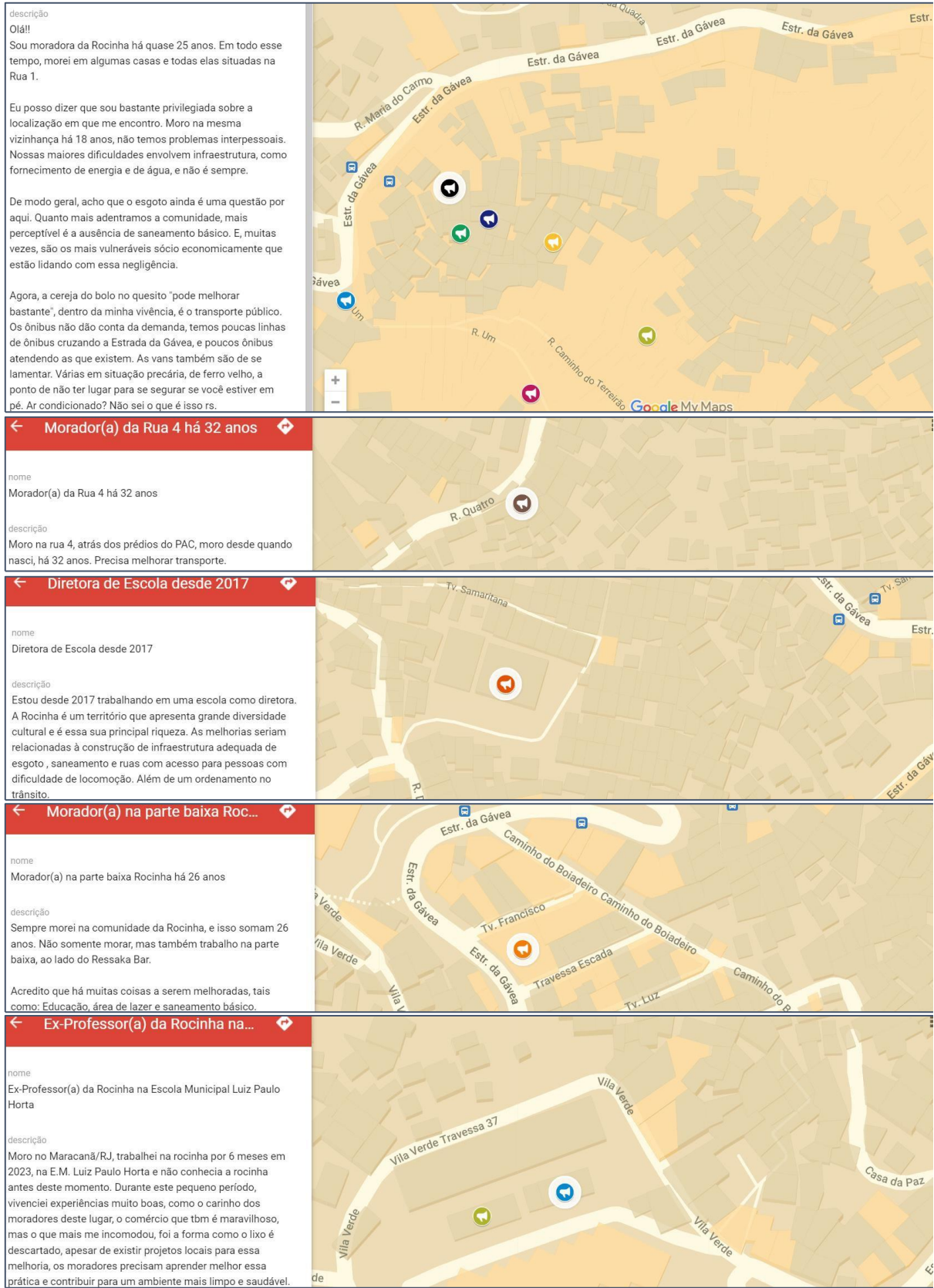
Fonte: O Autor (2024).

Figura 28. Ecos de Moradores do Trampolim, Rua um, Trabalhador(a) na Curva do S e Ex-Moradora da Rua Quatro



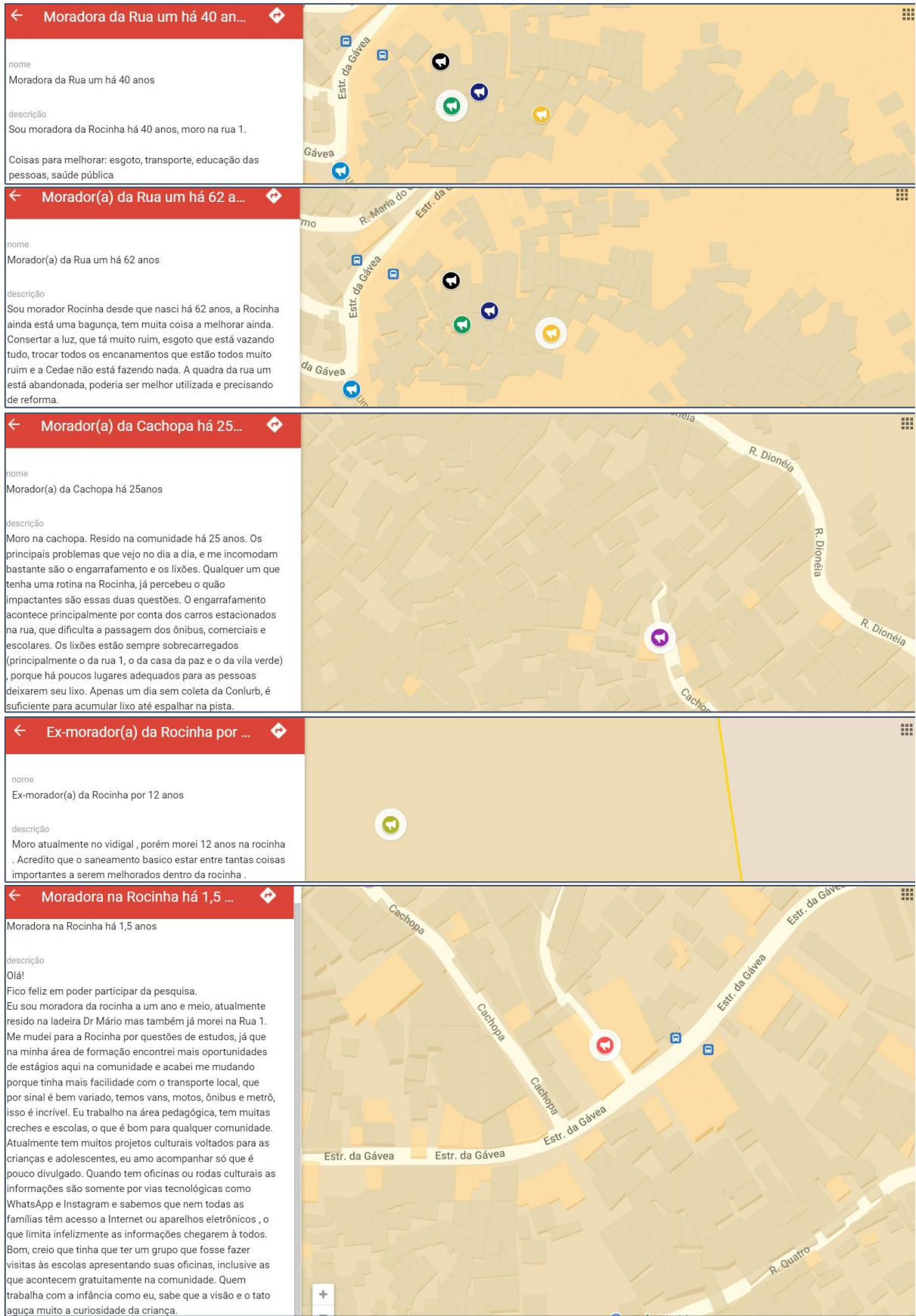
Fonte: O Autor (2024).

Figura 29. Ecos de Moradores da Rua Um, Rua Quatro, Parte Baixa, Diretora e Ex-professora e Escola na Rocinha



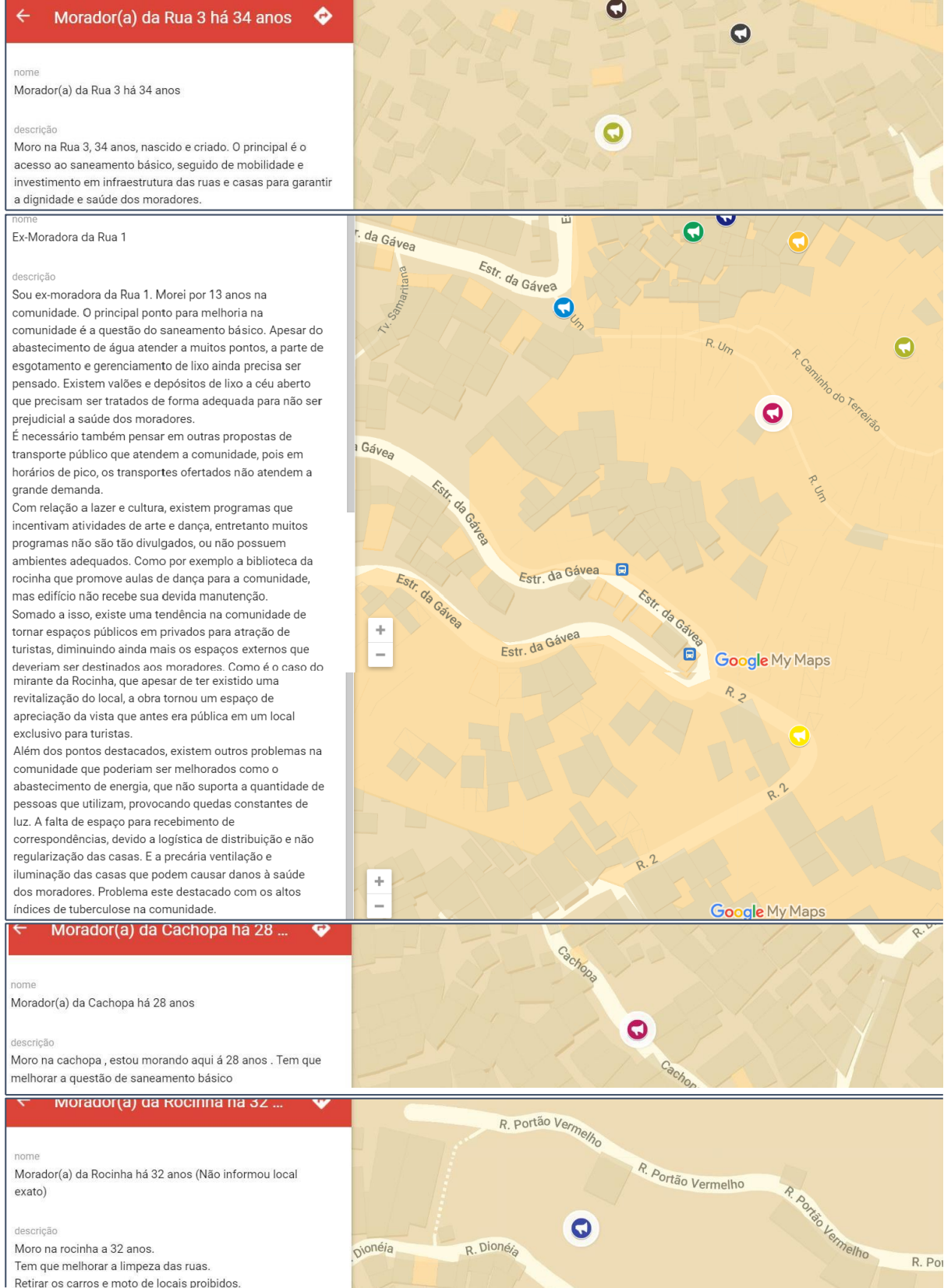
Fonte: O Autor (2024).

Figura 30. Ecos de Moradores da Rua Um, Cachopa, Ladeira Doutor Mario e Ex-Morador(a)



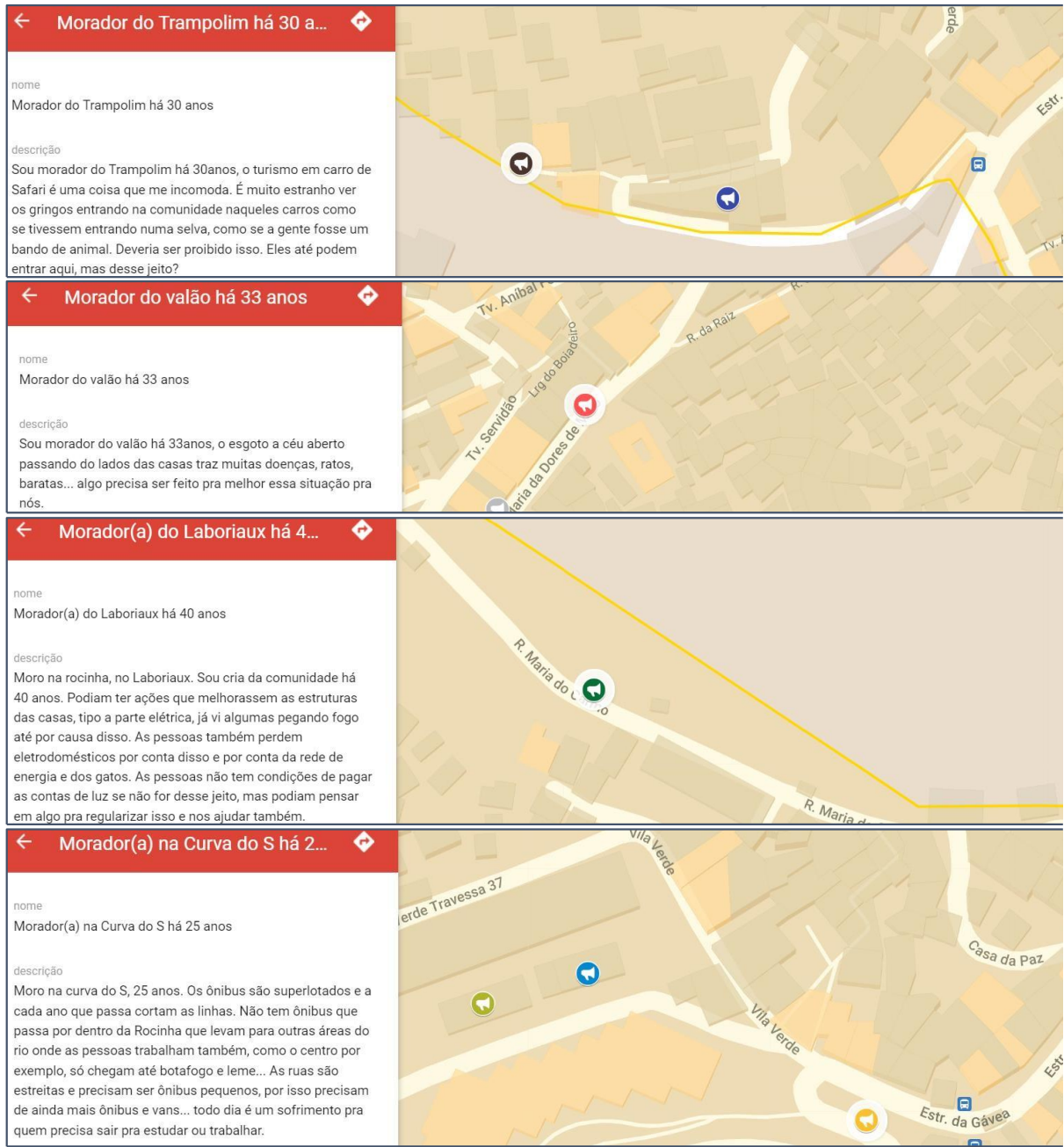
Fonte: O Autor (2024).

Figura 31. Ecos de Moradores da Rua Três, Cachopa, Trampolim, Local não informado e Ex-moradora da Rua 1



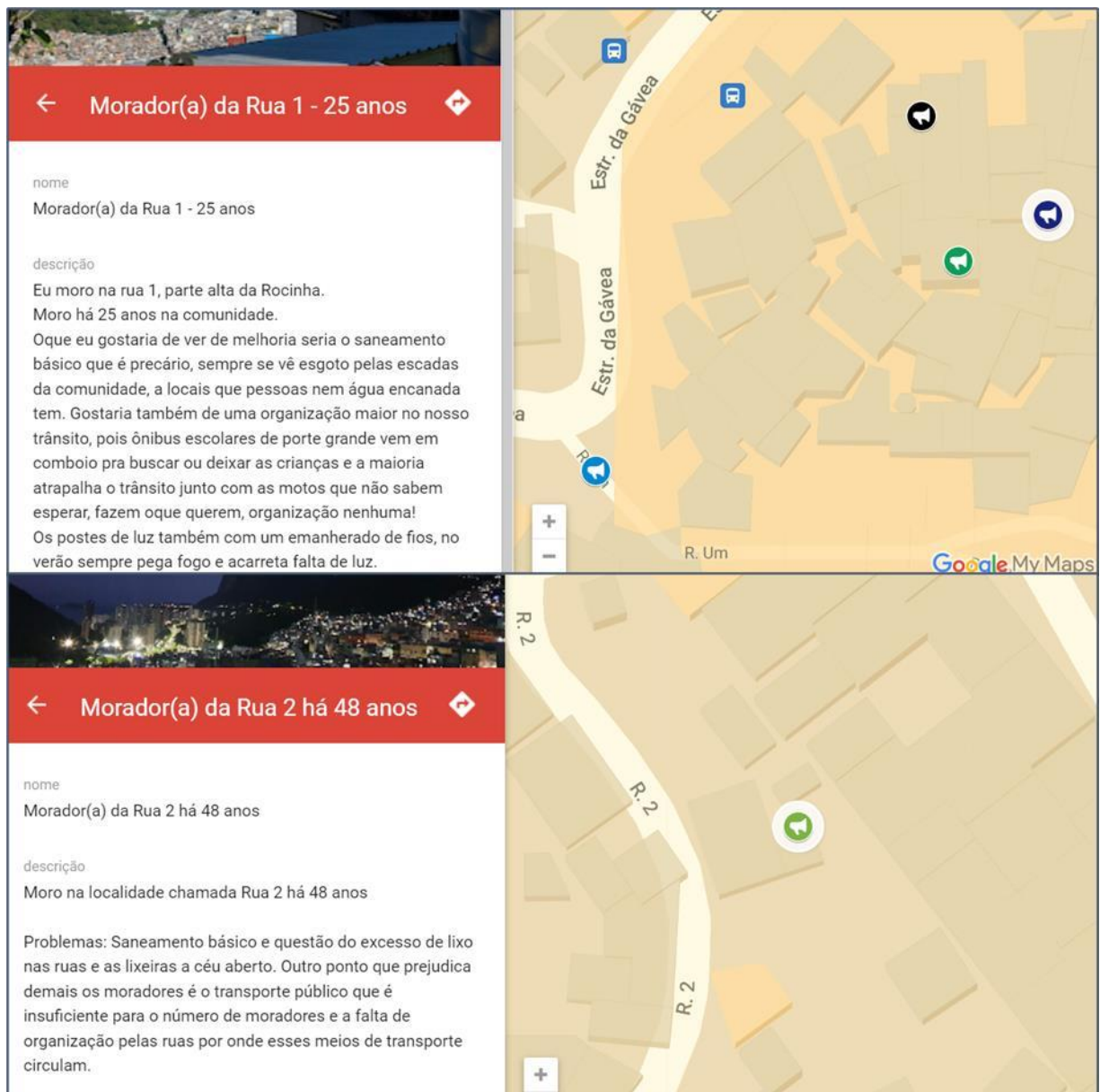
Fonte: O Autor (2024).

Figura 32. Ecos de Moradores do Trampolim, Valão, Laboriaux e Curva do S



Fonte: O Autor (2024).

Figura 33. Ecos de Moradores da Rua Um e Rua Dois



Fonte: O Autor (2024).

A partir das 39 respostas coletadas na pesquisa anônima, foi possível identificar padrões e necessidades comuns entre os moradores da Rocinha. Esta subseção se propõe a analisar criticamente essas respostas, destacando as principais demandas e desafios enfrentados pela comunidade, bem como refletir sobre as implicações dessas necessidades para o planejamento urbano participativo.

Esgotamento Sanitário precário: Uma das demandas mais recorrentes entre os participantes é a necessidade urgente de melhorias no saneamento básico. A

presença de esgoto a céu aberto e a falta de água encanada em diversas áreas da comunidade foram citadas repetidamente. A precariedade do saneamento não só afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, como também representa um risco significativo à saúde pública. Situações como essas destacam a necessidade de intervenções estruturais robustas para assegurar condições sanitárias adequadas. A falta de saneamento básico adequado compromete a saúde, a dignidade e a segurança dos moradores, evidenciando uma falha estrutural que necessita de atenção imediata e contínua.

Limpeza Urbana e Gestão de Resíduos: A gestão inadequada dos resíduos sólidos e a falta de limpeza das ruas foram frequentemente mencionadas. A presença de lixo acumulado em pontos de descarte irregular não apenas afeta a estética da comunidade, mas também representa um risco à saúde pública, contribuindo para a proliferação de doenças e pragas. Há uma clara necessidade de melhorar os serviços de coleta de lixo e implementar programas de conscientização ambiental para educar os moradores sobre a importância do descarte correto dos resíduos. Além disso, a criação de mais pontos de coleta de lixo e a regularização dos serviços de coleta são passos fundamentais para abordar este problema.

Infraestrutura Elétrica: Ponto que também está correlacionado ao saneamento básico, também foi mencionado como uma área crítica que necessita de melhorias. Vários moradores relataram problemas com emaranhados de fios nos postes, ocorrências frequentes de incêndios e quedas de energia, especialmente durante o verão. Essas condições não apenas representam riscos de incêndio e falhas de energia, mas também afetam negativamente a vida diária dos moradores, causando perda de eletrodomésticos e aumentando o perigo de acidentes. A regularização e melhoria da infraestrutura elétrica são essenciais para garantir a segurança e a qualidade de vida na Rocinha.

Trânsito e Transporte: O trânsito caótico e a insuficiência do transporte público foram questões levantadas por muitos participantes. A superlotação dos ônibus, a falta de organização nas ruas, especialmente devido à presença de veículos estacionados irregularmente, e a insuficiência de linhas de transporte que atendam às necessidades da comunidade foram apontados como problemas críticos. A necessidade de um sistema de transporte mais eficiente, seguro e organizado é evidente. A implementação de um planejamento viário adequado, que contemple a

reorganização das vias e a expansão das linhas de transporte público, é crucial para melhorar a mobilidade na Rocinha.

Estes 3 primeiros pontos levantados são os mais críticos e desafiadores para a favela da Rocinha. Que já vem sofrendo durante anos com o descaso das gestões públicas atuais e anteriores, desde seu início. O vídeo da influenciadora e moradora Salemm (figura 31), que se encontra em sua página *Fotogracia Favela Content*, com conteúdos sobre a Comunidade no Instagram, ilustra o que ela chamou de “Desvantagens de Morar na Favela da Rocinha”, algumas das dificuldades encontradas que também foram citados pelos participantes desta pesquisa.

Figura 34. Vídeo Desvantagens de Morar na Favela da Rocinha



Fonte: Adaptado de Salemm (2024).

Além da Salemm, foi enviado por alguns participantes desta pesquisa, imagens que ilustram também as deficiências da Rocinha, principalmente em relação a saneamento básico (esgoto, energia e lixo).

Figura 35. Foto enviada por participante da pesquisa (1)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

Figura 36. Foto enviada por participante da pesquisa (2)



Fonte: Morador(a) da Rua 1 - Região da Macega (2024).

O terceiro ponto, Trânsito e Transporte, também é um dilema para a comunidade que sofre com o trânsito causado tanto pelo fato da via principal de circulação da Rocinha, a Estrada da Gávea – que inicia na Marquês de São Vicente na Gávea, sobre até a altura da Rua um e desce até São Conrado – possuir trechos estreitos e curvas acentuadas, o que dificulta a circulação principalmente dos ônibus.

Isso é ainda mais agravado pelo espaço ocupado por veículos, principalmente motos, estacionados irregularmente como apontado por alguns participantes na pesquisa, que ocupam os espaços que já são bem limitados da via, causando transtorno à circulação dos veículos (inclusive para as próprias motos em circulação, vide figura 38) , sobre tudo nos horário de pico com circulação de ônibus escolares, caminhões de lixo etc.

Figura 42. Trânsito de moto na Rocinha



Fonte: ROCKYCRIA, 2023.

Outras questões relevantes também foram levantadas pelos participantes da pesquisa, como a utilização de espaços pública para área de lazer, Educação e Serviços públicos e Turismo, conforme relacionado abaixo.

Espaços Públicos e Áreas de Lazer: Foi mencionado também a falta de espaços públicos adequados e áreas de lazer como uma necessidade premente. A manutenção e revitalização de áreas recreativas, como quadras esportivas e praças, são essenciais para promover o bem-estar físico e mental dos moradores. Além disso, a criação de programas culturais e esportivos pode incentivar a coesão social e oferecer alternativas saudáveis de lazer para a juventude. Projetos que promovam a inclusão social e cultural são fundamentais para fortalecer o senso de comunidade e pertencimento.

Educação e Serviços Públicos: A qualidade da educação e a disponibilidade de serviços públicos, como saúde e segurança, também foram pontos levantados. Melhorias nas escolas, ampliação de bibliotecas e espaços culturais, além da melhoria dos serviços de saúde, são demandas que refletem a necessidade de investimentos contínuos nessas áreas. A falta de recursos adequados e a infraestrutura deficiente nessas áreas comprometem o desenvolvimento da comunidade e a qualidade de vida dos moradores.

Turismo na Favela: O turismo na Rocinha foi outro ponto abordado pelos moradores. Enquanto o turismo pode trazer benefícios econômicos, muitos participantes expressaram preocupações sobre a forma como ele é conduzido. A prática de "safari tours", onde turistas visitam a comunidade em veículos abertos, foi criticada por ser desrespeitosa e por tratar os moradores como atrações exóticas. Esta forma de turismo reforça estereótipos negativos e não contribui positivamente para a dignidade e o bem-estar dos residentes. Além disso, a falta de infraestrutura adequada para receber turistas e a ausência de benefícios tangíveis para a comunidade local foram destacados como problemas significativos. A necessidade de um turismo mais respeitoso e inclusivo, que beneficie verdadeiramente a comunidade e respeite a dignidade dos moradores, é evidente.

Estes pontos levantados, principalmente sobre Lazer, Educação e Serviços Públicos, somados aos tratados anteriormente, reforçam o apelo dos moradores às autoridades por mais atenção humanizadas à comunidade.

O que se pede é mínimo para ser ter uma vida digna, com direitos assegurados a saúde e educação de qualidade e sendo reconhecidos como pessoas sem distinção de direitos, independente de classe, cor, credo ou gênero. O que se pede, que seja cumprido que em tese é garantido inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas como visto nas respostas, fotografias e vídeos apresentados, nem sempre é cumprido na prática.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

[...]

Artigo 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

[...]

Artigo 21

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

[...]

Artigo 25

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor. (Organização das Nações Unidas (ONU), 1948)

Quanto ao turismo humanizado, que também tem de algum modo sinergia com os Direitos Humanos, é um apelo para que a comunidade seja respeitada como se deve. Que não seja reforçada a visão hegemônica do turista sobre o favelado e seu lar; ou a ideia da favela como um local exótico. Essa crítica já foi satirizada também pelo canal Portas Dos Fundos no Youtube, no vídeo intitulado *Pobre*, que ironiza de forma crítica o Turismo de Safari nas favelas (Figura 38). Essa é uma prática que irrita os moradores da Rocinha (mas não apenas), conforme pode ser visto na imagem retirada do vídeo publicado pela D24Am, figura a seguir.

Figura 43. Morador da Rocinha se irrita com “Gringo” em Jipe de Safari



Fonte: Adaptado de D24am (2023).

Figura 44. Pobre



Fonte: Adaptado de Porta dos Fundos (2014).

O engajamento dos moradores na pesquisa, mostra que poderia haver sucesso também caso fosse implementadas ferramentas de mapeamento colaborativo na comunidade - como um dia pode vir a se transformar o próprio *Rocinha-Ecomaps*. Essas ferramentas são relevantes e dão apoio para identificação de prioridades e necessidades, de forma participativa e democrática, garantindo que as soluções propostas sejam alinhadas com as expectativas e realidades locais.

A análise das respostas dos moradores da Rocinha evidencia uma série de desafios e oportunidades para um Planejamento Urbano Participativo e Sustentável na comunidade. As demandas por melhorias no saneamento básico, infraestrutura elétrica, trânsito, gestão de resíduos, espaços públicos, serviços de educação e saúde, e uma abordagem mais respeitosa ao turismo, destacam a complexidade dos problemas enfrentados pela comunidade.

4.2 Navegando o Terreno: entre desafios e oportunidades

Os desafios mencionados pelos moradores da Rocinha são numerosos e variados, destacando a complexidade das questões urbanas enfrentadas. Entre os principais, estão a resolução ou mitigação da precariedade do saneamento básico; da

infraestrutura elétrica deficiente; do trânsito caótico; da a gestão inadequada de resíduos sólidos; da falta de espaços públicos adequados e áreas de lazer; da qualidade insuficiente dos serviços públicos; e do turismo não-humanizado.

Esses problemas não apenas afetam a qualidade de vida dos moradores, mas também revelam falhas estruturais que necessitam de abordagens inovadoras e integradas. A resolução desses desafios requer um planejamento urbano que seja inclusivo e participativo, envolvendo a comunidade em todas as etapas do processo decisório.

Exemplos de ações participativas bem-sucedidas em outras comunidades e outras pesquisas oferecem *insights* valiosos para a Rocinha.

Em Paraisópolis, São Paulo, por exemplo, a implementação de atividades participativas envolvendo moradores, líderes comunitários e acadêmicos demonstrou a eficácia de um planejamento urbano inclusivo (Pizarro, 2014). Essas ações resultaram em melhorias significativas na infraestrutura e na qualidade de vida dos moradores, promovendo uma maior coesão social e empoderamento comunitário.

Outro exemplo o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), discutida por Medvedovsky e Santiago(2019). como uma metodologia eficaz para a requalificação urbana em comunidades vulneráveis. A pesquisa destaca como o DRUP facilita a coleta de dados e a identificação de necessidades prioritárias diretamente a partir das vozes dos moradores. Utilizando técnicas participativas, o DRUP promove o engajamento comunitário, permitindo que os próprios residentes contribuam na formulação de soluções urbanas que atendam às suas reais demandas. Este enfoque participativo não apenas fortalece a legitimidade das intervenções, mas também assegura que os projetos de requalificação sejam mais sustentáveis e alinhados com as especificidades locais. O artigo evidencia a eficácia do DRUP em criar um ambiente colaborativo entre técnicos, gestores e a comunidade, resultando em melhorias significativas na infraestrutura e na qualidade de vida dos moradores.

Na própria Rocinha, iniciativas como o Projeto Rocinha Sem Fronteiras têm mostrado o potencial das ações colaborativas. Este projeto envolve moradores em atividades de mapeamento colaborativo e urbanismo tático, promovendo a conscientização sobre a importância do espaço público e incentivando a participação ativa na transformação da comunidade.

O mapeamento colaborativo permite aos residentes identificar problemas críticos, como áreas com falta de saneamento básico, pontos de descarte irregular de lixo e locais inseguros. Essas atividades são fundamentais para que a comunidade se aproprie do espaço urbano e participe de forma ativa na definição das prioridades para intervenções urbanas.

Segundo Lyndon e Garcia (2015), o urbanismo tático é uma abordagem que utiliza intervenções temporárias e de baixo custo para catalisar mudanças mais permanentes, sendo particularmente eficaz em contextos de alta vulnerabilidade social, como a Rocinha. Além disso, o envolvimento direto dos moradores no planejamento urbano fortalece a coesão social e promove um sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva, essencial para a sustentabilidade das iniciativas.

O Projeto Rocinha Sem Fronteiras também se beneficia de parcerias com universidades e organizações não governamentais, que oferecem suporte técnico e metodológico, contribuindo para a capacitação dos moradores e a construção de uma comunidade mais resiliente e engajada (Szaniecki, 2019). Em maio de 2016 o Rocinha Sem Fronteiras completou 10 anos, conforme vídeo publicado no Canal TV Tagarela da Rocinha, no Youtube, que conta um pouco sobre esse projeto que hoje tem 18 anos de ações na comunidade.

Figura 45. Rocinha Sem Fronteiras: 10 anos de luta



Fonte: Adaptado de Tv Tagarela da Rocinha (2016).

O desenvolvimento tecnológico informacional surge também como uma oportunidade para se tornar uma aliada na resolução dos desafios de um Planejamento Urbano Participativo sustentável. O Mapeamento Colaborativo é uma ferramenta potente para este tipo de planejamento, uma vez que, de modo relativamente fácil, ajuda a dar insumos para os gestores públicos, a partir das colaborações da comunidade.

A experiência de outras comunidades que adotaram práticas de mapeamento colaborativo oferece lições importantes. Iniciativas como o Map Kibera, no Quênia, e o projeto de mapeamento participativo em Medellín, na Colômbia, demonstraram como a tecnologia pode ser utilizada para empoderar comunidades marginalizadas, proporcionando-lhes uma plataforma para expressar suas necessidades e colaborar na busca de soluções.

O Map Kibera, por exemplo, é amplamente reconhecido por seu papel transformador na favela de Kibera, em Nairobi. Este projeto utiliza tecnologias de mapeamento digital para criar mapas detalhados da comunidade, identificando recursos, serviços e áreas problemáticas que não estão representadas em mapas oficiais. Através de um processo participativo, os moradores são treinados em técnicas de mapeamento e coleta de dados, permitindo-lhes documentar suas próprias realidades. Estudos demonstram que este tipo de envolvimento direto não só aumenta a precisão e relevância dos dados coletados, mas também fortalece a coesão social e a capacidade da comunidade de se organizar e defender seus interesses (Hagen, 2012; Belkin, 2022).

O mapa colaborativo Rocinha-EcoMaps é um exemplo de resultado de um mapeamento colaborativo. Ainda que não seja exatamente um aplicativo de mapeamento, ele nos mostra de forma bem elucidativa os desejos da comunidade (ou pelo menos de parte dela) a respeito de temas sensíveis e importantes para serem enxergados pelos gestores públicos em suas ações dentro da comunidade.

A partir dos Ecos mapeados neste mapa colaborativo, é possível traçar rotas estratégicas de implementações de melhorias, bem como provoca reflexões das dificuldades que podem ser encontradas durante essas implementações, ao olhar tanto para dimensão da comunidade, como para a complexidade que ela oferece, que vai desde o relevo até a alta densidade populacional, mas também atravessa questões sociais e culturais, que veremos a frente.

O crescimento vertical desordenado e os riscos estruturais são questões críticas que exigem atenção urgente. A densidade populacional elevada da Rocinha levou a uma expansão vertical sem planejamento adequado, resultando em construções precárias e sobrecarregadas. Muitas edificações apresentam sérios problemas estruturais, incluindo fundações inadequadas e falta de manutenção, o que aumenta o risco de desabamentos, especialmente em áreas de encostas. A situação é agravada pela precariedade das instalações elétricas, com emaranhados de fios que frequentemente causam incêndios e quedas de energia, colocando em risco a vida dos moradores, como inclusive apontado por um dos participantes da pesquisa:

Podiam ter ações que melhorassem as estruturas das casas, tipo a parte elétrica, já vi algumas pegando fogo até por causa disso. As pessoas também perdem eletrodomésticos por conta disso e por conta da rede de energia e dos gatos. As pessoas não tem condições de pagar as contas de luz se não for desse jeito, mas podiam pensar em algo pra regularizar isso e nos ajudar também.

Para mitigar esses problemas, a implementação de programas de autoconstrução assistida pode ser uma solução eficaz. Esses programas oferecem suporte técnico aos moradores, incluindo a orientação de engenheiros e arquitetos, para garantir que as novas construções sejam seguras e duráveis. Além disso, é essencial promover a regularização fundiária, que permitirá aos moradores obterem acesso a financiamentos e recursos para melhorar suas habitações de forma legal e segura.

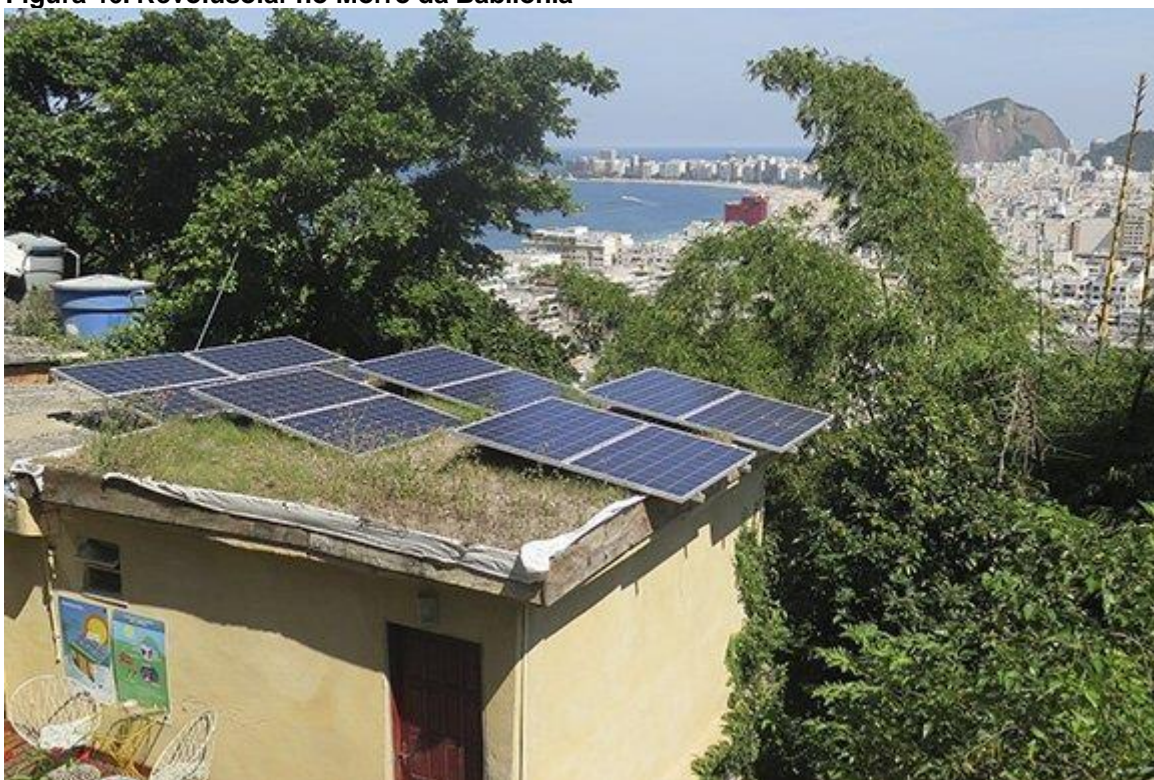
A arquitetura popular tem um potencial significativo para transformar a Rocinha, respeitando as características culturais e sociais da comunidade. Projetos de autoconstrução assistida, onde os moradores recebem apoio técnico para melhorar e ampliar suas moradias, podem aumentar a qualidade das habitações e a segurança estrutural. Exemplos bem-sucedidos de arquitetura popular incluem o Projeto Mutirão, em São Paulo, onde os próprios moradores participaram da construção de suas casas com orientação de arquitetos e engenheiros. Este tipo de abordagem não apenas melhora as condições de vida, mas também fortalece a coesão social e o senso de pertencimento (Gonzalez, 2015).

A adoção de energia solar na Rocinha, inspirada em projetos bem-sucedidos como o Revolusolar, pode oferecer uma solução sustentável e economicamente viável para enfrentar os desafios energéticos da comunidade. O projeto Revolusolar, iniciado na favela Babilônia, Chapéu-Mangueira e Complexo de Favelas da Maré no Rio de

Janeiro, é um exemplo de como a energia solar pode ser implementada em comunidades de baixa renda para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Este projeto não só fornece energia limpa e renovável, mas também reduz significativamente os custos de eletricidade para as famílias, contribuindo para a sustentabilidade financeira e ambiental.

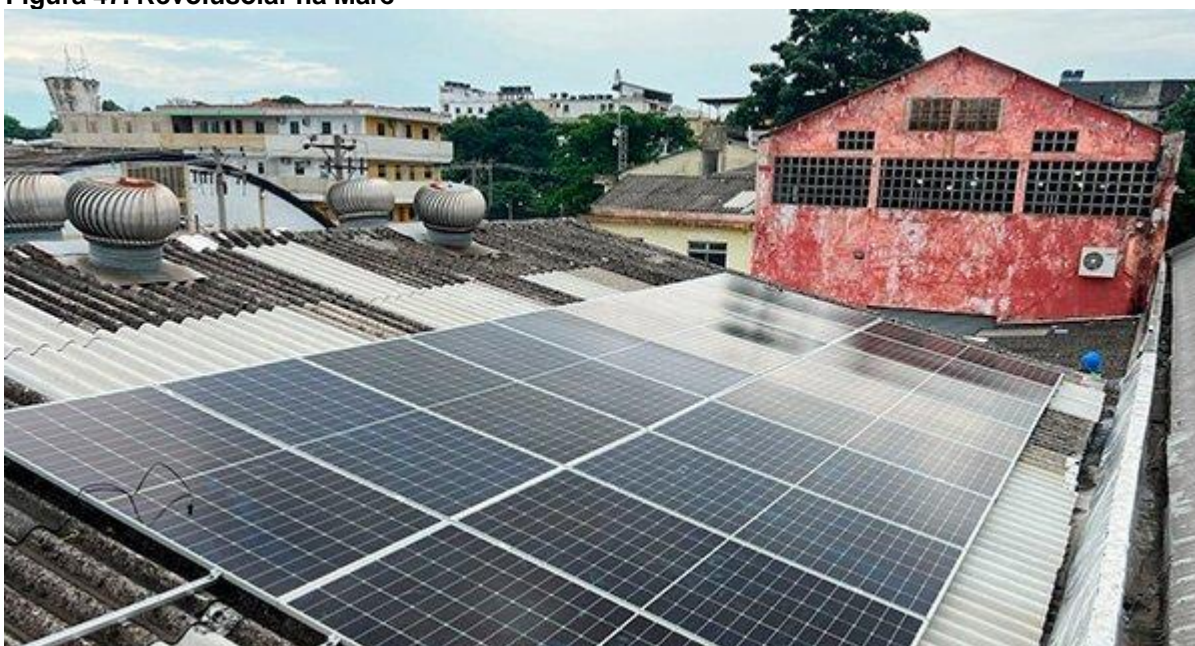
A Revolusolar, uma organização sem fins lucrativos, promove a instalação de painéis solares nas residências e edifícios comunitários, ao mesmo tempo em que capacita os moradores locais em técnicas de instalação e manutenção dos sistemas fotovoltaicos. Este modelo de capacitação e autogestão não só empodera a comunidade, mas também cria oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico local (Revolusolar, s.d.).

Figura 46. Revolusolar no Morro da Babilônia



Fonte: Revolusolar (s.d.).

Figura 47. Revolusolar na Maré



Fonte: Revolusolar (s.d.).

Implementar um projeto semelhante na Rocinha poderia transformar a realidade energética da comunidade, oferecendo uma fonte de energia estável e reduzindo a dependência das sobrecarregadas redes elétricas tradicionais. Poderia se pensar de repente na possibilidade de transformação de um projeto similar aos Revolusolar em uma política pública usando a Rocinha como modelo. Quem sabe uma sugestão para o Novo PAC?

Esta poderia ser uma solução para mitigar ou até mesmo solucionar a questão dos furtos de energia. Pode-se pensar por exemplo em estudar a viabilidade de instalação destas placas as lajes das casas por *microgeração distribuída de energia solar*¹³, como funciona no projeto Revolusolar. A energia gerada é enviada para rede local e vai ser utilizada pela própria comunidade, como uma espécie de *Gato ao contrário*, onde em vez de furtar, está gerando energia.

¹³ A microgeração distribuída de energia solar refere-se à produção descentralizada de eletricidade a partir de painéis solares fotovoltaicos instalados em pequenos sistemas, como residências, comércios ou pequenas indústrias. Esses sistemas são conectados à rede elétrica, permitindo que o excedente de energia produzido seja injetado na rede e consumido por outros usuários, enquanto o próprio gerador pode consumir energia da rede quando necessário. A microgeração distribuída é uma solução eficiente para diversificar a matriz energética, reduzir perdas na transmissão de eletricidade e promover a sustentabilidade ambiental, além de proporcionar autonomia energética aos consumidores e reduzir os custos com eletricidade. Estudos demonstram que a viabilidade técnica e econômica da microgeração distribuída tem crescido significativamente, impulsionada por políticas públicas de incentivo e avanços tecnológicos na área de energia solar (Morais, 2023).

Isso pode ser somado à implementação de uma tarifa social ou até mesmo tarifa zero, junto à regularização da rede elétrica (a retirada dos “gatos de furto de energia”) para todos os moradores da comunidade, uma vez que a própria comunidade se sustentará energeticamente através da radiação solar, trazendo benefícios a concessionária local de energia, que não sofrerá com prejuízos pelos furtos que ocorrem inevitavelmente, pois as tarifas são altas e esta é a solução que os moradores encontram para sobreviver.

Outra possibilidade é utilizar imóveis rurais ou urbanos do governo, com terrenos sem quaisquer utilizações dentro das limitações da concessionária local, para instalação de *Usinas de Geração Distribuída (GD) de energia solar*¹⁴ em parcerias com empresas privadas, para que estas possam gerar energia que possam ser repassadas como créditos de energia à comunidade, que terá sua rede regularizada e com tarifas acessíveis.

Figura 48. Usina de GD Solar em Seropédica



Fonte: EPBR (2024).

¹⁴ A Geração Distribuída (GD) de energia solar refere-se à produção de eletricidade próxima ao local de consumo, utilizando sistemas fotovoltaicos instalados em residências, comércios ou pequenas indústrias. Esses sistemas são conectados à rede elétrica, permitindo que o excedente de energia gerada seja injetado na rede e utilizado por outros consumidores. A GD proporciona diversos benefícios, incluindo a redução de perdas na transmissão de energia, o alívio das redes de distribuição e a promoção da sustentabilidade ambiental. Além disso, a GD permite maior autonomia energética para os consumidores, reduzindo sua dependência das grandes concessionárias de energia. Estudos indicam que a GD, especialmente com energia solar fotovoltaica, tem potencial para transformar o setor elétrico, promovendo uma matriz energética mais diversificada e sustentável (Almeida, 2024).

Futuramente estas políticas poderiam expandir também para outras comunidades vulneráveis em todo o Brasil, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental em uma escala ainda maior.

Para além da questão da energética, a implementação de melhorias na Rocinha, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico, enfrenta diversos desafios que precisam ser abordados com responsabilidade e sensibilidade. Um dos principais obstáculos é a necessidade de desmobilização temporária de moradores para a realização das obras de infraestrutura.

As intervenções em áreas densamente povoadas, onde há construções irregulares e ocupações precárias, exigem um planejamento meticuloso para minimizar o impacto social. Desalojar famílias, mesmo que temporariamente, requer um processo transparente e inclusivo, onde os direitos dos moradores sejam respeitados e garantidos. É essencial oferecer soluções de moradia temporária adequadas e assegurar que as famílias tenham condições de retornar a suas casas após a conclusão das obras. Além disso, a participação comunitária é crucial para o sucesso dessas intervenções (Nascimento, 2020; Roland, 2020).

Envolver os moradores no planejamento e na execução dos projetos pode facilitar a aceitação e a cooperação, além de garantir que as soluções adotadas atendam às necessidades reais da comunidade. Projetos de saneamento básico, mobilidade, energia e espaços públicos devem ser acompanhados de programas de educação e conscientização, promovendo o engajamento e a corresponsabilidade dos moradores na manutenção das melhorias implementadas. A inclusão e a comunicação efetiva com a comunidade são fundamentais para superar resistências e construir um ambiente mais seguro e saudável.

A criação por exemplo de cooperativas de reciclagem na Rocinha poderia representar uma solução sustentável e econômica para a gestão de resíduos sólidos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social e a geração de empregos.

Cooperativas de reciclagem, formadas por moradores da comunidade, podem ser capacitadas para coletar, separar e vender materiais recicláveis, gerando renda para seus membros e contribuindo para a redução do impacto ambiental. Além disso, essas cooperativas podem servir como centros de educação ambiental, conscientizando a população sobre a importância da reciclagem e do descarte correto de resíduos.

E para além da reciclagem tradicional, pode-se pensar também em solução de reciclagem ou reutilizações não convencionais, com materiais que são descartados e que muitas das vezes não tem valor comercial para a reciclagem tradicional. Como por exemplo é feito pela *ONG TamoJunto* que atua desde 2014 na Rocinha, que estão aproveitando outros materiais como plásticos sem valor comercial para produzir filamentos para impressora 3D, que por sua vez pode imprimir objetos com utilidade para comunidade: armações de óculos, suvenires para turismo, entre outros.

Figura 49. Projeto Impressora 3D da ONG TamoJunto Rocinha



Fonte: Brotavidigal (2024).

A mobilidade urbana na Rocinha enfrenta inúmeros desafios, decorrentes da densidade populacional, do crescimento desordenado e da infraestrutura limitada. As ruas estreitas e sinuosas dificultam o trânsito de veículos de grande porte e a circulação eficiente do transporte público. Para abordar esses desafios, é essencial implementar soluções que considerem as especificidades da favela.

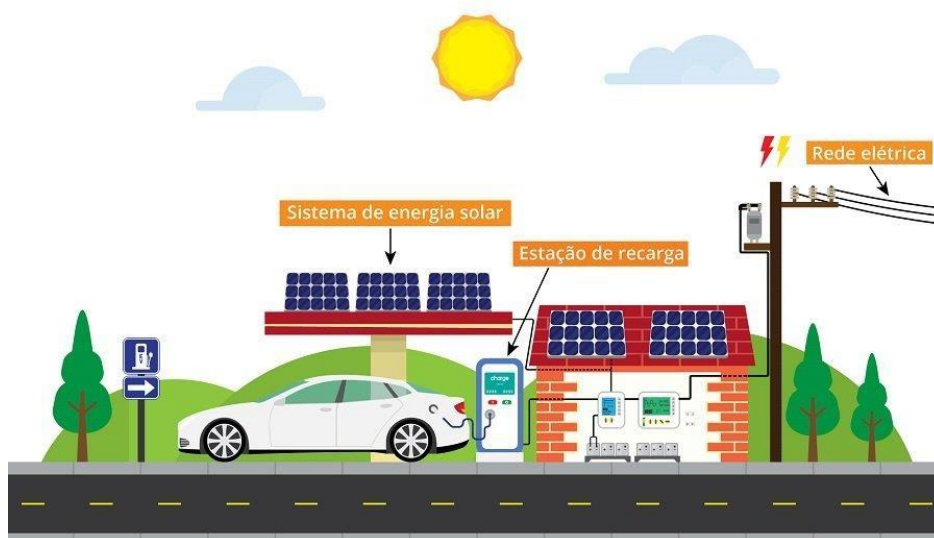
Visto a dificuldade de se pensar ampliações da estrada da gávea, que era uma das ações planejadas no PAC 2, uma possibilidade de repente é ampliar a frota de microônibus, impondo inclusive a regulamentação do ônibus escolares também para passem a rodar com microônibus, uma vez que os que circulam atualmente na favela são modelos muito antigos e grandes, gerando grande problema no tráfego nos horários de pico.

Projetos de urbanização que melhoram a acessibilidade e a mobilidade dentro da favela podem incluir a construção de escadas rolantes e a ampliação de vias existentes para facilitar a circulação de pedestres e veículos, também podem ser pensados, desde que sua execução seja feita com responsabilidade no que se refere a mobilização das famílias, tema muito sensível como já comentado.

Pensando no meio ambiente e sustentabilidade, a adoção de veículos elétricos para o transporte público dentro da favela também pode ser cogitada. Visando principalmente a redução na emissão de poluentes e a promoção de um ambiente mais saudável. A dificuldade se encontra nos postos de recarga dos veículos, o ideal seria que fosse construído nas proximidades uma garagem para os veículos que circularam na comunidade, que possuam estruturas para recargas, que podem inclusive ter estruturas de microgeração centralizada de energia solar sobre seus galpões.

Figura 50. Estações de recargas com uso de energia solar.

Estação de recarga com energia solar



Fonte: Autossustentável(2020)

Além do aumento da frota e da possibilidade de entender a viabilidade de se utilizar veículos elétricos, um ponto importante ainda pensando na mobilidade dentro da comunidade é a qualidade do serviço prestado em comparação ao valor cobrado pelo seu uso.

A estrutura precária do transporte público na Rocinha contrasta fortemente com os valores cobrados pelas passagens de ônibus. Os moradores enfrentam diariamente condições insatisfatórias, como superlotação, falta de pontualidade e ausência de manutenção adequada dos veículos. Em muitas ocasiões, os ônibus operam sem ar-condicionado, um elemento crucial para o conforto dos passageiros, especialmente considerando o clima quente e úmido do Rio de Janeiro. As altas temperaturas, aliadas ao congestionamento frequente, tornam as viagens de ônibus extremamente desconfortáveis e estressantes, afetando negativamente a qualidade de vida dos usuários.

O alto custo das passagens não reflete a qualidade do serviço oferecido. Enquanto os moradores da Rocinha e de outras comunidades de baixa renda pagam tarifas que consomem uma parte significativa de seus rendimentos, eles recebem um serviço de transporte público que está longe de ser ideal. A relação custo-benefício é desproporcional, e a falta de investimentos na melhoria da infraestrutura de transporte perpetua um ciclo de insatisfação e ineficiência. A precariedade do transporte público não só dificulta a mobilidade dos moradores, mas também limita suas oportunidades de acesso a empregos, educação e serviços de saúde.

Uma solução para mitigar esses problemas seria a implementação de tarifas reduzidas ou, idealmente, a tarifa zero para os moradores da Rocinha, semelhante ao modelo adotado em Maricá, uma cidade no estado do Rio de Janeiro.

Em Maricá, o transporte público gratuito tem se mostrado uma política eficiente para promover a inclusão social e a mobilidade urbana. A gratuidade das passagens no *Vermelhinhos* – como foram apelidados estes ônibus gratuitos pela população local – incentiva o uso do transporte público, reduzindo o número de veículos particulares nas ruas e, conseqüentemente, diminuindo os congestionamentos e a poluição do ar. Este modelo poderia ser adaptado para a Rocinha, garantindo que todos os moradores tenham acesso a um transporte público digno e acessível.

Figura 51. Transporte Público Gratuito em Maricá



Fonte: Programa Cidades Sustentáveis (2022).

Além da tarifa zero, a melhoria da infraestrutura dos ônibus é uma necessidade urgente. A inclusão do ar-condicionado como uma condição obrigatória para todos os veículos de transporte público é essencial, considerando o clima do Rio de Janeiro. Investir em ônibus com ar-condicionado, assentos confortáveis e sistemas de manutenção regular não é apenas uma questão de conforto, mas de saúde pública. O calor extremo pode causar desidratação, exaustão e outras complicações de saúde, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como idosos e crianças.

Vale ressaltar que navegar o terreno dos desafios e oportunidades na Rocinha exige uma abordagem integrada, participativa e criativa. Através do engajamento dos moradores e da implementação de práticas colaborativas, é possível construir um futuro mais justo e sustentável para a comunidade. As experiências de outras comunidades e as iniciativas já realizadas na Rocinha oferecem um rico repertório de estratégias e soluções que podem ser adaptadas e ampliadas, sempre com o objetivo de atender às reais necessidades e aspirações dos moradores.

As experiências apresentadas neste capítulo oferecem ideias e possibilidades valiosas para a Rocinha, especialmente no que tange ao envolvimento comunitário e

ao uso de tecnologias de mapeamento colaborativo. Iniciativas como as do Projeto Rocinha Sem Fronteiras somadas aos usos de mapeamento colaborativo, por exemplo, podem potencializar ações participativas que visem identificar e solucionar problemas locais, como saneamento básico e infraestrutura precária.

Além disso, a adoção de tecnologias sustentáveis, como a energia solar através de projetos semelhantes ao Revolusolar, pode oferecer soluções viáveis e duradouras para os problemas energéticos da Rocinha. Essas práticas, somadas a uma maior participação dos moradores e a parcerias com universidades, ONGs e até mesmo o setor privado, podem contribuir para a construção de uma comunidade mais resiliente e integrada, melhorando significativamente a qualidade de vida na Rocinha.

Com isso, pode-se concluir que um Planejamento Urbano Participativo e Sustentável é fundamental para transformar a Rocinha, garantindo que as soluções urbanas atendam às necessidades reais da comunidade e promovam uma urbanização mais inclusiva e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, pretende-se trazer uma reflexão sobre os temas apontados nos capítulos anteriores, que atravessam questões que tangem o planejamento urbano, a participação social e o desenvolvimento sustentável na Rocinha, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A investigação demonstrou que, apesar das boas intenções do PAC, a eficácia do programa na Rocinha foi limitada no que tange a governança e a responsabilidade com a participação comunitária. A participação social efetiva é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento urbano.

Sem a inclusão ativa dos moradores no processo de planejamento e execução, bem como sem a escuta destes moradores, os projetos correm o risco de não atender às necessidades reais da comunidade e de não serem sustentáveis a longo prazo.

Este trabalho contribui para a compreensão das potencialidades e limitações do PAC na Rocinha e sugere caminhos para uma maior integração entre planejamento urbano, participação social e desenvolvimento sustentável.

No primeiro capítulo discutiu-se os conceitos fundamentais do planejamento urbano participativo e sustentável e suas implicações para a gestão de territórios vulneráveis, com foco na Rocinha. Este capítulo criticou as intervenções do PAC na comunidade, argumentando que a gestão de áreas como a Rocinha deveria adotar uma abordagem integrada e participativa, que respeite as especificidades locais e promova a regularização fundiária e a sustentabilidade urbana. Teve como proposta central a integração do planejamento urbano sustentável com a participação social, visando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, fundamentada nos referenciais teóricos discutidos ao longo do capítulo.

No segundo capítulo explorou-se a história e o contexto geográfico, demográfico e socioeconômico da Rocinha, dividindo-se em duas seções principais. Foi abordado o contexto histórico e cultural da Rocinha, destacando as lutas, conquistas e o ativismo comunitário que moldaram a identidade da favela, com foco nas ações de coletivos comunitários e na preservação da memória local. Também foi observada a geografia, a demografia e as condições socioeconômicas da Rocinha, enfatizando sua localização estratégica e o crescimento populacional acelerado.

O terceiro capítulo ilustrou as potencialidades e limitações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha, discutindo as intervenções realizadas, os impactos positivos e negativos, e os desafios enfrentados durante a implementação do programa. Nele, buscou-se compreender o papel do PAC na transformação da Rocinha e explorar possíveis caminhos para futuras intervenções. O capítulo sugere que o Planejamento Urbano Participativo e Sustentável poderia oferecer uma abordagem mais democrática, contextualizada e eficaz para as ações voltadas à melhoria da comunidade.

O último capítulo enfatizou os "ecos" dos moradores da Rocinha, que contribuíram com sugestões de melhorias através de uma pesquisa anônima. Este capítulo também examinou ações já realizadas em outras comunidades que têm sinergia com o tema e propôs uma ferramenta participativa de mapeamento colaborativo. A proposta busca envolver os moradores na identificação de problemas e na formulação de soluções, promovendo um planejamento urbano mais participativo e alinhado com as necessidades locais.

Entre as propostas apresentadas nos capítulos desta pesquisa, destacam-se a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação comunitária, promover a capacitação técnica dos moradores e garantir a continuidade e manutenção das obras realizadas. Fortalecer os mecanismos de participação comunitária implica em criar e manter espaços de diálogo efetivo entre os moradores e os gestores públicos, onde as vozes da comunidade possam ser ouvidas e consideradas em todas as etapas do planejamento e execução dos projetos. Isso pode ser alcançado por meio de conselhos comunitários ativos, fóruns de discussão e plataformas digitais que facilitem a comunicação direta e transparente.

Promover a capacitação técnica dos moradores é crucial para que a comunidade possa se apropriar das iniciativas de desenvolvimento. Programas de treinamento em áreas como construção civil, manutenção de infraestrutura, gestão de resíduos e tecnologias sustentáveis podem empoderar os moradores, permitindo-lhes não apenas participar, mas também liderar projetos de melhoria. A formação de técnicos locais cria oportunidades de emprego e garante que o conhecimento e as habilidades permaneçam na comunidade, contribuindo para a sustentabilidade das intervenções.

Do ponto de vista de Regularização fundiária, embora o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenha sido anunciado como uma iniciativa abrangente de urbanização e melhorias nas favelas, incluindo a Rocinha, não houve a implementação prática de medidas de regularização fundiária nem a entrega de títulos de propriedade aos moradores. A regularização fundiária, que é essencial para garantir a segurança jurídica dos ocupantes e promover a formalização das posses, foi um dos aspectos negligenciados no PAC.

Gonçalves (2015) elucida que, apesar das promessas de melhorias infraestruturais e sociais, a titulação dos imóveis não foi realizada. A falta de uma política clara de regularização fundiária contribuiu para a manutenção da informalidade e da insegurança na posse dos terrenos.

Esse cenário reflete um dos principais fracassos do PAC na Rocinha. Ao deixar de implementar uma estratégia efetiva de regularização fundiária, o programa perdeu a oportunidade de consolidar um dos pilares da urbanização sustentável: o direito à moradia formalizada. Essa ausência de ações concretas relacionadas à titulação dos imóveis não só perpetuou a vulnerabilidade dos moradores, como também inviabilizou o fortalecimento da segurança jurídica e econômica na comunidade. Esse problema, conforme destacado por Gonçalves (2015), é uma das principais críticas ao PAC, mas também ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que não conseguiu transformar de forma estrutural a situação fundiária na Rocinha.

Dentro do contexto de preparação da cidade voltadas ao atendimento dos grandes eventos, o governo federal implementou duas de suas principais políticas urbanas, o PAC e o PMCMV. Estas, se, por um lado, beneficiam uma parte da população de baixa renda com investimentos em infraestrutura, mobilidade, urbanização etc., por outro corroboram com ações que tem como principal prejudicado a própria população de baixa renda, retirando-as de áreas valorizadas da cidade. Contudo, essas mesmas políticas negam direitos à população quando não seguem o previsto no artigo 429 da lei orgânica da cidade do Rio de Janeiro¹⁵, que é muito restritiva quanto às possibilidades de reassentamento e prevê, ainda, a manutenção da população realocada o mais próximo possível de seu local de moradia com plena participação popular durante o processo.

Em complemento aos temas discutidos nesta pesquisa, um exemplo de conjunto de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento urbano e social, não

¹⁵ da cidade. Contudo, essas mesmas políticas negam direitos à população quando não seguem o previsto no artigo 429 da lei orgânica da cidade do Rio de Janeiro⁶⁴, que é muito restritiva quanto às possibilidades de reassentamento e prevê, ainda, a manutenção da população realocada o mais próximo possível de seu local de moradia com plena participação popular durante o processo (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015 *apud* Gonçalves, 2015)

mencionada nos capítulos anteriores, mas que também pode ser usado como referência é o *Modelo Medellín*, que pode ser reconhecido como um exemplo bem-sucedido de urbanismo social na América Latina, especialmente pela forma como integrou infraestrutura urbana e participação comunitária em áreas vulneráveis (Sánchez Mazo, 2017).

Nele, o conceito de Urbanismo Social foi adotado para responder às necessidades urgentes de áreas marginalizadas e violências urbanas, com foco na reconfiguração dos espaços públicos e na melhoria da mobilidade urbana. Como observa Sánchez Mazo (2017), o espaço público, a mobilidade urbana e o melhoramento integral de bairros têm origem na demanda dos bairros populares.

Conforme Sánchez Mazo (2017), foram priorizadas a inclusão social e a articulação entre os diversos níveis de governança, utilizando o espaço público como um eixo estruturante para a construção de cidadania e integração urbana. A autora ainda destaca que serviu de referência para a consolidação de centralidades de bairro, zonas e de cidade. Contudo, o modelo também enfrentou dificuldades, especialmente no que tange à participação comunitária efetiva, que em alguns casos foi vista como um mecanismo de legitimação das decisões já tomadas.

No Modelo Medellín, um dos mecanismos de participação popular utilizada foi o que denominaram “Oficinas de Imaginários”, que deu aos moradores a “possibilidade de incluir seus próprios resultados no desenho arquitetônico dos espaços públicos preestabelecidos pela institucionalidade e por possibilitar-lhes que sua imaginação tomasse voo com ideias de novos pequenos espaços” (Sánchez Mazo, 2017). Segundo a autora, os moradores reconheceram sua importância mas também enxergam este formato como *ferramenta protocolo* – “Essa expressão tem por trás o sentido da “participação imaginária”, citada no relato [dos moradores] como aquela que fica na ordem das ideias criativas, mas que não chega até a partilha do poder” (Sánchez Mazo, 2017).

Fica claro para os participantes que o espaço público, como eixo estruturante da intervenção, estava pactuado como decisão política maior que envolvia ações decorrentes para “refazer a cidade popular”: pensar e imaginar como base para complementar, propor, nomear modificar desenhos sobre um molde já preestabelecido, mas não sobre suas necessidades. O resultado é a legitimação do projeto.[...]

No dizer dos moradores, uma efetiva participação transcende o compromisso e a vontade de participar, implicando sua fundamentação no interesse coletivo pelo viés do reconhecimento das necessidades sociais e na formação e informação dos conhecimentos requeridos. Caso não for assim, como ser

interlocutor válido do poder público e participar efetivamente de processos responsáveis por mudar a própria vida? Se a participação não cumpre esses requisitos, torna-se superficial e legitimadora de um interesse externo, programático, preconcebido e preestabelecido, isto é, imposto “de cima para baixo” (Sánchez Mazo, 2017).

Tanto o Modelo Medellín quanto o PAC na Rocinha compartilharam a visão de transformar áreas urbanas vulneráveis por meio de intervenções estruturais e sociais, buscando melhorar a qualidade de vida dos moradores. No entanto, como visto, tanto o Modelo Medellín quanto o PAC enfrentaram desafios significativos em relação à participação comunitária. Portanto, embora ambos os modelos tenham tido êxito em certos aspectos, a limitação da participação comunitária foi um ponto em comum que enfraqueceu a eficácia de suas intervenções.

Outro ponto importante para se debruçar é a garantia a continuidade e manutenção das obras realizadas. Estes são desafios que requerem um planejamento cuidadoso e a alocação adequada de recursos. É fundamental estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação contínua para assegurar que as infraestruturas sejam mantidas em bom estado e que as necessidades emergentes sejam rapidamente atendidas. Parcerias com o setor privado e ONGs podem fornecer apoio adicional, tanto financeiro quanto técnico, para a manutenção das melhorias implementadas.

Além disso, a adoção de tecnologias sustentáveis, como a energia solar, pode reduzir significativamente os custos de energia para os moradores e diminuir a pegada ecológica da comunidade. A instalação de painéis solares em residências e edifícios comunitários, combinada com programas de educação ambiental, pode promover a autonomia energética e a consciência ambiental. A implementação de cooperativas de reciclagem também é uma proposta vital. Essas cooperativas não só ajudam a gerir eficientemente os resíduos sólidos, mas também geram empregos e promovem a inclusão social. Moradores capacitados em técnicas de reciclagem podem transformar resíduos em recursos valiosos, criando um ciclo econômico positivo dentro da comunidade.

Por fim, essas ações integradas têm o potencial de transformar a Rocinha em um modelo de desenvolvimento urbano sustentável e participativo. A combinação de participação comunitária, capacitação técnica, manutenção contínua e tecnologias sustentáveis não só melhora a qualidade de vida dos moradores, mas também fortalece a resiliência da comunidade, preparando-a para enfrentar futuros desafios.

Este trabalho espera que as propostas e reflexões aqui apresentadas sirvam como um guia para futuras intervenções e políticas públicas, inspirando ações concretas e efetivas em outras comunidades urbanas.

Acredita-se que as discussões e propostas apresentadas nesta dissertação possam servir como um ponto de partida para futuras pesquisas, inspirando novos projetos e políticas públicas. A aplicação de um planejamento urbano verdadeiramente participativo e sustentável tem o potencial de gerar intervenções positivas não apenas na Rocinha, mas também em outras comunidades semelhantes. A transformação dessas áreas urbanas requer um compromisso contínuo com a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e a busca por soluções inovadoras e integradas.

Além das reflexões abrangentes sobre planejamento urbano, participação social e desenvolvimento sustentável, é fundamental destacar a possibilidade futura de implementar um aplicativo inspirado no mapa colaborativo gerado na pesquisa, o Rocinha-EcoMaps.

Este aplicativo poderia servir como uma ferramenta poderosa para continuar o engajamento da comunidade, permitindo que os moradores identifiquem, relatem e acompanhem questões e melhorias em tempo real. Com funcionalidades como geolocalização, upload de fotos e comentários, e integração com órgãos públicos e ONGs, o Rocinha-EcoMaps digitalizado pode facilitar a comunicação entre a comunidade e os gestores públicos, tornando o processo de planejamento urbano mais transparente e participativo.

Além disso, o aplicativo pode incluir seções educativas sobre práticas sustentáveis e informações sobre projetos em andamento, fortalecendo a conscientização ambiental e o senso de pertencimento dos moradores. Esta inovação tecnológica tem o potencial de transformar o Rocinha-EcoMaps em uma plataforma contínua de participação cidadã e desenvolvimento sustentável, não apenas beneficiando a Rocinha, mas também servindo como modelo para outras comunidades urbanas em situações semelhantes.

Em conclusão, este trabalho espera não apenas fornecer uma análise detalhada e crítica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Rocinha, mas também inspirar ações futuras que promovam um planejamento urbano mais participativo e sustentável. As reflexões e propostas aqui apresentadas são um

convite para todos aqueles que acreditam na força transformadora da comunidade e no poder do envolvimento coletivo.

Inspirado nas ações de Zé do Carço, personagem emblemático que simboliza a luta e a resiliência das comunidades, mas também na música *A Vida É Curta Pra Viver Depois*, do Baiana System, nos lembra que o tempo de agir é agora, como próprio título sugere. Música que também questiona e reforça:

Renascera, renascera / Quem vai fazer pela favela? / Eu vejo a cena, você
vê a cela / Carta selada ninguém cancela // será, será que vai poder te
ajudar? / Tem que ter fé na favela / Será, sei lá quem vai poder me ajudar /
Tem que ter fé! Tem que ter fé!

Que as vozes dos moradores da Rocinha ecoem mais alto, que suas ideias e iniciativas sejam a base de um futuro mais justo e sustentável. Este trabalho é dedicado a todos os Zés e Marias do Carço que, com coragem e determinação, acreditam em uma Rocinha melhor, e a todos que entendem que o momento de construir um amanhã mais inclusivo e verde é o presente. Juntos, podemos transformar sonhos em realidade e construir uma comunidade onde todos possam viver com dignidade e esperança.

REFERÊNCIAS

ACESSO À TERRA URBANIZADA. Canal TV Ufersa, 2016 (8min e 16seg). Disponível em: <<https://youtu.be/UPHfBqmPaFg>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ALMEIDA, Lucas Rodrigues de et al. Contribuições à análise dos impactos da microgeração distribuída por fonte fotovoltaica nos sistemas de distribuição de energia elétrica. 2024.

ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. Sustentabilidade Urbana E Impactos Socioambientais: Uma Abordagem Acerca Da Ocupação Humana Desordenada No Espaço Urbano. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, junho 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/24/sustentabilidade-urbana.html#google_vignette>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ARAÚJO, Mariana Gomes. **Futuro?**: Projetos e estratégias de jovens da Roda Cultural da Rocinha. 2022 Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (ufrj), 2022. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17289/1/MAra%c3%bajo.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. *Sociedade & Natureza*, v. 25, p. 239-254, 2013.

ASCOM SEOBRAS RJ. Lançamento do PAC 2 Rocinha, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3R4MHO7g-d0>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

AUTOSSUSTENTÁVEL. Veículos elétricos: *estações de recarga com energia solar*. 2020. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2020/05/veiculos-eletricos-estacoes-recargas-energia-solar.html>. Acesso em: 1 set. 2024.

BAÍÁ, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14022011-115953/publico/2010_SilvanoFernadesBaia.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BARAVELLI, Diego. Tilt Uol. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/31/rocinha-em-tres-dimensoes.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**, f. 248. 2009. 496 p.

BELKIN, M. How can blank spots on the map be filled from the bottom up? Examining the success factors in community-based participatory mapping: the case of Kenyan Map Kibera project. 2022.

BRASIL. Novo PAC vai investir R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2023/08/novo-pac-vai-investir-r-1-7-trilhao-em-todos-os-estados-do-brasil>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. de 10 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, ano 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **PAC** - 4º Balanço 2015-2018. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016.

BRASIL. **Balanço PAC 2** - 4 anos - 2011-2014. Brasília: Ministério do Planejamento, 2014.

BRASIL. Ministério do planejamento. **11º Balanço Completo do PAC** – 4 anos (2007 a 2010). 29 ago. 2012. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/354> >. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Balanço PAC** - 4 anos 2007-2010. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010.

BROTAVIDIGAL. **Evento Viradão Cultural da Rocinha**. Disponível em: <https://www.instagram.com/brotavidigal/reel/C9S74y_pwHn/?igsh=MTJ5N25lbHMxaDIsaw%3D%3D>. Acesso em 11/08/2024.

CANTO CEGO. Youtube. Canto Cego | Zé do Caroco. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JEwfSjMqf5c>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana; NOHL, Alice; PINA, Alice. **Direito à Cidade e Habitação**: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município do Rio de Janeiro. Relatório final. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, INCT Observatório das Metrópoles, Núcleo Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://lepur.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-Final_Rio-de-Janeiro_UFRJ.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024>..

CARVALHO FILHO, Sílvia de Almeida. Política e vulnerabilidade social em uma favela carioca (Rocinha, 1945-1980). **Revista Maracanan**, v. 2, n. 2, p. 153-185, 2004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/70513/43601>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de ; JESUS, Vanderley Rabelo de. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO URBANA: noções de cidadania e políticas . **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_911_9115cca5a919d683.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Transporte público gratuito em Maricá**. 2022. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/324>>. Acesso em: 11 ago. 2024

CEPPI, P. et al. **The Rocinha Favela as a Paradigmatic Case Study of Informal Settlements in Large Cities**: Current Situation and Past Slum-Upgrading Programmes. In: FAVELA Project Based on the Patterns of Urban Resilience in Slums. Springer, 2020. p. 1-13. DOI:<https://doi.org/10.1007/978-3-030-44352-8_1>. Acesso em: 26 set. 2024. -.

CIESPI. **Mapa A1**. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/thumbnail/image/1200x0/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f01ecbfc6c4d711ecbe6e5141d3afd01c/mapa_A1_certo.jpg/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CIESPI. **Mapa cor A3**. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/thumbnail/image/1200x0/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f01ecbfc5c4d711ecbe6e5141d3afd01c/mapa_corA3_certo.jpg/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CIVALE, Leonardo; MARTINS, Walkiria Maria Freitas. Paisagem cultural e políticas públicas do Patrimônio Mundial no Brasil (2012-2019). **PatryTer**, v. 4, n. 7, p. 90-106, 2021.

COLOMBO, Paulo Keese et al. Accountability: uma análise sobre as práticas de governança pública em uma universidade federal. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 12608-12633, 2023.

COMELLI, T. Participação como jogo de cartas: uma análise dos espaços coletivos de planejamento urbano na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. 2021. 360f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

COMELLI, Thaisa. **The favela of Rocinha**: decades of struggle have led to a rich political – and cultural – landscape. International Institute for Environment and Development. 2023. Disponível em: <<https://www.iied.org/favela-rocinha-decades-struggle-have-led-rich-political-cultural-landscape%3APrecise>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

COUTINHO, Davison . **Um olhar sobre a Produção Cultural na Rocinha**. PUC Rio, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/davisoncoutinho/docs/um_olhar_sobre_a_producao_rocinha>. Acesso em: 26 nov. 2023.

D24AM, 2023. VÍDEO: turista de jipe na Rocinha irrita morado. 2024. Disponível em: <<https://d24am.com/brasil/video-turista-passeia-de-jipe-na-rocinha-e-morador-se-irrita-ta-pensando-que-ta-no-amazonas/>>. Acesso em 11 ago. 2024.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel .; COELHO, Vitor Kibaltchich; VELOSO, Tatiana Medeiros. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PROJETO URBANO EM FAVELAS: A REALIDADE E A PERCEPÇÃO DOS MORADORES NA FAVELA DA ROCINHA, RIO

DE JANEIRO. In: VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: rizoma**. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, v. 1, p. 11-37, 1995.

DIEESE. **Principais aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento**. Nota Técnica Número 41, set., 2023 - DIEESE. Disponível em: <https://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/dieese_nota_tec_pac.pdf>. Acesso em 08 ago. 2024.

ENSP - FIOCRUZ. **Caso da Rocinha expõe desigualdades estruturais das populações de favelas no enfrentamento à pandemia**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. 2020. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48724>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

EPBR. **Rio+Saneamento inaugura usina solar e planeja 100% de energia limpa até 2025**. Disponível em: <<https://epbr.com.br/riosaneamento-inaugura-usina-solar-e-planeja-100-de-energia-limpa-ate-2025/>>. Acesso em: 11 ago. 2024

E ESCOLA DE MÚSICA DA ROCINHA. Sobre a Escola. Escola de Música da Rocinha. Estação Indoor Agência de Marketing Digital. Disponível em: <<https://escolademusicadarocinha.org.br/escola/>>. Acesso em: 26 set. 2024.

EXAME. **Obras do PAC 2 na Rocinha vão priorizar saneamento básico**. Exame, 1º jul. 2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/obras-do-pac-2-na-rocinha-vo-priorizar-saneamento-basico/>. Acesso em: 26 set. 2024..

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Os Impactos da regularização fundiária urbana sobre a desigualdade de renda brasileira. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11215>. Acesso em: 13 ago. 2023.

FLEURY, Sonia. We for Us: Collective Action in the Favelas During the Pandemic. In: **Equity in Health and Health Promotion in Urban Areas**. Springer International Publishing, 2023, p. 175-197. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-16182-7_10>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GONÇALVES, Carlos; BORGES, Monique; MARQUES, João. **Resiliência urbana pró-Sustentabilidade e planejamento sob incerteza**. Cidades. Comunidades e Territórios, n. Sp21, 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estudos Avançados**, v. 23, p. 237-250, 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares. **As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo**. 2015. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

GOMES, Charlie. **Rocinha**: o desejo pelo saneamento básico. Agência de Notícias das Favelas, 11 maio 2022. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/rocinha-o-desejo-pelo-saneamento-basico/>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GONZALEZ, Leslie Loreto Mora. **Assessoria e Assistência Técnica no Rio de Janeiro**: reflexão crítica sobre a práxis. 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/64149/64149.PDF>. Acesso em: 26 set. 2024.

GRANJA, Laura Santos; MAGALHÃES, Alex Ferreira. Condições de viabilidade para a regularização fundiária plena: uma problematização a partir da experiência de Juiz de Fora (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. e202122pt, 2021.

HAGEN, E. Map Kibera: methods for citizen engagement in mapping and reporting. [Apresentação de slides]. **Workshop on Mapping Community Based Global Health Programs for M&E**, julho 2012. Disponível em: <http://www.slideshare.net/measureevaluation/map-kibera-methods-for-citizen-engagement-in-mapping-and-reporting>. Acesso em: 13 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Regularização fundiária urbana em massa pode reduzir a desigualdade de renda em 2,4 pontos percentuais**. 2022. Disponível em: <<https://ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/12384-regularizacao-fundiaria-urbana-em-massa-pode-reduzir-a-desigualdade-de-renda-em-2-4-pontos-percentuais>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC)**: neodesenvolvimentismo?. 2015.

KONDROWSKA, A. M. **Planejamento participativo em favelas no caso da elaboração do Plano Diretor da Rocinha**. 2017. 157f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017

LAPABBLACK. Instagram. **A verdadeira história do samba "Zé do Carço"**. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/lapablack/reel/C7s4UEPuz6i/>> Acesso em: 11 ago. 2024

LIMA, Leandro. Rocinha: Twenty-nine years of witnessing contrasts. **Consilience: The Journal of Sustainable Development**, v. 8, n. 1, p. 23-33, 2012. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8GM8K4F/download>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade ; LOPES, Wilza Gomes Reis . Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/urbe/a/55dJtxNQzWQggjYmJSbKf5F/#>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LUCENA, Felipe . **História das corridas do circuito da Gávea**. Diário do Rio. 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-das-corridas-do-circuito-da-gavea/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Rocinha pode receber projeto piloto de urbanização com planos inclinados e redes de água e esgoto. **Extra**, 2024. Disponível em <<https://extra.globo.com/rio/noticia/2024/01/rocinha-pode-receber-projeto-piloto-de-urbanizacao-com-planos-inclinados-e-redes-de-agua-e-esgoto.ghtml>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MARCO, Cristhian Magnus De; SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MÖLLER, Gabriela Samrsl. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. e20190253, 2020.

MAROPO, Vivianne Lisbethe Bezerra; MORAIS, Emilia Evangelista ; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da . Planejamento urbano sustentável: um estudo para implantação de infraestrutura verde no Bairro Bancários. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/3LGtxTnfrqFCQNpmS5H5Zzq/>>. Acesso em: 21 set. 2023.

MASERA, Gabriele; TADI, Massimo (Ed.). Environmental performance and social inclusion in informal settlements: A favela project based on the IMM Integrated Modification Methodology. Springer Nature, 2020.

MCCARTHY, Joe. **Transforming Favelas: How This Group Is Working to End Poverty in Brazil**: “We want to send the poverty seen in favelas to the museum before Elon Musk colonizes Mars.”. GLOBAL CITIZEN. 2022. Disponível em: <<https://www.globalcitizen.org/en/content/gerando-falcoes-transforming-favelas-in-brazil/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; SANTIAGO, Gustavo Benedetti. **O DRUP como ferramenta de requalificação urbana participativa**. 2019.

MENDES, Elisa. **Aldeia Maracanã**. Ensaio Fotográfico. Disponível em: <<https://elisamendes.com/aldeia-maracana>>. Acesso 10 ago 2024.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 551-579, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MORAIS, Ester Camila Terto de. **Estudo de viabilidade técnica e econômica de um projeto de minigeração distribuída solar fotovoltaica de 500 KW**. 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Elétrica) –

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/4882/1/TCC_Ester_Camila_FINAL.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024. .

MOREIRA, Josiane Aparecida Vieira. **Impactos da regularização fundiária sobre a desigualdade de renda**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages, 2022. Disponível em: <<http://biblioteca.uniplaclages.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000003/00000309.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2024.

MOREIRA, Pedro Fonseca. **Relação de escala: a interação entre diferentes formas de planejamento na rocinha**. Rio de Janeiro, 2014 Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5484/1/PFMoreira-min.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MUSEU SANKOFA DA ROCINHA. Disponível em: <<https://museusankofarocinha.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NASCIMENTO, Maria Rosemi Araujo do. Cultura, diversidade e diretrizes para a educação escolar indígena. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 4, p. 1934-1956, 2020.

NASCIMENTO, Yasmin Pereira do. **Saneamento Básico em Áreas Irregulares para Moradia: Áreas Urbanas no Brasil**. 2020. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – FAMA, Macapá, 2020

NASSIF, Thaís. Planejamento urbano participativo: o desafio da linguagem técnica. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/dBV4RGwnwyCgTBYgRvdqwwm/?lang=pt>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NOMES de Favela. Paulo César Pinheiro. Moyseis Marques. Deckdisc, 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VVTOQfgCGiA>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC), 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xsp58Ec-ly8>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

NUNES, Carlos; GOMES, Patrícia; SANTANA, Joaquim. Transparência, accountability e governance: revisão sistemática da literatura nos hospitais públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 2, p. e2022-0238, 2023.

O GLOBO. **Rio de Janeiro**, ano 2023, 16 nov. 2023a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/11/16/moradores-da-rocinha-fecham-tunel-zuzu-angel-que-liga-zona-sul-a-zona-oeste.ghtml>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

O GLOBO. **Desafio do novo PAC é evitar os erros do antigo**. O Globo, Rio de Janeiro, 27 jun. 2023b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaao/editorial/coluna/2023/06/desafio-do-novo-pac-e-evitar-os-erros-do-antigo.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2024

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de . **A participação popular no planejamento urbano**: a experiência do plano diretor de Porto Alegre. 2019 Tese (Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17328/000712303.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

OLIVEIRA, Jorge; SILVA, Michel. **Censo 2022 já contou quase 60 milhões de pessoas no país. Rocinha é desafio**. Fala Roça. 2022. Disponível em: <<https://falaroca.com/censo-rocinha-desafio/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ONU BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.2023>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PEREIRA, Isabella Nunes et al. Situated Relational Networks: Empowerment and Entrepreneurship in the Rocinha Slum. **21st Congress of the International Ergonomics Association (IEA 2021)**. 240–247 p, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-74602-5_36>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PINHEIRO, Paulo Cesar. Nomes de Favela. **Canal Samba Verdadeiro**, 2000-2007. Disponível em: <https://youtu.be/Uqn4R1SleAg>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PINO, Julio César. Sources on the History of Favelas in Rio de Janeiro. **Latin American Research Review**, v. 32, n. 3, p. 111-122, 1997. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/27FF749D3143F629238F64E031C0D007/S0023879100038061a.pdf/sources-on-the-history-of-favelas-in-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PISTAS ESQUECIDAS: **O circuito da Gávea**. Canal Start Your Engines, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nsEj_DaofV0>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIZARRO, Eduardo Pimentel. **Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.16.2014.tde-19122014-155950>>. Acesso em: 26 set. 2024.

PORTA DOS FUNDOS. Pobre. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8NILQp2xmZ8&t=5s>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PORTUGAL, Pedro Henrique Ferreira et al. The Favela as a Place for the Development of Smart Cities in Brazil: Local Needs and New Business Strategies. **Smart Cities**, v. 4, n. 4, p. 1259-1275, 2021. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2624-6511/4/4/67>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/pgm/leiorganica/leiorganica.html>>. Acesso em: 6 ago. 2015, às 20:00. Apud GONÇALVES, R. S. As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo. PUC-Rio, 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Limite de bairros**. Disponível em: <<https://www.data.rio/datasets/PCRJ::limite-de-bairros/explore>>. Acesso em: 23 set. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Boas práticas**: tarifa zero no transporte coletivo urbano. 2022. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/324>>. Acesso em: 1 set. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades** – Brasil (Mapa Interativo). 2023. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/map/>>. Acesso em: 26 nov. 2023. PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

REIS, Carlos Nelson; ROTTA, Edeimar. Programa de aceleração do crescimento (pac): Retomada do protagonismo do estado na definição da política de desenvolvimento?. **Utopias e Distopias da Ciência Política**, 2019.

REIS, Anna ; DOYLE, Luísa . Sol Nascente, no DF, se torna a maior favela do Brasil, segundo prévia do Censo 2022. **Portal de Notícias G1**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/17/sol-nascente-no-df-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-segundo-previa-do-censo-2022.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2023.

REVOLUSOLAR. **Revolusolar**. Disponível em: <<https://revolusolar.org.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

RIBEIRO, Nathalia Roland de Souza. **Entrada na agenda, formulação e (não) implementação de uma política de saneamento**: o caso do Projeto Nacional de Saneamento Rural (1985). 2020. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40113/7/Tese%20Nathalia%20Roland.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2024..

RIO DA MINHA INFÂNCIA: **Rocinha**. Canal TV PUC-Rio: PUC-Rio, 2015 (24min e 09 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_aNHbhrsXo>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RIO TIMES. **Leaders from Rio's Urban Peripheries Stress Need for New Social and Economic Paradigms Amid Pandemic**. Rio Times Online. 2020. Disponível em: <<https://www.riotimesonline.com/brazil-news/nosubscription/leaders-from-rios-urban-peripheries-stress-need-for-new-social-and-economic-paradigms-amid-pandemic/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RJ TV 1ª Edição. **Rio de Janeiro**, ano 2022, 2 jun. 2022. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/10632794/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ROCINHA Brasil 77. Sérgio Péo. Sérgio Péo. 1977 (19min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L4CyLla6WWk>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ROCKYCRIA. Kwai. **Trânsito de moto na rocinha, pega a cena**. Disponível em: <<https://www.kwai.com/@Rockcriarj/video/5213911097853391799>>. Acesso em 11 ago. 2024.

RODOVALHO, Sarah Afonso; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha; RODRIGUES, Waldecy. Planejamento urbano participativo e gestão democrática em Palmas (TO) à luz da democracia deliberativa. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20190072, 2019.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 15-30, 2013.

RONCHI, Silvia; ARCIDIACONO, Andrea . Adopting an Ecosystem Services-Based Approach for Flood Resilient Strategies: The Case of Rocinha Favela (Brazil). **Sustainability**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/1/4>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SANTOS, Maria Emília Nascimento. **Capacidades estatais para planejar no Brasil: análise da contribuição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. 2018. Tese de Doutorado.

SCHAFER, ANDRESSA; DE ALBUQUERQUE, Simone Gasperin. A sustentabilidade urbana e a legislação para regularização fundiária no Brasil. **Revista Perspectiva**, v. 45, n. 170, p. 17-28, 2021.

SCHMITTMANN, Jochen; TENG, Han chua. **How green are green debt issuers?**. International Monetary Fund, 2021.

SILVA, D. G.; SOUZA, A. A. M. ; GOMES, C. . Especulação Imobiliária: Revisão de literatura e contextualização. In: **XV EPG - ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO**, 2015, São José dos Campos, SP. Ciência, Luz e Tecnologias. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2015.

SALEMM. Instagram. **Fotogracia Favela Content**. Desvantagens de Morar na Favela da Rocinha. Disponível em: <<https://www.instagram.com/afotogracia/reel/C8VNT6QSTck/?igsh=MW0yZng4ZW1uOTRrYQ==>>. Acesso em 11 ago. 2024.

SILVA, Deise Rosalio. **HEGEMONIA E EDUCAÇÃO: teoria e prática para a transformação social. Movimento revista de educação**, 2017.

SILVA, Michel. **Sem a conclusão do PAC 1, Governo do Rio quer iniciar o PAC 2 na Rocinha**. 2018. Disponível em: <https://falaroca.com/sem-a-conclusao-do-pac-1-governo-do-rio-quer-iniciar-o-pac-2-na-rocinha/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da ; VELOSO, Tatiana Medeiros . Participação Comunitária e Projeto Urbano em Favelas: A Realidade e Percepção dos Moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro. **Vitruvius**, 21 nov 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.246/7953>. Acesso em: 13 ago. 2023

SIU, Marx Chi Kong. Accountability no setor público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção. **Revista do TCU**, n. 122, p. 80-89, 2011.

SOBREIRO E CRUZ, Fernanda. **Mulheres em movimento**: Territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, f. 101, 2022 Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/59272/59272.PDF>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOTTO, Debora *et al.* Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v. 33, p. 61-80, 2019.

SØRBØE, Celina Myrann. Urban Development in Rio de Janeiro During the 'Pink Tide': Bridging Socio-Spatial Divides Between the Formal and Informal City? **The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America: Decades of Change**, p. 107-127, 2018.

STRØNEN, Iselin Åsedotter. Nowadays there are shoot-outs all the time: Women, children, and Police Pacification Units (UPPs) in Rocinha, Rio de Janeiro. **CMI Working Paper**, 2016. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/5934-nowadays-there-are-shoot-outs-all-the-time-women>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

TABAK, Bernardo . Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE: Segundo Censo 2010, há 69.161 habitantes no local. Associação de moradores afirma que há mais moradores na favela. **G1 RJ**, 21 12 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

TAIOKA, Tainari et al. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): comparação com os PACs anteriores e estimação de seu efeito no PIB. 2023. Disponível em: < <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/npe-45-o-novo->

programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac-comparacao-com-os-pacs-anteriores-e-estimacao-de-seu-efeito-no-pib/ >Acesso em: 08 ago. 2024

TERRA URBANIZADA. **Nossa História.** Disponível em: <<https://www.terraurbanizada.com/nossahistoria>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

TIMBO, Thayane Gondim. Desafios e oportunidades na implementação do PAC urbanização de assentamentos precários na Rocinha: uma análise crítica da execução e do impacto social. 2024.

TV Tagarela da Rocinha. Rocinha Sem Fronteiras: 10 anos de luta. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fn1E9KXDQil>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZAINOTTE MAGALHÃES, Milena; Coutinho Marques da Silva, Rachel. **Riscos e vulnerabilidades sociais:** uma análise das políticas públicas urbanas na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil (2006-2014). Rio de Janeiro, 2021. 119p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

